

CINFÃES:
Dialética entre o passado e um futuro
AO ENCONTRO DOS AGLOMERADOS VERNACULARES

Laboratório de Teoria em Arquitetura apresentado ao
Departamento de Arquitetura da FCTUC | julho 2017

Sob orientação da Professora Doutora Margarida Isabel
Barreto Relvão Calmeiro

Henrique José Vasconcelos Rodrigues Pereira



CINFÃES:

Dialética entre o passado e um futuro

AO ENCONTRO DOS AGLOMERADOS VERNACULARES

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	9
A TERRA: DO PASSADO AO PRESENTE	19
O SÍTIO.....	21
DA ARQUITECTURA POPULAR AO PATRIMÓNIO	29
PATRIMÓNIO, CONCEITO E LEGISLAÇÃO	33
ARQUITETURA POPULAR EM CINFÃES	41
O AGLOMERADO: DO SÍTIO AO LUGAR.....	57
ROTA DE MONTEMURO	59
ALHÕES.....	65
BUSTELO	87
VALE DE PAPAS.....	107
GRALHEIRA	131
ROTA DO GRANITO AO XISTO	151
CRISTELO	157
VALE DO CÃO	179
SOUTO DE PARADELA.....	199
A REFLEXÃO: DO LIMIAR À ESTRATÉGIA	219
NOTAS CONCLUSIVAS	257
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	265

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta etapa é resultado de todos aqueles que de certa forma contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, desta forma agradeço:

Aos meus pais pelo encorajamento, apoio incondicional e pelo acompanhamento em alguns dos trabalhos de campo.

À Rita e ao Luís pela orientação, apoio e paciência em todo o processo da investigação.

À Marisa pelo carinho, ajuda, apoio e por tudo o resto.

À Simone e ao engenheiro Cesário pela oportunidade, aprendizagem e compreensão.

Ao Professor Cerveira Pinto e ao Doutor Jorge Ventura pela ajuda, disponibilidade e colaboração.

À Câmara Municipal de Cinfães, nomeadamente ao Engenheiro Carlos Cardoso, Professor Serafim Rodrigues e ao senhor Domingos, pela disponibilidade e cedência de material crucial para o desenvolvimento desta investigação.

Às pessoas de Alhões, Bustelo, Vale de Papas, Gralheira, Cristelo, Vale do Cão e Souto de Paradela, pela hospitalidade e contributo com os seus testemunhos, em especial ao senhor Constantino, à Graça, à Cristina, à Dona Helena, ao Senhor Matinhas, ao professor Luís Semblano e à Dona Maria de Jesus, pelo auxílio particular no decorrer dos levantamentos dos respetivos aglomerados.

À professora Margarida Relvão pela orientação desta dissertação, interesse e notável disponibilidade.

Aos amigos.

RESUMO

Entre a Serra do Montemuro e a margem sul do Rio Douro encontra-se Cinfães, concelho de grande diversidade de paisagens e identidades, o que se deve muito à variedade de materiais de construção – colmo, ardósia, granito e xisto, mas também aos usos e costumes. Para além desta diversidade, o concelho caracteriza-se também por um conjunto de núcleos rurais que se mantiveram no esquecimento devido, essencialmente, às dificuldades de acessibilidade. Embora tal esquecimento tenha ajudado a conservação da arquitetura vernacular – mencionadas já no Inquérito à Arquitetura Portuguesa dos anos 50, tanto as entidades locais como os proprietários têm descurado o seu valor patrimonial e identitário, contribuindo assim para a descaracterização e perda da harmonia espacial entre o sistema Homem-Meio-Casa.

Hoje, o abandono da população e a conseqüente degradação dos edifícios torna urgente a definição de uma estratégia de valorização e reabilitação destes núcleos, bem como de sensibilização da população local para potenciar e incutir a importância de salvaguardar o que é deles, mas também de todos nós.

Esta investigação, apresenta, assim, uma estratégia de reabilitação elaborada no âmbito de uma dissertação de mestrado em arquitetura. Esta estratégia foi desenvolvida em torno de dois conjuntos de aglomerados rurais tendo como objetivo a valorização das suas características endógenas. A partir dum conjunto de ações, desenvolvidas com o envolvimento da população, pretendemos valorizar a identidade local de cada núcleo, aumentar a qualidade de vida, contribuir para a fixação da população e fomentar o turismo. Este último objetivo deseja-se que aconteça de uma forma natural, possibilitando ao turista experienciar as vivências e as atividades locais, não podendo o turismo ser um fim em si mesmo, mas antes uma consequência da promoção dos elementos locais, da preservação e fomentação da sua originalidade, envolvendo o Homem com a sua História numa dialética intergeracional que se quer socialmente inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE

Cinfães, Património vernacular, sensibilização, levantamento, registo, rotas, *habitat* rural, Arquitetura rural, construção endógena, planeamento estratégico.

ABSTRACT

Cinfães is situated between Serra do Montemuro and the south bank of the Douro River. It is a county with a great diversity of landscapes and identities, due to the variety of construction materials - thatch, slate, granite and shale, but also to the customs and traditions. Beyond this diversity, the county is also characterized by a group of rural centres that have remained in oblivion due, essentially, to accessibility difficulties. Although such oblivion has helped to preserve these forms of vernacular architecture - already mentioned in the survey on Portuguese Architecture of the 1950s, both local entities and owners have neglected their patrimonial and identity value, thus contributing to the decharacterization and loss of spatial harmony between the Man-Environment-House system.

Today, the abandonment of the population and, consequently, the degradation of buildings makes it urgent to define a strategy for the valorization and rehabilitation of such centres, as well as to raise the awareness of the local population in order to promote and instill the importance of safeguarding what is theirs, as well as of all of us.

Thereby this research presents a rehabilitation strategy elaborated within the scope of a master's degree dissertation in architecture. This strategy was developed around two sets of rural clusters with the goal of valuing their endogenous features. Based on a set of actions, developed with the population involvement, we intend to value the local identity of each centre, increase the quality of life, contribute to the establishment of the population and promote tourism. This last goal is intended to happen in a natural way, enabling the tourist to experience local experiences and activities, and tourism can not be an end in itself, but rather a consequence of promoting local elements, preserving and fostering its originality, involving Man with his History in an intergenerational dialectic that one wishes to be socially inclusive.

KEY WORDS

Cinfães, Vernacular Patrimony, awareness, survey, register, route, rural *habitat*, Rural Architecture, endogenous construction, strategic planning.

INTRODUÇÃO

Entre a Serra de Montemuro e a margem Sul do Rio Douro encontra-se Cinfães, concelho composto por um conjunto de núcleos rurais que se mantiveram no esquecimento essencialmente devido à difícil acessibilidade e às características geográficas. Um aspeto positivo desse esquecimento é a preservação das formas da arquitetura local, registada já no Inquérito à Arquitetura Portuguesa (Associação dos Arquitectos Portugueses (coord.), 1988). Contudo, o abandono da população e a consequente degradação dos edifícios torna urgente a identificação e um levantamento dos elementos característicos e a definição de uma estratégia de valorização e reabilitação dos aglomerados vernaculares de Cinfães.

Para além de ser muito extenso, o concelho é caracterizado por uma diversidade de paisagens, marcada pela variedade de materiais de construção (colmo, ardósia, granito e xisto) e pelos usos e costumes (do pastoreio da Serra de Montemuro às antigas trocas comerciais do Douro), marcas distintas e identitárias de cada aglomerado.

A falta de interesse das entidades e a pouca sensibilidade dos proprietários para o valor patrimonial e identitário destes núcleos têm contribuído para a descaraterização e perda da harmonia espacial entre o sistema Homem-Meio-Casa. Estes aspetos ficaram patentes depois de participar na iniciativa “Terra Amada”, atividade promovida pela Universidade Católica de Viseu e sobre a orientação da Professora Ana Pinho. Esta atividade tinha como premissa o desenvolvimento de intervenções de conservação e reabilitação na aldeia de Vale de Papas, de forma a melhorar a qualidade de vida, conservar e reabilitar o património material e imaterial contribuindo para o desenvolvimento local (Duarte, 2014). Com esta participação pude experienciar o dia-a-dia da população de Vale de Papas, o que desvendou a beleza e o potencial daquela aldeia atualmente esquecida. Podemos, assim, dizer que foi a participação nesta atividade que influenciou a escolha do tema da presente investigação.

A presente investigação pretende estudar estes núcleos, analisar a sua arquitetura vernacular, propor uma estratégia de valorização destes conjuntos e com isso a sensibilização da população local para a importância deste património. Por isso, pretende-se encontrar a resposta para a questão de investigação de como se pode reabilitar e requalificar os núcleos que ainda apresentam edifícios de arquitetura vernacular para darem resposta às necessidades atuais.

O elevado número de núcleos existentes no concelho de Cinfães (mais de vinte) tornou impossível o estudo de todos os núcleos que conservam a arquitetura popular. Neste sentido, optou-se por definir duas Rotas, criando dois conjuntos de aglomerados com características semelhantes e próximos uns dos outros, (mas ao mesmo tempo muito distintas entre si), que permitiam o levantamento dos seus aglomerados e a definição de uma estratégia de desenvolvimento, os aglomerados a estudar delineiam cada uma das rotas, a “Rota de Montemuro” e a “Rota do Granito ao Xisto” e assim são os próprios objetos da investigação. Estas pretendem estabelecer ligações entre os núcleos rurais, ao mesmo tempo, que permitem uma estratégia de desenvolvimento sustentável pelas potencialidades individuais de cada aglomerado, salvaguardando, contudo, a identidade de cada lugar.

Assim, a “Rota de Montemuro” consiste na ligação de quatro núcleos rurais típicos da arquitetura de montanha desta região com marcada utilização do granito e do colmo. Esta escolha justifica-se pela simbologia icónica que a Serra tem no concelho, assim como pela existência dos traços originais da arquitetura popular (Vasconcelos, Ribeiro, & Matos, 2000). Quanto à segunda rota – a “Rota do Granito ao Xisto” pretende apresentar a diversidade geográfica e morfológica do concelho, pois materializa a alteração da utilização dos materiais construtivos para o xisto e a ardósia.

Cumprir, no entanto, que apesar de se ter limitado o estudo a estas duas Rotas todas os outros aglomerados que não foram estudados também devem ser salvaguardados e incluídos numa estratégia que refletindo o passado, sirvam o presente e o futuro de forma a preservar a relação harmoniosa entre o conjunto Homem-Meio-Casa.

Pretende-se também averiguar se o turismo passa por uma das soluções para a permanência destes lugares. Ainda refletir como se pode intervir nestes conjuntos, melhorando a qualidade de vida dos que lá vivem e possibilitando a fixação de outros. Para tal, é necessário a promoção destes núcleos de forma a aumentar a visibilidade territorial e a autoestima contribuindo também para o reforço da identidade local e regional. A Rota almeja, assim, a criação de emprego e a promoção do turismo, bem como fomentar a fixação e rejuvenescimento da população local.

A investigação recorreu a vários métodos de modo a atingir os resultados e objetivos propostos. Iniciou-se pela pesquisa bibliográfica que coincidiu com a procura da definição/delimitação do tema da dissertação, desdobrando o tema geral “Cidade e reabilitação urbana entre o planeamento institucional e as ações Cidadania”. Após delimitar a investigação a uma área geográfica – o concelho de Cinfães, redirecionou-se a recolha de informação para uma escala mais aproximada. Abrangendo, no entanto, um suporte teórico, cruzando abordagens interdisciplinares desde a história, a geografia, as tradições e costumes, passando ainda pela etnografia, para compreender a arquitetura e o património local.

A recolha e análise de diferentes textos e publicações teve o intuito de procurar entender a evolução e a pertinência de alguns conceitos, nomeadamente, de património, de arquitetura popular e construção endógena. Neste sentido, destaca-se a publicação “Arquitectura Popular em Portugal” (Associação dos Arquitectos Portugueses (coord.), 1988), que teve um papel crucial, já que veio confirmar o valor da arquitetura popular do concelho de Cinfães. Salienta-se, igualmente, as publicações da “Arquitectura Popular da Madeira” (Mestre, 2002) e da “Arquitectura Popular dos Açores” (Caldas, 2000) que para além de completarem o trabalho iniciado em 1950 a nível de Portugal continental, contribuem com uma perspetiva mais contemporânea do registo e propõem uma estratégia para a arquitetura endógena. Analisaram-se ainda diferentes convenções e cartas internacionais realizadas no âmbito deste tema e do Património (Lopes & Correia, 2004). Nota também para as várias obras de Ernesto de Veiga Oliveira e Fernando Galhano, dedicadas ao reconhecimento da arquitetura e das construções primitivas nacionais (Oliveira & Galhano, 1992; Pinto, 2000).

Concluindo a recolha com uma pesquisa com foco no local, onde se sobressai, a publicação “Arquitectura Popular do Concelho de Cinfães” da autoria de Cristina Pinto (Pinto, 2000) e o artigo “A Arquitectura Popular e tradicional no Concelho de Cinfães” de Manuel Pinto Ferreira (Ferreira, 1996).

Para dar início aos levantamentos recorreu-se a entrevistas não estruturadas, que permitiram abordar conhecedores do valor patrimonial do concelho, como a própria população local e entidades e associações do município. Este contato próximo à população permite um conhecimento direto a partir das pessoas, pois são os seus testemunhos os responsáveis pela reconstituição identitária e comunitária do local (Tomás, 2005; Marques, 2014). Esta abordagem ajudou-nos, assim, a identificar os

aglomerados que serviram como objetos de investigação. O conceito de aproximação ao aglomerado surge com referência ao Programa MEREC¹ (*Managing Energy and Resource Efficient Cities*) que no caso concreto da Guarda (entre 1983 e 1985), sob orientação local de Maria Castro, tinha como premissa principal o desenvolvimento local através de sensibilizações de aproximação à população (Ramos, Couceiro, & Brito, 2016).

Esta etapa iniciou-se com a fase dos levantamentos *in situ* através de uma ficha-tipo de recolha de dados. Ao longo do registo dos locais, o diálogo com os habitantes esteve sempre presente como elemento de proximidade e de sensibilização da população.

A última fase do trabalho teve como base a pesquisa realizada até então e corresponde à elaboração de uma possível estratégia de desenvolvimento destes núcleos preservando a sua identidade. Recorreu-se ao estudo de alguns projetos/programas já experimentados noutros núcleos como os de Idanha-a-Velha (Câmara Municipal de Idanha-a-nova, 2015, 2016), nomeadamente os projetos “Recomeçar”, “Idanha Vive” e “Idanha Experimenta”, que permitiram justificar e exemplificar algumas opções tomadas.

A estrutura principal da dissertação segue uma divisão tripartida em que a primeira parte compreende o enquadramento da área de estudo, abordando os mais variados temas, desde logo geográficos, históricos e etnográficos. Tal enquadramento foi essencial pelo suporte teórico da investigação, bem como para o entendimento dos objetos de investigação seleccionados. A segunda parte consubstancia um importante registo que esta investigação pretende deixar, “[...] este trabalho torna-se urgente, pela necessidade de levantamento e registo de um património já em degradação [...] iria permitir aos arquitectos profissionalmente conscientes um conhecimento «*in loco*» dos atributos específicos das várias regiões”, tal como é referido no Prefácio da 2ª Edição da *Arquitectura Popular Portuguesa* (Associação dos Arquitectos Portugueses (coord.), 1988). Inicialmente foram referenciados todos os conjuntos arquitetónicos que ainda preservam características e técnicas populares e vernaculares que distinguem a região e que a diferenciem de todas as outras. No entanto, a gestão temporal impôs a necessidade de limitar o estudo à definição das duas rotas referidas facilitando, assim, o desenvolvimento estratégico.

¹ Programa desenvolvido pela United States Agency for International Development (USAID) e inspirado no trabalho de Richard Meier.

O último capítulo consubstancia a estratégia propriamente dita partindo da análise dos aglomerados, os objetos de investigação. Os levantamentos permitiram conhecer a realidade e as necessidades destes núcleos. Na sua maioria de reduzida dimensão despovoados e com populações envelhecidas, onde hoje se torna urgente intervir, permitindo a conservação e a salvaguarda do seu património popular e identitário, mas fundamentalmente garantindo o desenvolvimento dos aglomerados, do concelho e da região. Espera-se que a estratégia seja para o futuro e para isso tem que passar pela salvaguarda cultural, económica, ambiental e social e não apenas pela salvaguarda arquitetónica. Se tal acontecesse o futuro destes aglomerados rurais estaria apenas submisso ao turismo. Tal estratégia assenta, assim, na definição da Rota de modo a que a interligação entre diferentes aglomerados permita o desenvolvimento uniforme e sustentado. Mais do que as propostas apresentadas, pretende-se que este trabalho fomente a reflexão e quem sabe conduza as entidades locais a repensarem este território e a delinearem também uma estratégia de desenvolvimento assente na valorização e salvaguarda do seu património e dos seus recursos endógenos.

PARTE I

A TERRA: DO PASSADO AO PRESENTE



Figura 1_Localização e organização do concelho de Cinfães, imagens adaptadas de <https://www.cm-cinfaes.pt/index.php/municipio/cmc/freguesias/item/24-cinfaes>, a 10/12/2016.

O SÍTIO

A Geografia procura compreender o modo como os elementos humanos e naturais se inter-relacionam para produzir as paisagens que se observam. (Vasconcelos et al., 2000)

Cinfães é um concelho do distrito de Viseu, composto por catorze freguesias, pertencente à região Norte e sub-região do Tâmega perfazendo uma superfície de 241,5 Km². Esta área é delimitada a norte pelo Rio Douro e a sul pela Serra de Montemuro, tendo ainda as fronteiras naturais do Rio Cabrum e do Rio Paiva a este e a oeste, respetivamente (Figura 1).

O concelho é marcado pela dicotomia entre a área serrana marcada pelo maciço da Serra de Montemuro, cujo cume atinge uma altitude superior a 1300 metros, e a área ribeirinha do vale do Douro. A par disso, o concelho é percorrido por diversos cursos de água natural. O Rio Douro é a sua principal linha hídrica, seguindo-se o Rio Cabrum, fronteira natural com o concelho de Resende, e o Rio Paiva, que limita Cinfães do concelho de Castelo de Paiva. Existem ainda inúmeros cursos de reduzida dimensão, com destaque para o Rio Bestança, que se caracterizam pela elevada variação de leito ao longo do ano, no inverno possuem leitos de fortes correntes, enquanto que no verão o caudal reduz consideravelmente. Também o clima apresenta grandes contrastes com diferenças térmicas e de pluviosidade, sobretudo entre o Vale do Douro e o alto da Serra de Montemuro.

O vale do Douro, mais quente no Verão, é mais abrigado e sujeito a nevoeiros persistentes. Os cumos de Montemuro, mais frescos, experimentam os rigorosos inverniais, muitas vezes com temperaturas negativas (Vasconcelos et al., 2000).

O mapa geológico de Cinfães revela que a maioria do concelho assenta sobre formações graníticas litofácies de tonalidade cinzenta. Contudo, a sul existem unidades metassedimentares do período Ordovícico, constituídas litologicamente por xistos grauvaques, quartzitos e corneanas (Câmara Municipal de Cinfães, 1994).

No entanto, esta variação geológica é facilmente detetada pela observação das construções mais antigas maioritariamente construídas com materiais locais desde “tempos imemoriais na história da humanidade” (Vasconcelos et al., 2000). Assim, podemos afirmar que: o granito predomina no concelho entre a Serra de Montemuro e o Rio Douro devido aos filões resultantes da evolução geológica e ação de agentes erosivos; e as rochas xistosas têm presença marcante no Vale de Nespereira devido à continuidade do filão geológico de Alvarenga, concelho de Arouca. Esta variação geológica auxiliou a definição dos núcleos a integrar cada rota. A área de intervenção apresenta uma variação topográfica na ordem dos 1300 metros, desde as zonas ribeirinhas do concelho na zona Este do Vale do Douro (localidade de Escamarão) até ao planalto de Talegre – o ponto mais alto da Serra de Montemuro (1382 metros).

Além dos fatores já apresentados, a análise das dinâmicas demográficas é igualmente preponderante para a compreensão de um determinado território e, por isso, fundamental para o processo de planeamento e ordenamento de uma região. Contudo, esta dinâmica e distribuição populacional são condicionadas por variadíssimos fatores, de entre eles, os de ordem natural e económica (Vasconcelos et al., 2000). A análise dos dados demográficos confirma que a população da área tem vindo a decrescer. O ano de 1950 apresenta o pico demográfico mais acentuado do concelho com 31984 habitantes. A partir dessa época constata-se um decréscimo até ao ano de 2011, com 20427 habitantes (site do Instituto Nacional de Estatística, consultado a 22/01/2017).

A análise com maior detalhe dos últimos três inquéritos disponíveis (1991, 2001 e 2011) demonstra que, de uma forma geral, todas as faixas etárias apresentam uma diminuição, à exceção do grupo etário superior a 65 anos onde se tem verificado um aumento progressivo. Este facto está relacionado com a melhoria das condições de vida e da assistência médica e conseqüente aumento da esperança média de vida. Entre 1991 e 2011, o concelho registou uma perda de cerca de 3000 habitantes.

A forma de povoamento expressa a relações entre o Homem e a Terra e, em muitos casos, está directamente relacionada com factores naturais. A distribuição dos povoamentos de uma forma geral faz-se ao longo das vias de comunicação mais relevantes, contudo ao longo do Vale do Bestança e da Serra de Montemuro os núcleos populacionais têm maior tendência de dispersar (Vasconcelos et al., 2000).

No que se refere aos setores de atividade do concelho de Cinfães, as atividades do sector primário ainda se apresentam como uma das principais fontes de sobrevivência, caracterizando-se por uma agricultura pouco especializada em pequenos lotes de terreno e pela criação de gado em explorações de reduzida dimensão, maioritariamente, para consumo próprio e para venda. Estas atividades encontram-se principalmente nas zonas mais isoladas da Serra de Montemuro, que associada às pequenas pensões e apoios, permitem a subsistência no dia-a-dia.

O concelho de Cinfães é caracterizado por uma extensa zona florestal onde predomina o pinheiro bravo, o carvalho e o castanheiro. Contudo o facto de todos os anos estas espécies estarem sob ameaça dos incêndios florestais tem aberto portas para o surgimento, quase indiscriminado, de plantações de eucaliptos que descaracterizam e alteram a paisagem do concelho. A restante paisagem é caracterizada pelas explorações agrícolas, onde se destacam as culturas de centeio, da associação milho-feijão, da batata, do vinho e das árvores de fruto. Na pecuária predomina a criação de gado bovino e ovino. Contudo verifica-se também a criação caprina, suína, assim como criação de animais de pequeno porte, como coelhos e galinhas.

A moagem, utilizando moinhos de água, foi uma atividade importante na região, com vestígios destas construções um pouco por todo o concelho. Hoje, a moagem feita por moinhos elétricos levou ao abandono deste tipo de edifícios e a existência de múltiplos proprietários torna difícil a conservação, reabilitação ou mesmo a alteração destas construções de valor cultural, histórico e social.

Atualmente verifica-se a introdução de um novo tipo de exploração agrícola voltado para a produção industrial e desenvolvido graças aos apoios comunitários para jovens agricultores. Estes programas incentivam a exploração de terras que se encontravam ao abandono e a fixação de jovens no concelho, onde as oportunidades são escassas. Porém, este novo tipo de exploração exige aterros, terraplanagens e desflorestação que alteram e descaracterizam a paisagem da região.

Além disso, nos últimos anos, o município (finalmente) ativou a zona industrial, onde se localiza indústria de calçado, automóvel e alimentar, fomentando também a concentração de serviços e comércio na sede do concelho. Apesar de considerarmos que estes investimentos criam postos de trabalho importantes para o futuro do concelho, pensamos que é premente que as entidades responsáveis analisem a viabilidade dos projetos, assim como o impacto ambiental, paisagístico e social de cada um deles.

Existe também algum artesanato/manufatura, mas com pouca expressão no concelho, como a trançaria e a chapelaria. Nos dois casos a palha era o elemento base, recolhida nos cultivos de centeio nas encostas da Serra de Montemuro, sendo apenas vendida ao “chapeleiro” após se separar o caule (palha) das espigas (centeio). Depois de feitos os chapéus, cestas e abanos estes eram vendidos nas feiras mensais e quinzenais que ocorriam nas localidades próximas.

Tal como o chapeleiro, o latoeiro, o tamanqueiro, o cesteiro, o carvoeiro, o barqueiro, o moleiro, o pastor ou ainda o colmador são profissões que hoje quase já não existem, sendo praticamente uma memória do passado. Contudo, a última profissão referida, a de colmador, merece uma atenção especial pelo relacionamento direto com o objetivo de investigação - da preservação | valorização da Arquitetura Popular.

Numa altura em que o turismo contemporâneo procura cada vez mais a descoberta de lugares, sociedades e património únicos e ser uma fuga ao *stress* citadino, Cinfães possui, pelo contrário, um setor turístico reduzido. Tal justifica-se muito pela fraca rede de acessibilidades, mas sobretudo pela escassa promoção turística demonstrada no município. Os alojamentos turísticos funcionam de forma isolada, sendo difícil a divulgação da região com o objetivo de desenvolvimento do seu turismo. Embora se tenha que ressaltar algumas atividades promovidas pela Câmara Municipal que visam a promoção do concelho. Como alguns eventos e festividades onde se destaca a Aldeia do Pai Natal, na Gralheira, e a ExpoMontemuro, no centro da vila, que permitem divulgar os produtos e os recursos locais, e à existência de percursos pedestres que, com a colaboração da Associação do Vale do Bestança, promovem a envolvência da Serra do Montemuro. Apesar do grande potencial de desenvolvimento e divulgação da região, estes percursos pecam pelo seu pouco conhecimento por parte, não só dos turistas como também de grande parte da população cinfanense.

DA ARQUITECTURA POPULAR AO PATRIMÓNIO

[...] é preciso ascender a um passado mais ou menos remoto para interpretar o que se vê; outras vezes é esse próprio passado que está ainda debaixo dos nossos olhos [...] (Ribeiro, 1995)

Antes de avançar para o trabalho de campo consideramos pertinente clarificar alguns conceitos fundamentais para o desenvolvimento desta investigação, tais como Paisagem, Identidade e Memória e Arquitetura rural | vernácula | endógena.

O termo paisagem surge pela primeira vez por Jean Malinet para caracterizar o “quadro” de uma determinada região. Contudo, só no século XVIII é que este termo foi associado à “fisionomia de uma determinada área geográfica” (Pau-Preto, 2005). Podemos, então, definir paisagem como uma interpretação pessoal da fusão entre os elementos naturais, antrópicos e físicos de um determinado lugar, onde as pessoas não vivem a paisagem mas são parte integrante e fundamental dela (Bertrand, 2004; Pau-Preto, 2005; A. C. de Almeida, 2006). Walter Rossa acrescenta, ainda, que este conceito resulta de um processo contínuo de transformação construída do espaço, articulado com a natureza e a cultura (Rossa, 2015).

A componente imaterial dos núcleos assume um papel de destaque na constituição da comunidade dos aglomerados em estudo do concelho de Cinfães. “A identidade procura afirmar-se nos valores de memória, [...] procurando fundar-se em sentimentos de pertença a um lugar.” (Marques, 2014). Segundo Robert Vecchi, a identidade, a herança e a pertença relacionam-se num conjunto inseparável cujos eixos estruturantes são a comunidade e o património (Vecchi, 2015). Robert Vecchi e Eneida de Almeida acrescentam, ainda, que a problemática associada, muitas vezes, à identidade coletiva, à

pertença da comunidade e à memória do aglomerado podem e devem ser repensados como potencialidades que impulsionem a criatividade e o desenho do espaço (E. de Almeida, 2015; Vecchi, 2015).

Por outro lado, a memória de um sítio resulta do equilíbrio harmonioso entre a interpretação do que foi o espaço, com a dignificação da memória coletiva e simbólica que a materialidade e o núcleo representam na visão da comunidade. Ao passo que a identidade é o resultado desta ponderação da memória com a combinação das atividades humanas na natureza (E. de Almeida, 2015).

Já no final da Segunda Guerra Mundial, tanto os meios rurais, como o valor cultural associado, sofreram uma maior atenção e valorização (Peixoto, 2001). E é nesta altura que o termo vernáculo surge, em Inglaterra, para identificar edifícios de cariz popular (Choay, 2006).

Quanto à definição, ou melhor, ao entendimento do conceito de Arquitectura rural, seremos breves e pragmáticos. O conceito Arquitectura rural remete, automaticamente, aos edifícios existentes em qualquer espaço rural (Marques, 2014). Contudo, a Arquitectura vernacular, está também, e quase em exclusivo, localizada neste mesmo espaço. Daí usarmos, muitas vezes, o termo arquitectura rural como sinónimo de vernacular. Todavia, no meio rural podemos tanto ter uma construção com características vernaculares como outra, recente e com traços contemporâneos, e ambas são consideradas como construções rurais. É por esta razão que a utilização do conceito Arquitectura rural será evitada no decorrer da investigação para que a sua ambiguidade, no que ao tema diz respeito, não induza em erro. Os termos vernáculo, endógeno e popular aplicados à arquitectura assumem-se como sinónimos na presente investigação.

Segundo João Leal, os próprios arquitetos do Inquérito à Arquitectura Portuguesa contornam a questão da definição clara do que entendiam como Arquitectura Popular, ou Arquitectura Vernácula, referindo: “Em lugar nenhum do livro esse popular da arquitectura popular é sistematicamente definido” (Leal, 2011). Contudo, Victor Mestre, em “Arquitectura Popular da Madeira”, tenta contrariar esta tendência e define a Arquitectura Popular como “[...] importantes legados culturais, indispensáveis para decifrar o longo caminho do Homem [...]” e caracteriza-a como “[...] expressão relevante da acção do Homem sobre a Natureza [...]” (Mestre, 2002). Assume, ainda, a existência de “uma grande diversidade regional, tendo em comum a harmonização do construído com o natural” (Mestre, 2002).



Figuras 2 e 3_Ilustrações do Inquérito à Arquitectura Portuguesa em Cinfães, imagens retiradas de <http://www.oapix.org.pt/400000/1/index.htm>, a 20/01/2016.

Victor Mestre aborda ainda a importância do fator “meio físico e social” e das noções psicológicas da própria comunidade no equilíbrio natural destes conjuntos. Considera que a característica de espontaneidade se deve às “raízes na própria fundação da tradição de uma comunidade [...]” (Mestre, 2002). Após um enquadramento e reflexão em torno da arquitetura popular, tradicional ou popular, Victor Mestre explica de uma forma sucinta o que entende como sendo a definição deste tipo de património:

A Arquitectura Popular será, por assim dizer, um conjunto de alojamentos e de acções num determinado meio geográfico onde o abrigo da família – a casa rural – por vezes se estende a um conjunto de espaços e actividades interligados, resultando num conjunto de edifícios que em muitos casos, apesar de independentes, formam um todo. (Mestre, 2002)

Com base nestas definições e conceitos, olhamos para Cinfães e verificamos a existência de arquitetura popular, distribuída por um conjunto de núcleos rurais, alguns destes já registados no Inquérito à Arquitectura Portuguesa dos anos 50 (Figura 2 e 3). Estes conceitos são, assim, fatores preponderantes na missão de preservação e valorização destes aglomerados, pois “[...] o esquecimento das técnicas tradicionais, a erosão dos valores de memória e a perda de identidades surgem como apreensão central [...]” nas estratégias de desenvolvimento sustentado do valor endógeno (Marques, 2014).

Pelo referido, pretendemos com esta investigação promover ações de desenvolvimento da identidade destes núcleos, de modo a oferecer uma melhor qualidade de vida à comunidade através do crescimento “[...] económico, social e político de forma a assegurar a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas” (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, 1987).

PATRIMÓNIO, CONCEITO E LEGISLAÇÃO

Num mundo globalizado como o actual, o património desempenha um papel cada vez mais importante na vida de uma comunidade, uma vez que o passado e as suas características identitárias são o que mais faz distinguir as comunidades entre si. (Sousa, 2014)

O conceito Património “[...] tem tendência para se generalizar à realidade toda (do inerte ao vivo, do passado ao presente, do material ao imaterial)” (Guillaume, Caspurro, & Jorge, 2003). Ao longo dos anos, o conceito de património tem-se alterado, adaptado e especificado e têm sido introduzidas novas medidas de garantia à salvaguarda das diferentes vertentes do património. Ao longo do século XX, o conceito de património foi

progressivamente sendo alargado, desde o monumento e os objetos artísticos até incluir todas as manifestações de cultura de uma comunidade, desde o material ao imaterial. Este aperfeiçoamento do conceito de património permitiu a inserção de uma vertente imaterial essencial à caracterização de um povo, como as tradições e os costumes. O reconhecimento e a proteção dos elementos reconhecidos como património tem sido promovido por instituições internacionais, das quais se destaca o Conselho da Europa, a UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) e o ICOMOS (*International Council On Monuments and Sites*) (Lopes & Correia, 2004; Pau-Preto, 2005; Marques, 2014).

Estes organismos têm produzido cartas e recomendações que visam clarificar o conceito de património e a importância da sua salvaguarda. Neste sentido, em 1972, na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Paris, surge a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural para assegurar a prevenção ambiental, cultural e social de cada lugar. Nesta surge também a classificação em “Locais de interesse” - intervenções construtivas do Homem em conjugação com a natureza. Esta vem comprovar a ligação | relação entre o meio natural e as construções tradicionais e o Homem (UNESCO, 1972; Lopes & Correia, 2004).

Em 1975, o Conselho da Europa redige a Carta Europeia do Património Arquitectónico onde assume que “O património arquitectónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também [...] [pelas] nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído” (Conselho da Europa, 1975). Concluindo-se que o património construído é uma conjugação entre a história, o sítio e a relação da população com o espaço (Marques, 2014).

A convenção de Granada (1985) retoma o tema do património arquitectónico definindo-o como a “[...] expressão insubstituível da riqueza e da diversidade do património cultural da Europa, um testemunho inestimável do nosso passado [...]” (Conselho da Europa, 1985) e é neste sentido que defendemos a valorização dos conjuntos em estudo.

Em 1999, o ICOMOS publica a Carta do Património Vernáculo Construído, onde classifica este tipo de património como o resultado da fusão do trabalho do Homem com a criação do tempo e faz referência à importância da identidade, da comunidade e a sua relação com o território (ICOMOS, 1999; Lopes & Correia, 2004; Marques, 2014). Com base nesta Carta João Marques também define o património vernáculo (tradicional ou popular) como:

[...] um modo de construir saído da própria comunidade; um carácter local ou regional reconhecidamente ligado ao território; a coerência de feição, forma, aparência e uso de estilos arquitectónicos tradicionalmente estabelecidos; o saber tradicional no desenho e na construção transmitidos informalmente; a aplicação de sistemas, ofícios e técnicas tradicionais na construção (Marques, 2014).

Os documentos internacionais foram uma base de sustento ao crescimento do planeamento e desenvolvimento sustentado e ao alargamento do conceito de património aos elementos imateriais. Estes temas têm expressão direta nos aglomerados em estudo, nomeadamente, na importância das tradições, usos e costumes no seio da comunidade. Para além da definição do património e dos valores associados, estas cartas e convenções internacionais procuram, a nível mundial, auxiliar e desenvolver mecanismos para a salvaguarda que cada país deve ter no planeamento e legislação nacional.

A nível nacional, as preocupações de salvaguarda do património popular iniciaram-se após a revolta de 1974, principalmente pela deslocação em massa da população para os centros urbanos o que favoreceu o abandono agrícola e o desinteresse pelo património rural (Marques, 2014). Este fenómeno demográfico despertou o aparecimento dos primeiros instrumentos políticos para a proteção de arquitetura vernácula e de ordenamento do território (Tomás, 2005). E a partir deste momento decorreu uma preocupação de preservar e valorizar o valor cultural, material, arquitetónico, paisagístico e etnográfico através de instrumentos de ordenamento e legislação, sugerindo a articulação com a agricultura, os produtos locais e as atividades tradicionais.

A própria Constituição da República Portuguesa transmite esta necessidade de “Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente preservando os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território” (Assembleia Constituinte, 1976).

Em 1987, a Lei de Base do Ambiente define legislação para garantir um “[...] ambiente humano e equilibrado e o dever de o defender [...]” e incentivar “[...] a continuidade de utilização de recurso naturais [...]”. Há um reconhecimento, por isso, do valor de interesse do património cultural português na procura de uma melhor qualidade de vida (Assembleia da República, 1987).

Em 2001, o Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta (ICNF) tentando responder à perda da biodiversidade e ao pedido lançado pela Comissão Europeia de “Travar a perda de biodiversidade até 2010” lançou o plano Estratégico Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB). Preconizou como objetivo, a conservação da natureza e diversidade biológica, promovendo a utilização sustentada

dos recursos locais e combatendo a “[...] desertificação, a erradicação da pobreza no papel transversal ao desenvolvimento sustentável [...]” (ICNF, 2001).

Do ENCNB destaca-se, ainda, vários instrumentos de ordenamento e classificação do território, tais como Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN), Sistema Nacional de Área Classificadas (SNAC), Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN), Domínio Público Hídrico (DPH), Rede Natura 2000 (RN2000), entre outros (ICNF, 2001) (DL nº142/2008). Estes programas têm consequências no ordenamento do território a nível nacional, regional e local, com influência nos Planos Directores Municipais. (PDM)². No caso específico de Cinfães, este instrumento de planeamento está em vigor desde 1994 e apenas estabelece seis disposições distintas do uso do solo, não prevendo qualquer planeamento intra ou intermunicipal. O município possui ainda alguns instrumentos de ordenamento que cooperam com o PDM, nomeadamente REN, RAN, RN2000, Plano de Ordenamento da Albufeira de Crestuma-Lever (POARCL) e Plano de Ordenamento das Albufeiras da Régua e do Carrapatelo (POARC), que privilegiam o equilíbrio paisagístico exigido no ENCNB. Estas condicionantes atuam essencialmente, na Serra de Montemuro, Vale do Bestança, Encosta de Nespereira e nas margens do Rio Paiva e do Rio Douro (Câmara Municipal de Cinfães, 1994). O PDM ainda prevê “Zonas e sítios com valor patrimonial” (artigo 60º), onde os aglomerados devem ser “objecto de plano de pormenor” e que as novas construções, remodelações ou reconstruções devem garantir o respeito estético e formal da zona (Câmara Municipal de Cinfães, 1994).

Segundo informações da Câmara Municipal, o município não reconhece nenhum dos aglomerados em estudo como zona de valor patrimonial e que este artigo “só” tem aplicabilidade nas proximidades de monumentos históricos identificados por esta entidade, tais como os da Rota do Românico. Todavia, esperamos que uma recente iniciativa da Universidade Fernando Pessoa para o desenvolvimento de um plano de pormenor para o aglomerado de Boassas³ e o processo de revisão em curso do PDM

² “A figura dos Planos Directores Municipais aparece pela primeira vez em 1977. Traduziu-se num avanço assinalável na medida em que se compreendia a necessidade de serem os municípios, enquanto entes mais atinentes a conhecer em primeira linha a situação geográfica, económica e social, da sua área de actuação, a desenvolverem actividades planificadoras concretas.” (L. C. C. Correia, 2013)

³ Esta iniciativa da “Associação Por Boassas”, uma associação para o desenvolvimento local, surge como um plano de pormenor, de desejo antigo, que só foi possível, recentemente, com a abertura dos quadros comunitários. A associação estabeleceu um protocolo com a Universidade Fernando Pessoa (UFP), para que o trabalho fosse desenvolvido pelos professores e alunos do curso de Arquitectura e Urbanismo da instituição. Neste momento já foi realizado o levantamento do património existente, iniciando-se em breve as propostas desenhadas (Informação recolhida de uma conversa com o Manuel Cerveira Pinto, atual diretor da “Associação Por Boassas” e docente da UFP).

ajude e melhore o planeamento do concelho, sobretudo nos núcleos em estudo. Paralelamente, o Município está a iniciar quatro Áreas de Reabilitação Urbana (ARUs) que embora, pela informação preliminar disponível, não abranjam nenhum dos núcleos de arquitetura vernacular identificados, são um bom presságio para o futuro.

A legislação de base nacional e local de conservação da natureza e da biodiversidade também promove e impulsiona o desenvolvimento local e regional “[...] através de gestão e aproveitamento sustentável dos recursos naturais [...]”, defendendo o envolvimento de toda a população neste processo (DL n.º142/2008). Contudo, as políticas do património quase sempre geram controvérsia e, por isso, é muito difícil conseguir um consenso absoluto (Pau-Preto, 2005).

É neste sentido que gostaríamos que a atual legislação de conservação do património arquitetónico demonstrasse uma maior abertura para a arquitetura vernácula, pois corroboramos a opinião de Victor Mestre de que “a legislação em vigor, em termos de Classificação do Património Arquitectónico, não é, no nosso entender, suficientemente específica nem eficaz para o caso da Arquitectura Popular” (Mestre, 2002). Consideramos que o que Nuno Portas menciona, para as zonas antigas das cidades, também se aplica aos aglomerados rurais: “[...] as políticas concretas têm de ter em conta que essas áreas dos aglomerados são teatros de conflitos de interesses que, se forem deixados a si mesmo, acabarão [...] [por] levar o corpo à agonia” (Portas, 1981). No seguimento do pensamento destes dois autores, reforçamos a importância de uma revisão da classificação em vigor e a catalogação dos elementos edificados presentes no aglomerado, procurando em comunhão com a população entender a descrição exata da sua função e a importância que tiveram e têm na identidade local (Marques, 2014).

ARQUITETURA POPULAR EM CINFÃES

A Arquitectura não é só casas e construções semelhantes. A transformação do espaço natural, em busca de melhores condições de vida, leva à criação de um habitat artificial, e esta nova definição do território pode ser entendida como arquitectura (Pinto, 2000).

O concelho de Cinfães apresenta um vasto e diversificado património arquitetónico “[...] que tem sido esquecido e que, pela sua importância enquanto testemunho da cultura, civilização e identificação de um povo, será urgente falar e chamar a atenção, tanto das autoridades competentes em particular, como do cidadão comum em geral” (Ferreira, 1996).



Figura 4_Habitacões.
Figura 5_Espaço de ventilação.

A dimensão e a localização geográficas do concelho favorecem uma grande diversidade de tipos de concepções, materiais, métodos e formas de construção (Ferreira, 1996). Esta característica permite diferenciar o concelho em três zonas distintas, segundo a sua arquitetura, em: zona Montanhosa da Serra de Montemuro, região envolvente da freguesia de Nespereira e zona baixa do concelho (imediações do Rio Douro) (Ferreira, 1996; Pinto, 2000). Esta classificação permite também identificar três tipos de conjuntos tendo em conta as características do meio onde se inserem – os aglomerados de montanha, os aglomerados ribeirinhos e os aglomerados de meia encosta (Calheiros, 2006).

Os aglomerados de montanha caracterizam-se por pequenos conjuntos de edificado compostos por palheiros, habitações, estábulos e eiras, onde os espaços públicos resultam das redes de caminhos existentes (Vasconcelos et al., 2000). No território Cinfanense, este género de aglomerado insere-se maioritariamente na zona do alto da Serra de Montemuro, com povoamentos bastante espaçados em si, pequenos e fechados para si mesmos, remetendo para a ideia de castros. A construção caracteriza-se pela utilização de materiais locais, como o granito e o colmo, aplicados com técnicas tradicionais transmitidas de geração em geração, o que garante uma relação harmoniosa entre o edifício e o meio onde está inserido. No entanto, esta caracterização vê-se afetada pela introdução de novos métodos construtivos e materiais, em detrimento da utilização das técnicas e materiais locais. Embora tal facto suceda por evolução natural, conduz há perda da relação entre a arquitetura e o meio. Apesar disso, ainda é possível observar um carácter de unidade nestes locais, sendo exemplo disso, os núcleos da Gralheira, Alhões, Vale de Papas e Bustelo.

Os aglomerados da Serra de Montemuro apresentam uma arquitetura de influência castreja, com forte ligação à agricultura e à herança comunitária. Os edifícios de pequena dimensão têm paredes de granito irregular e pouco trabalhado (Figura 4). As aberturas existentes são limitadas e de pequena dimensão por questões de isolamento e simplificação na execução. Assim, o edifício tipo (Figura 20) apresenta: uma janela, uma porta e não existe chaminé, sendo a ventilação, sempre que necessária, garantida por um orifício localizado no topo da parede e perto da empena mais baixa (Figura 5). As poucas paredes interiores, assim como o pavimento, são de madeira. A cobertura, hoje, maioritariamente revestida



Figura 6_Habitação de colmo.

a telha era outrora revestida a palha de centeio, denominada de colmo⁴ (Figura 6). O colmo era essencialmente usado na região entre o Vale do Bestança e o alto da Serra do Montemuro, utilizando-se em habitações, palheiros e moinho. Este sistema construtivo encontra-se em risco de extinção pela (quase) perda de mão-de-obra especializada, assim como pelo desinteresse dos proprietários e entidades responsáveis na sua preservação. Tal facto conduzirá à perda de uma tradição de valor patrimonial local e nacional. No entanto, temos de reconhecer que este sistema tem algumas desvantagens em relação à utilização da telha, uma vez que obriga à renovação periódica e sendo um material natural está mais sujeito a uma maior deterioração pelos agentes externos.

A habitação da Serra do Montemuro apresenta dois tipos de organização, uma com dois pisos e outra de apenas um piso. Quando o edifício se desenvolve em dois níveis, a habitação situa-se no piso superior, enquanto o rés-do-chão alberga os animais. Os dois pisos são separados apenas pelo soalho e respetiva estrutura, existindo em alguns casos alçapões que permitem a “eliminação” direta dos resíduos alimentares e pontualmente outros elementos orgânicos. Quando as habitações apresentam apenas um piso, os anexos agrícolas encontram-se localizados em torno desta, sendo a sua distribuição garantida por uma área central - o Pátio, que estabelece a ligação ao espaço público.

Por outro lado, os aglomerados ribeirinhos Cinfanenses, que aparecem sobretudo ao longo dos Rios Douro, Paiva e Bestança, estão maioritariamente ligados às atividades de comércio e transporte (Calheiros, 2006). O que explica que nestes núcleos, em contraste com os anteriores, o espaço público incluía largos ou praças onde se realizavam as feiras semanais ou quinzenais. Enquanto que na maioria das construções dos aglomerados de montanha o piso térreo albergava animais, nos aglomerados ribeirinhos, alguns edifícios apresentavam estabelecimentos comerciais no piso térreo, mantendo-se a habitação nos pisos superiores. São exemplos deste tipo de núcleos Guimbra, Boassas e Pias.

As coberturas são em telha canudo e aparecem sobre uma estrutura tradicional de madeira, enquanto as fachadas apresentam diferentes configurações. Porém, as mais habituais são as paredes de granito rebocado e pintado, caracterizando-se pela aplicação

⁴ Para a execução de uma cobertura de colmo, antes sequer da entrada da palha em ação, era necessário a aplicação de uma estrutura de madeira a qual serviria de revestimento interior da habitação e de apoio à aplicação do colmo, apelidada de “guarda pó”. A palha era colocada com as espigas, ou melhor, com a extremidade onde estas deveriam estar, para baixo. A zona superior era composta por quatro vigas de madeira sobre as quais eram colocadas pedras que tinham a função de fixar a “colma”. A mesma técnica era repetida nos beirados, para impedir que os ventos levantassem a cobertura de colmo. Após concluída a “colma” esta deveria ter a “espessura de uma mão semi-cerrada” (Ventura, Monteiro, Fonseca, & Oliveira, 2000).



Figura 7_Habitação em xisto.

de tons claros. Nesta zona também é comum o uso de alvenaria de granito apenas no piso inferior, aligeirando os seguintes em tabique⁵ “[...] revestido de ardósia ou telha de meia-cana, ou ainda simplesmente em madeira” (Ferreira, 1996). No interior, o pavimento é em soalho e as paredes em tabique. A presença de varandas e de avançados em madeira também são habituais nestas edificações (Ferreira, 1996).

Nos aglomerados de meia encosta, a morfologia do terreno faz com que a densidade das habitações seja menor e o seu desenvolvimento geralmente é feito ao longo de uma via de circulação (Calheiros, 2006). As características do edificado são influenciadas tanto pelos aglomerados de montanha como pelos aglomerados ribeirinhos, embora na área de estudo, os aglomerados de meia encosta se aproximem mais da linguagem da arquitetura de montanha. Por exemplo, os aglomerados de Cristelo, Vale do Cão e Souto de paradela, em foco mais à frente na investigação, demonstram a ténue transição dos aglomerados de montanha para os de meia encosta inseridos no concelho de Cinfães.

Já a zona sudoeste do concelho, definida pela freguesia de Nespereira, é marcada pela introdução de dois novos materiais, a ardósia e o xisto. Nesta região, os edifícios apresentam, de uma forma geral, dois pisos onde, como na Serra de Montemuro, o piso inferior é ocupado por currais (Figura 68).

À medida que nos aproximamos de Arouca e dos solos mais xistosos inicia-se a introdução do xisto na alvenaria, substituindo o granito. De início, o xisto é utilizado como elemento de enchimento com pouca expressão até atingir, na área de Souto de Paradela, toda a extensão da parede e relegando o granito apenas para elementos estruturais como ombreiras, padieiras e cunhais (Figura 7). As coberturas sofrem um processo semelhante quando a ardósia vai gradualmente assumindo relevância. No aglomerado de Cristelo, esta surge somente no perímetro do telhado, que ao garantir um maior alcance do beirado permite uma maior eficácia no afastamento da água da fachada. Ao passo que em Paradela, a ardósia já assume toda a extensão da cobertura.

Apesar da diferença nos materiais de construção é possível descobrir semelhanças entre esta zona envolvente da freguesia de Nespereira e a zona montanhosa da Serra de Montemuro. Um exemplo é a ligação à agricultura, que representa um papel importante na economia e no modo de subsistência local. Deste modo é comum a presença de construções tradicionais associadas a esta atividade, como os espigueiros e as eiras.

⁵ Parede feita a partir de uma estrutura de madeira disposta em forma de grade que se vai enchendo de argamassa, caracterizando-se pela sua estreita espessura.



Figura 8 e 9_ Espigueiros.

Figura 10 e 11_ Eiras.

Figura 12_ Abrigo de pastores na Serra do Montemuro.

A forma é invariavelmente a mesma. Uma caixa comprida e estreita, coberta por duas águas [...] com divisões interiores removíveis e porta num dos topos. Situam-se perto ou defronte das eiras, de que são o complemento (Associação dos Arquitectos Portugueses (coord.), 1988).

Os espigueiros (Figura 8 e 9), embora presentes em todo o concelho, são mais comuns na zona de Montemuro, Vale do Bestança e no Vale de Nespereira e têm a função de guardar as espigas de milho ou de outro cereal, “[...] são verdadeiros silos erguidos [...]” (Pinto, 2000). Composto por uma base de pedra ou de madeira elevada do solo que permite resguardar os cereais dos roedores, evitando também o contacto com a humidade do solo. Já o ripado de madeira, que encerra as laterais, permite a ventilação natural e impede o envelhecimento do produto assim como garante a secagem adequada. O uso dos materiais locais leva à variação da imagem, mas mantém-se a forma. Assim o revestimento do telhado de duas águas varia entre o colmo, a lousa e a telha, dependendo da região. Por uma questão económica “os [...] canatros⁶ são praticamente todos de madeira com excepção dos apoios que são sempre em pedra” (Pinto, 2000) e, para facilitar os trabalhos agrícolas, agrupam-se em torno das eiras.

As eiras (Figura 10 e 11) são espaços amplos, de dimensão variada e em lajeado de granito onde ocorrem ações como a desfolhada e a secagem do cereal, normalmente de cariz comunitário. Localizam-se no interior dos aglomerados em locais de boa exposição solar e com ventos favoráveis.

Em toda a extensão do território de Cinfães é evidente a existência de um património diversificado e de interesse no campo da arquitetura popular, que inclui a habitação, mas também elementos ligados à agricultura, como eiras e espigueiros, à religião como capelas e igrejas, ou com menor dimensão as alminhas e ainda infraestruturas e equipamentos como calçadas antigas, pontes, levadas e águas ou os abrigos dos pastores (Figura 12). Estes abrigos surgem espalhados pelas zonas de pastoreio, maioritariamente na região da Serra, Vale do Bestança e Vale de Nespereira. Sendo construções precárias, de escassos metros quadrados, permitem apenas o abrigo dos pastores das intempéries durante o tempo de pastoreio e, em geral, são executadas por sobreposição de pedras sem qualquer tipo de argamassa e por uma única abertura.

De referir ainda que no conjunto de edifícios de arquitetura popular é possível encontrar alguns elementos com visível detalhe e decoração, nomeadamente, em fechos e batentes de porta, brasões e desenhos esculpidos em ombreiras e padieiras, detalhes

⁶ Localmente, os espigueiros também são denominados de canastros.

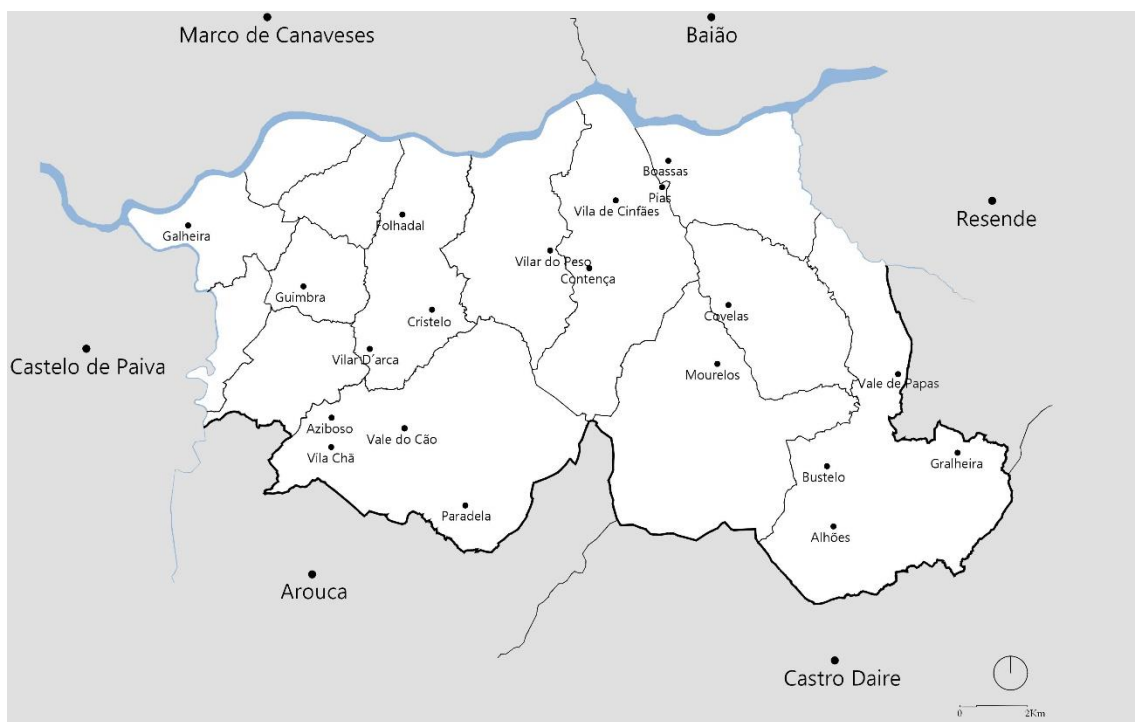


Figura 13 e 14_ Detalhes construtivos, ombreira e fecho.

Figura 15_Aglomerados de Cinfães com presença vernácula, imagem adaptadas de <https://www.cm-cinfaes.pt/index.php/municipio/cmc/freguesias/item>, a 21/12/2016.

executados nas casas mais abastadas que abrangem diversos temas, desde representações anatómicas, às animais ou do quotidiano rural (Figura 13 e 14). Assim, estes componentes artísticos têm a função exacerbadora da ideia empírica associada à porta, à transição entre o interior/exterior, a casa/rua ou simplesmente entre o nosso/doutrem.

Este património popular é visível em vários aglomerados do concelho. Apesar do nosso estudo se ter centrado nas duas Rotas definidas, numa fase inicial identificámos 20 aglomerados onde a arquitetura popular predomina e constrói a paisagem (Figura 15). Consideramos crucial a definição de uma política de valorização destes conjuntos arquitetónicos, garantindo deste modo a presença ativa desta arquitetura popular na contemporaneidade.

O turismo tem sido visto como uma oportunidade de desenvolvimento dos territórios rurais, visando a melhoria da qualidade de vida das populações e valorizando os seus recursos endógenos (Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto, 2000; J. Correia & Carvalho, 2010; Associação do Turismo de Aldeias, 2013; Fazenda, 2015). Por esta razão, nos últimos anos têm-se multiplicado a criação de programas de intervenção estratégicos nestes meios, onde a Aldeias Históricas de Portugal, a Aldeias de Portugal, a Rede das Aldeias de Xisto e a Rota do Românico, representam apenas alguns exemplos relevantes. A criação destas iniciativas surge também devido à exigência e à procura cada vez maior e mais especializada por parte dos turistas, estes procuram viver a verdadeira essência dos espaços. Deste modo, estes programas procuram impulsionar os potenciais de cada região, oferecendo uma experiência enriquecedora e diferenciada aos visitantes (Agência para o desenvolvimento turístico das aldeias de xisto, 2000; J. Correia & Carvalho, 2010; Associação do Turismo de Aldeias, 2013; Fazenda, 2015).

No entanto como avançam Juliana Correia e Paulo Carvalho, na maioria das vezes a oferta turística local é limitada, em termos de alojamento, animação, gastronomia e atividades lúdicas. Esta limitação surge, por somente, se focalizarem na promoção turística da zona, esquecendo-se de desenvolverem equipamentos locais que a suportem, o que faz com que sobressaia a ideia que na maioria destas iniciativas o investimento privilegia mais o visitante do que a população local (J. Correia & Carvalho, 2010; Sousa, 2014).

Naturalmente defendemos uma inserção natural e adequada do turismo na tipologia dos aglomerados em estudo com vista a garantir a preservação genuína do espaço e a harmonia da relação da comunidade no e com o espaço. Reconhecemos, por isso, as vantagens deste processo na divulgação e na rentabilização destas aldeias, nomeadamente a nível financeiro, justificando muitas vezes a preservação das festividades e das feiras tradicionais.

Deste modo, e no caso específico de Cinfães, o turismo tem de ser encarado como uma consequência natural, alicerçada na natureza e nos recursos endógenos locais, reforçando a competitividade da região, através de uma abordagem sustentada e planeada das Rotas propostas.

A estratégia da inclusão das Rotas como impulsionador do planeamento estratégico entre os núcleos, segue a tese desenvolvida por J. Ferrão, “[...] uma aglomeração [...] com uma posição estratégica no interior de uma rede dinâmica conseguirá, por certo, desenvolver actividades de nível bastante superior ao que seria de esperar numa óptica rigidamente hierarquizada” (Ferrão, 1995). Assim, a Rota é capaz de desenvolver relações socio-espaciais de forma a cultivar as tradições e ligação arquitetura-meio (Carvalho, 2011a), além de procurar impulsionar as condições económicas locais, através da rentabilização dos seus recursos, assumindo contudo, consensualização das necessidades locais e da população (Sousa, 2014). Neste sentido, embora se considere fundamental estender a política de valorização do património popular a todo o concelho, a definição das duas Rotas e a planeamento de uma estratégia de desenvolvimento para cada uma pretende facilitar a sua execução e aumentar a ambição das propostas.

Cada Rota é constituída por um conjunto de aglomerados de características semelhantes e próximos entre si. A escolha destes núcleos foi definida pelos distintos materiais, usos e costumes, assim como pelas particularidades decorrentes da localização, clima, vivência e formas de estar no espaço. Deste modo, procuramos apostar em duas Rotas que demonstrassem a variedade do património arquitetural local, assim como permitissem uma estratégia de desenvolvimento sustentado pelas potencialidades de cada aglomerado, salvaguardando, a identidade de cada lugar.

Deste modo, a “Rota de Montemuro” consiste na ligação de quatro núcleos rurais típicos da arquitetura de montanha desta região, Alhões, Bustelo, Vale de Papas e Gralheira. A escolha desta rota justifica-se pela simbologia icónica que a Serra tem no concelho, assim como pela existência em grande parte dos traços originais da Arquitetura popular (Vasconcelos et al., 2000).

A segunda rota – que chamamos “Rota do Granito ao Xisto”, pretende demonstrar a diversidade geográfica do concelho, que se traduz nos materiais construtivos utilizados nos edifícios e que caracterizam estas paisagens, o granito e o colmo, bem como o Xisto e a Ardósia. Além disso apostamos em aglomerados mais pequenos e com necessidades distintas dos da primeira Rota, procurando assim apresentar estratégias específicas e diferenciadoras, demonstrando que, independentemente das limitações, cada lugar tem potencial passível de valorizar e impulsionar.

PARTE II

O AGLOMERADO: DO SÍTIO AO LUGAR



Figura 16_Aldeia de Alhões
Figura 17_Aldeia de Bustelo da Laje
Figura 18_Aldeia da Gralheira
Figura 19_Aldeia de Vale de Papas

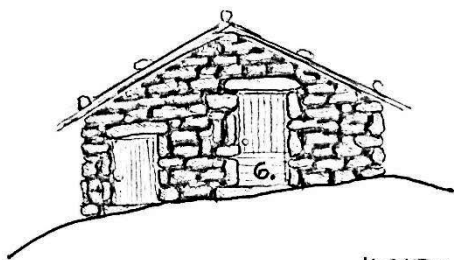
ROTA DE MONTEMURO

A rota de Montemuro, tal como o nome indica, insere-se em plena Serra de Montemuro e estabelece a ligação entre os núcleos de Alhões, Bustelo, Gralheira e Vale de Papas (Figura 16, 17, 18 e 19). Dada a sua localização, e relativa proximidade, somos capazes de identificar um conjunto de características comuns nestas aldeias.

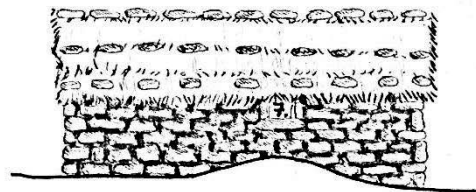
Estes núcleos definem-se por uma implantação de cota elevada, variando entre os 830 e os 1100 metros, sendo por essa razão, dos aglomerados mais altos do concelho de Cinfães. Este facto proporciona a presença de um clima bastante rigoroso no inverno, onde o vento forte e a queda de neve condicionam o quotidiano de quem lá vive, mas que cativa a visita de outros.

Os núcleos caracterizam-se por uma arquitetura endógena inserida de forma harmoniosa no meio e ligada a uma paisagem montanhosa, abundante em planaltos e outeiros.

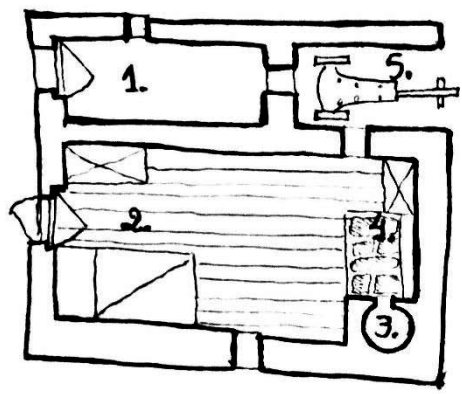
A região de Montemuro, como já referimos, caracteriza-se, ainda, pela presença da pedra granítica. Este material é, por isso, a “face” da maioria das construções tipo destes núcleos (Figura 20). Nas construções mais antigas, a pedra surge de uma forma tosca e pouco trabalhada, caracterizada por um alinhamento irregular e sem presença de um elemento ligante. A cobertura era, e ainda é num reduzido número de edifícios, feita em colmo, que tal como o granito é um material local. A utilização deste material está também associada à dificuldade de transporte da telha e à falta de meios financeiros. A execução da maioria das paredes é feita por uma alvenaria dupla, sendo o interior composto por elementos de terra e pedras de pequenas dimensões, desempenhando



ALÇADO



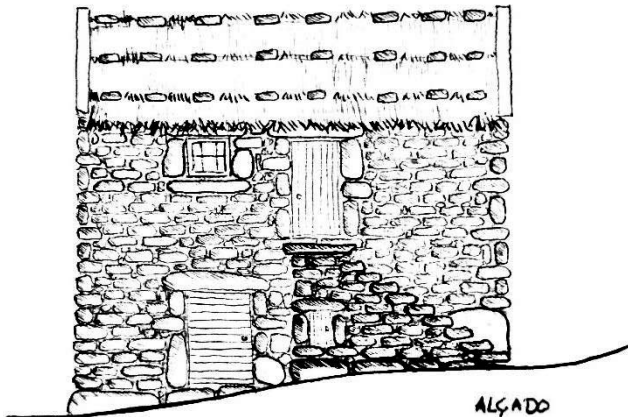
ALÇADO



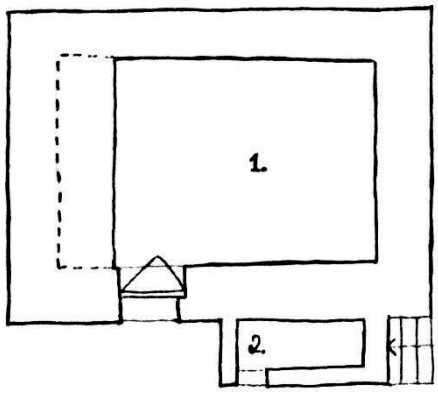
PLANTA

- 1. CUCINA
- 2. SALA | QUARTO
- 3. TOENO
- 4. LAREIRA
- 5. "GARAGEM" CAIXO DE BOIS
- 6. TELA PORTA
- 7. JANELA VENTILÇÃO

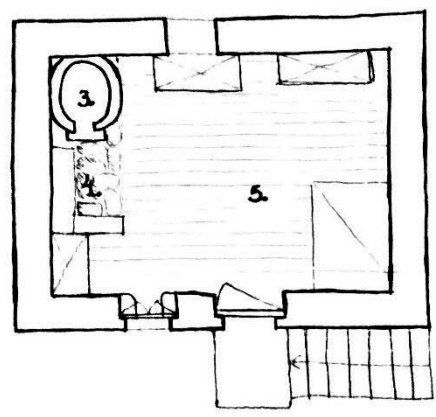
- 1. CUCINA
- 2. GALINHEIRO
- 3. TOENO
- 4. LAREIRA
- 5. QUARTO | SALA



ALÇADO



Piso Réis do Gão



Piso 1

Figura 20 _Representação das casas tipo da Rota do Montemuro

funções de isolante térmico. A alvenaria de pedra sendo de junta seca era preenchida com musgo.

No entanto, hoje, a melhoria dos meios de circulação permite a chegada de novos materiais de construção. Este facto, contribui, não só, para o desuso do colmo, mas também para o aparecimento do tijolo, bloco e telha, já que a sua aplicação e mão-de-obra é mais barata.

A agricultura e a criação de gado mantêm um papel crucial nestes locais, marcando, de forma ativa a organização e, sobretudo, a imagem dos aglomerados. Como exemplo temos a transição harmoniosa entre a aldeia e serra dada quer, pela proximidade das hortas e quintais às construções quer, pela unidade e diversidade de edificado de apoio às práticas agrícolas, como espigueiros, pequenas arrecadações de alfaias, abrigos de animais e eiras.

Pretendeu-se realizar seis estudos analíticos por aglomerado que permitirão um profundo conhecimento individual de cada conjunto.

No levantamento foi realizado o registo da conservação do edificado (01), assim, os núcleos serão classificados em três níveis: “bom estado” de conservação, atribuído a construções com condições de habitabilidade satisfatórias considerando o uso do espaço; “estado razoável” associa-se às edificações ainda com uma utilização regular, mas que apresentam sinais evidentes de deterioração e visível necessidade de obras de reabilitação e recuperação; e em “ruínas”, construções devolutas, que devido ao seu estado de conservação apresentam elevado risco de colapso, chegando mesmo a colocar em causa a segurança de pessoas e bens.

Foi também realizado o registo dos “elementos descaracterizadores” (02) dos núcleos. Onde estão incluídas construções que pela escala, cor de reboco, escolha de material de acabamento ou, por outras razões, conduzem à perda da identidade rural que caracteriza a arquitetura da serra de Montemuro e põem em causa a harmonia entre património e natureza.

Clarificamos também a utilização do tipo de edificado existente nos núcleos. Distinguindo habitações; anexos agrícolas incluindo os currais, espigueiros, celeiros e arrecadações de alfaias; comércio e restauração, nos quais incluímos cafés, minimercados, restaurantes, artesanato e padarias; serviços, com destaque para as escolas, Juntas de Freguesia, capelas, igrejas e cemitérios; e os edifícios sem utilização como devolutos. Este registo permite entender não só a estrutura que compõe os aglomerados rurais, mas também a distribuição das várias funções no espaço.

Fizemos também a caracterização do espaço público, onde destacamos zonas e espaços diferenciadores e/ou com potencial de cada aglomerado. Incluindo nesta definição zonas de convívio importantes na dinâmica e organização dos núcleos como adros das igrejas, zonas desportivas, eiras, entre outras.

Procedeu-se também ao estudo das vias de comunicação dos aglomerados, analisando a sua materialidade e o seu estado de conservação. O conhecimento deste registo torna-se fundamental para garantir a ligação entre as quatro aldeias e reduzir o seu isolamento. Em conversa com os habitantes apercebemo-nos que estas aldeias se encontram servidas não só por fracos acessos, mas também por uma escassa rede de transportes públicos. Por exemplo, na maioria destes núcleos e nas interrupções letivas, a frequência de um autocarro para a sede do concelho é de apenas duas vezes por mês.

Procuramos, ainda, realizar o registo do tipo de ocupação dos espaços construídos, classificando-os como ocupação sazonal (edificações que possuem um carácter temporário) e utilização permanente do espaço. O resultado deste estudo permitiria um conhecimento mais real das condições dos aglomerados. No entanto, tendo em conta a dimensão e a falta de informação estatística destes núcleos, este estudo ficou incompleto e limitado a Vale de Papas, onde foi possível com os habitantes locais aferir sobre este tipo de ocupação.

A realização destes estudos contribui, assim, para a definição paramétrica dos levantamentos dos diferentes conjuntos, facilitando assim a sua comparação e o seu planeamento.

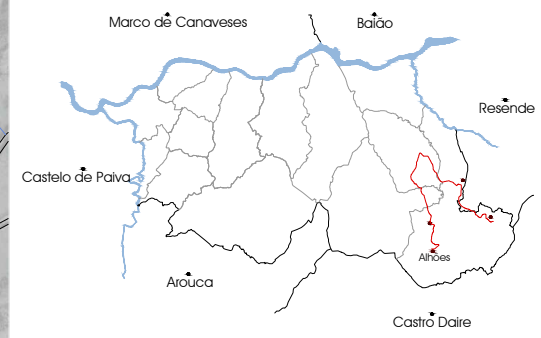
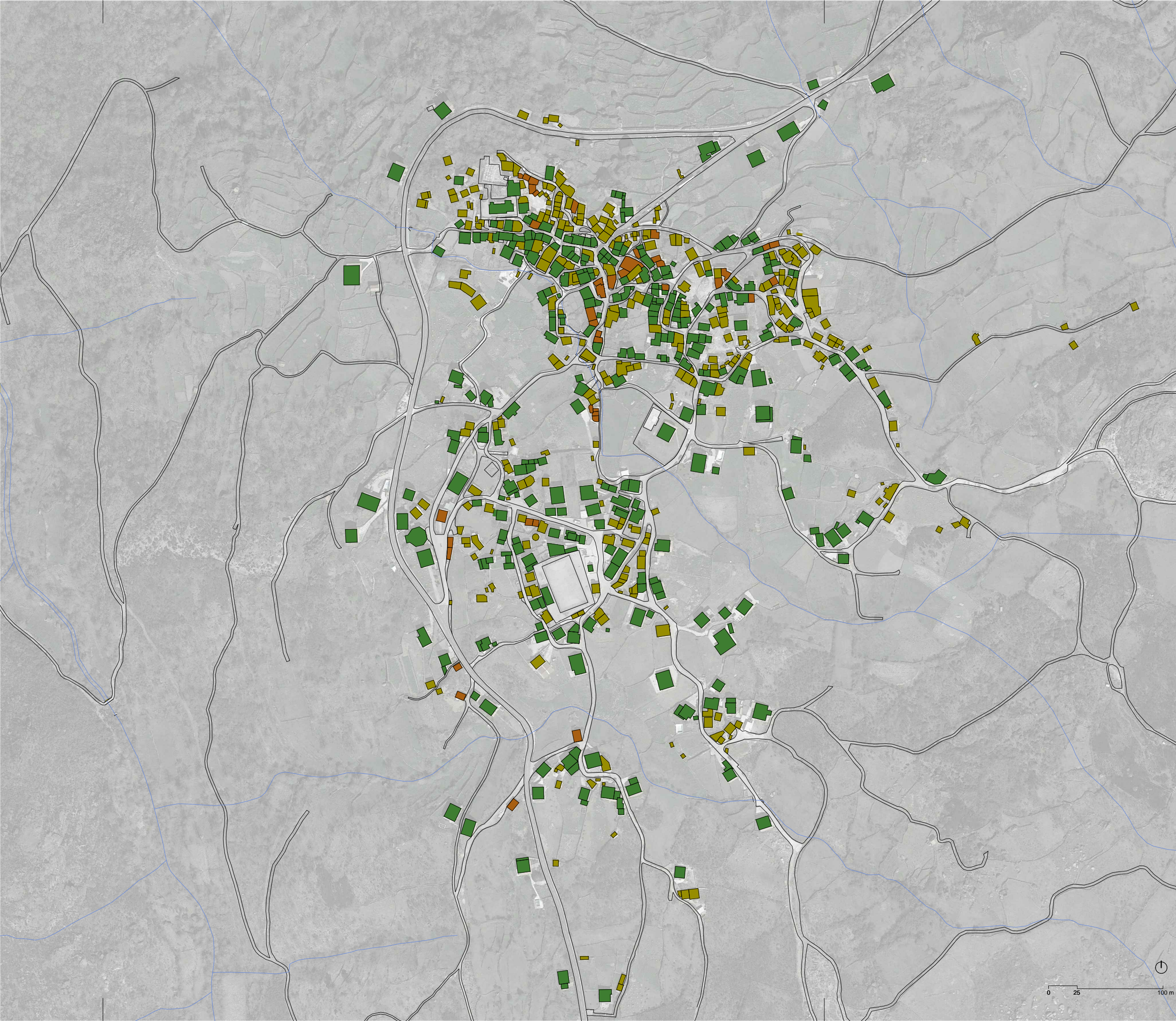


Figura 21_Aldeia de Alhães.

ALHÕES

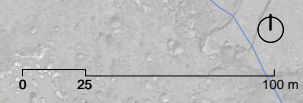
O aglomerado de Alhões foi freguesia até à recente Reforma Administrativa do Poder Local de 2013 (lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro da Reorganização administrativa do território das freguesias). Após esta data, este local passou a estar inserido na União de Freguesias que também engloba Gralheira, Bustelo e Ramires. Localizado no afloramento rochoso da Serra de Montemuro, a uma altitude entre os 1000 e 1100 metros, é um dos pontos mais a Sul do concelho de Cinfães (Figura 21).

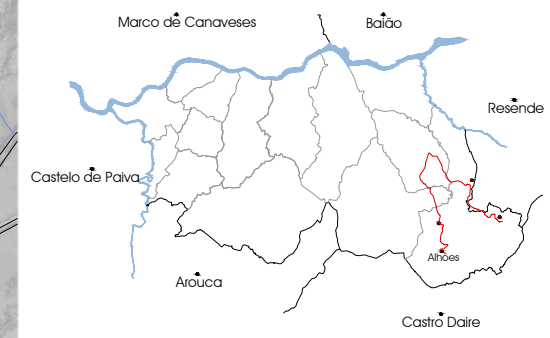
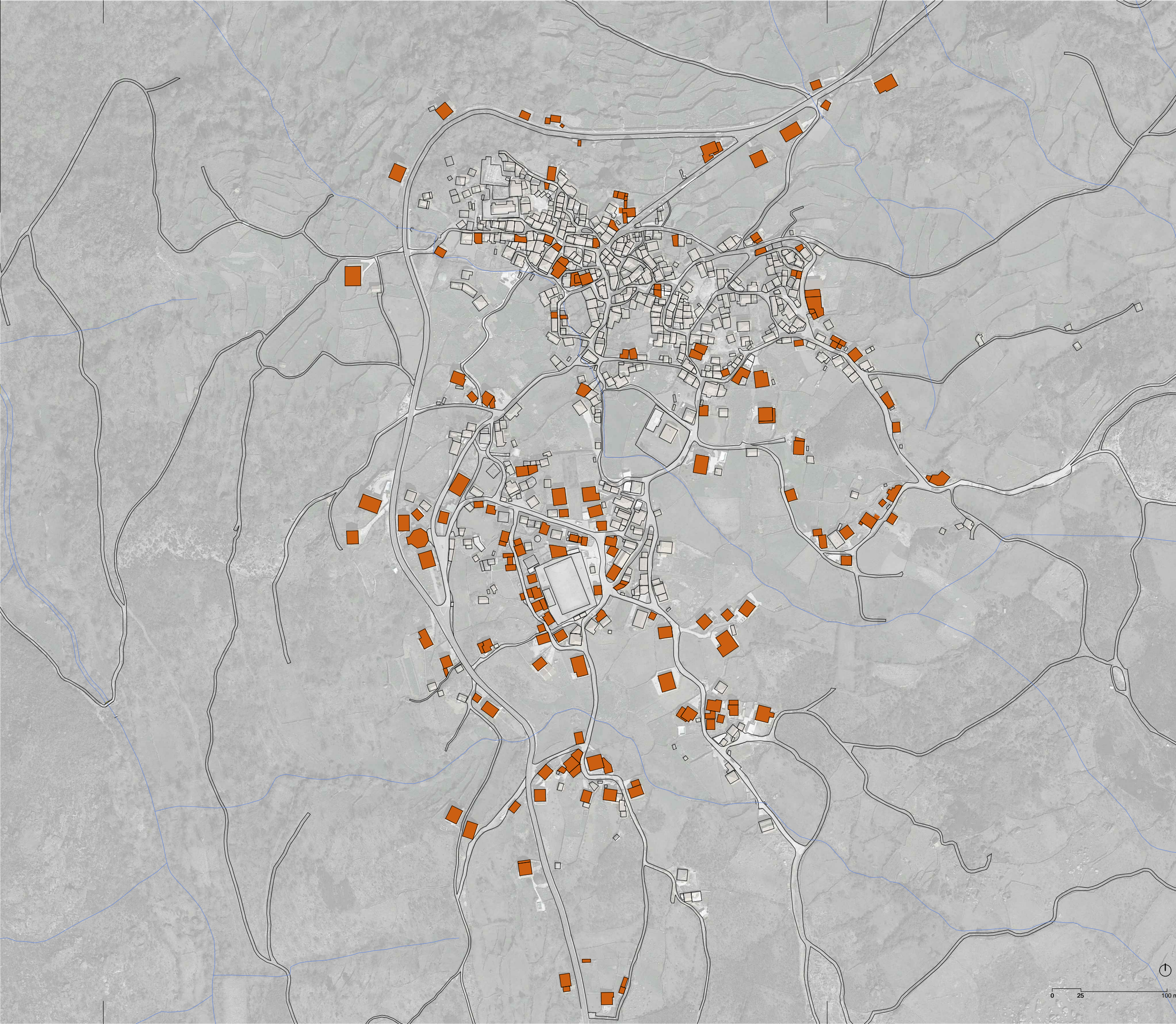
Atualmente, Alhões é constituído por dois núcleos de construções (Consultar levantamentos). O conjunto a norte mantém a estrutura rural primitiva, mantendo ainda hoje grande parte dos traços da arquitetura vernacular. Já o conjunto mais a Sul é caracterizado por construções mais recentes e dispersas que acentuam grandemente as diferenças relativamente à zona antiga. Poderemos, contudo, considerar Alhões ainda um bom repositório de arquitetura popular e com grande potencial de intervenção, para a fixação de pessoas com grande capacidade turística.



- Bom estado
- Estado razoável
- Ruína

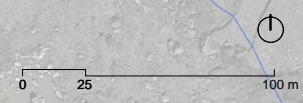
Alhães | Cinfães
Rota de Montemuro
01_ESTADO DE CONSERVAÇÃO

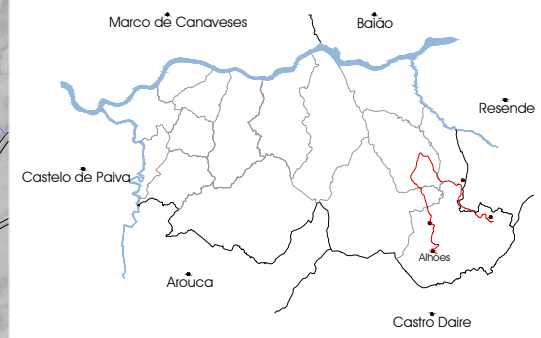
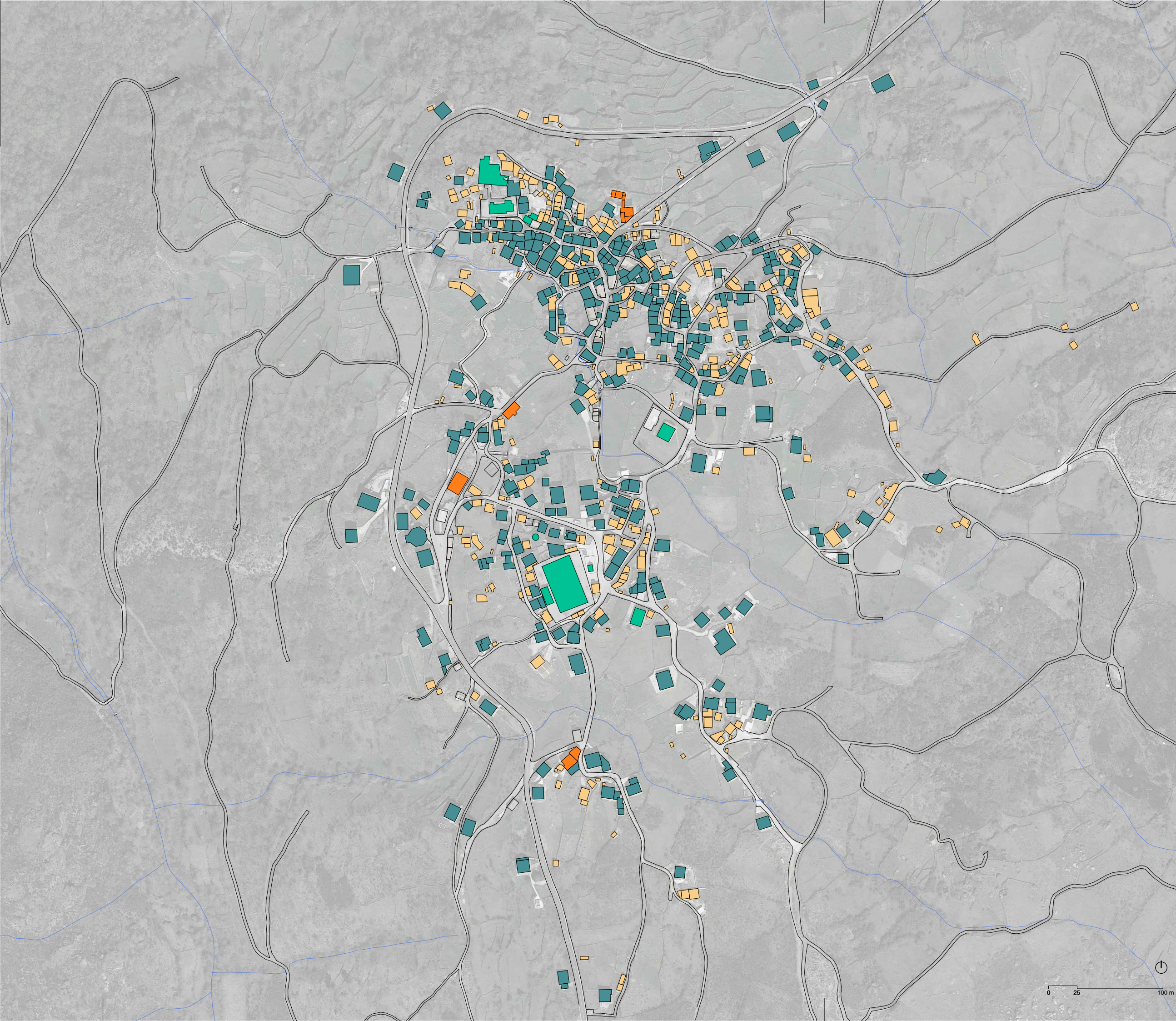




Elementos descaracterizadores

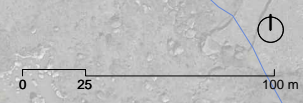
Alhães | Cinfães
Rota de Montemuro
02_E. DESCARATERIZADORES

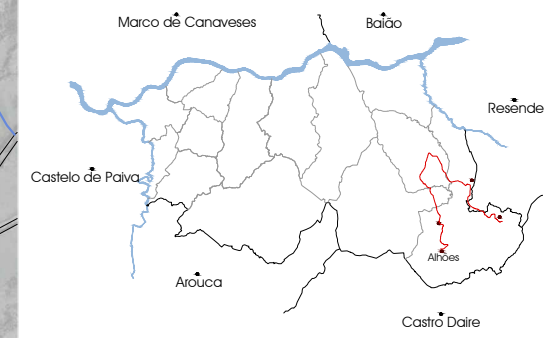
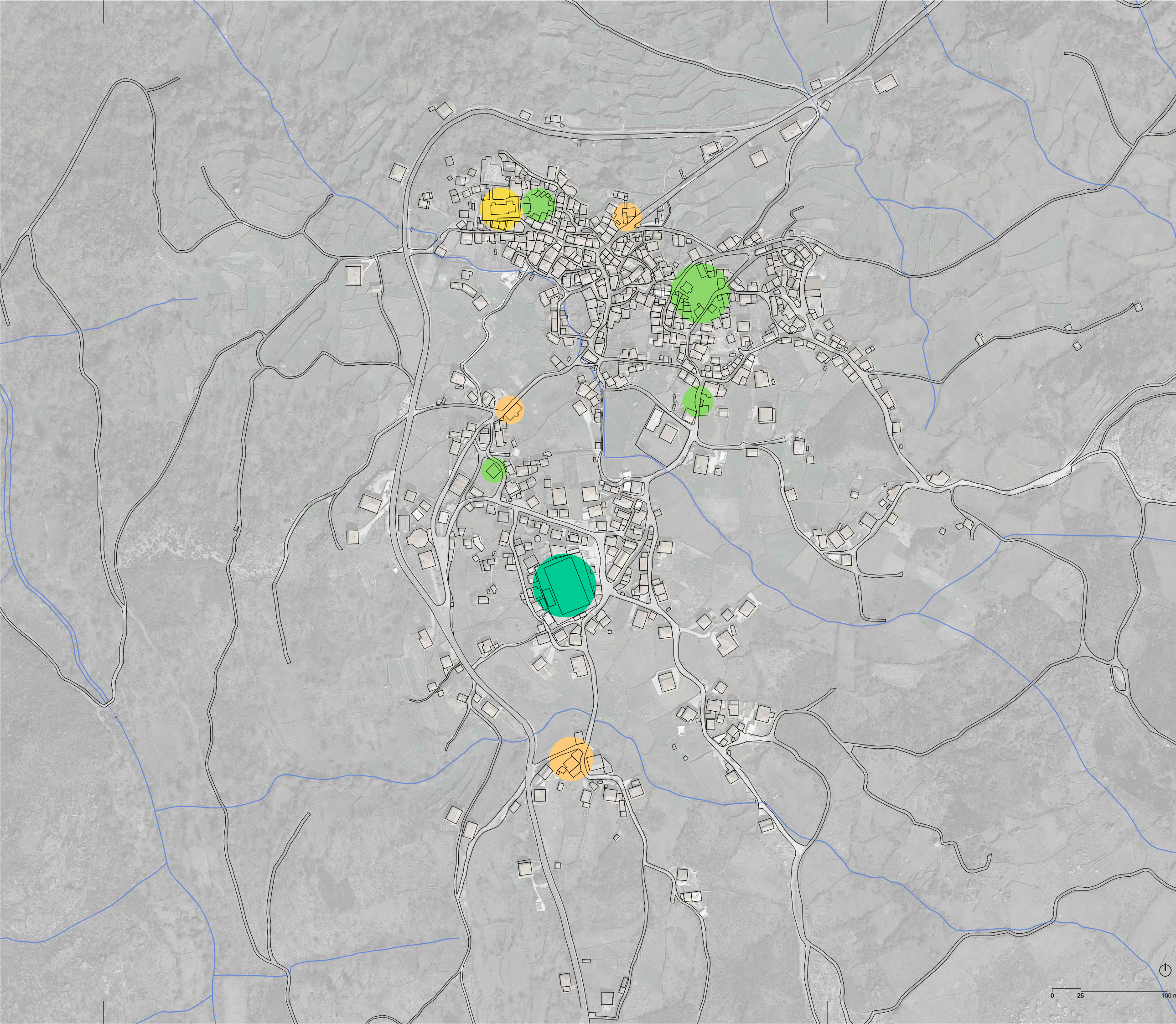









-  Habitação
-  Equipamento
-  Comércio | Restauração
-  Anexos agrícolas
-  Edificação devoluto

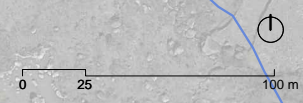
Alhães | Cinfães
Rota de Montemuro
03_TIPO DE EDIFICADO

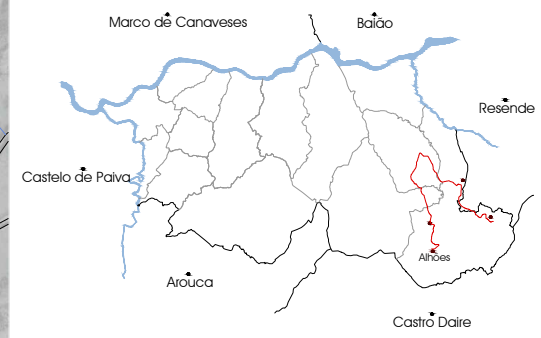




-  Zona desportiva
-  Eiras
-  Adro
-  Zona convívio | lazer
-  Linhas de água à superfície

Alhães | Cinfães
Rota de Montemuro
04_ESPAÇOS PÚBLICOS





- Alcatroado
- Empedrado
- Não pavimentado

Alhães | Cinfães
Rota de Montemuro
05_TIPO DE PAVIMENTOS

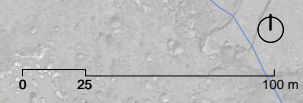




Figura 22_Acesso viário
Figura 23_Escola básica
Figura 24_Reservatório de água

Da primeira deslocação a Alhões, com o objetivo de estudar e analisar o seu espaço, recordamos a sensação de tristeza que nos assaltou na sua chegada. A principal razão de tal tristeza foi o avistamento, a certa distância, de construções que destoavam da restante aldeia. Chegados à aldeia seguimos pelas estreitas ruelas muradas (Figura 22) – de ressaltar que embora de dois sentidos mal permite a passagem a um automóvel – até chegar ao largo da capela. Aqui, hoje, encontra-se também a zona desportiva, que segundo o levantamento topográfico da Câmara Municipal, seria, e veio a confirmar-se, o único local possível de estacionamento no interior do aglomerado.

No primeiro contato com o núcleo foi possível analisar o tipo de edificado (03_Tipo de Edificado) e compreender a estrutura da malha que o compõe. Ao mesmo tempo registámos o estado de conservação dos elementos construídos (01_Estado de Conservação). A realização conjunta dos dois levantamentos permitiu perceber como tem sido feita a intervenção neste núcleo, e ao mesmo tempo, identificar os pontos que mais carecem de reabilitação.

Alhões é constituído por cerca de 500 construções. Ao longo do estudo e análise do lugar foi possível identificar, aproximadamente, 150 habitações, 300 anexos agrícolas, apenas quatro edifícios associados ao comércio e restauração, oito construções destinadas a serviços e as restantes encontram-se devolutas.

De entre as edificações de comércio e restauração encontra-se uma padaria, que fornece grande parte do pão ao concelho de Cinfães; dois cafés, um em vias de encerrar e um outro que ao conter um minimercado oferece uma alternativa às grandes superfícies do centro de Cinfães (distanciados cerca de 25 km); e uma antiga mercearia. No que aos serviços diz respeito, destacam-se poucos elementos. A igreja em honra de São Palásio; o cemitério; a capela em louvor a Santa Bárbara; o polidesportivo; a antiga Escola Básica (Figura 23), atualmente encerrada devido à reestruturação do ensino básico em Complexos escolares, que deslocou as crianças para o Complexo de Oliveira do Douro; a sede da Junta de Freguesia, que apesar de ter perdido o título mantém algumas funções administrativas; e por fim, o Centro de Dia, que permite, um apoio crucial à população maioritariamente idosa. O depósito de água (Figura 24), ainda em funcionamento, é uma peça representativa da beleza e criatividade da arquitetura popular desta região. Com uma planta circular e construído com material local – a pedra, garante ainda hoje o fornecimento da água ao povo de Alhões. As restantes construções, pouco mais que 40, encontram-se em muito mau estado de conservação e por esta razão foram classificadas como devolutas.



Figura 25_Casa de traça vernacular
Figura 26_Habitação transformada em celeiro

É importante mencionar que Alhões possui um sistema de água canalizada que abastece o depósito referido e que surgiu a partir de nascentes de água oferecidas pelos habitantes para consumo público⁷. Contudo, o aglomerado continua sem rede pública de saneamento básica.

O registo do estado de conservação do edificado (01_Estado de Conservação) demonstra que o “bom estado” associa-se maioritariamente às habitações, serviços e comércio|restauração, isto porque, sendo construções recentes apresentam-se em melhores condições. As construções em “estado razoável” associam-se, quase exclusivamente, aos anexos agrícolas, embora se verifique também em algumas habitações. Estas edificações apresentam sinais evidentes de deterioração, contudo, mantêm-se em utilização – ressaltar que a maioria se encontra na zona mais antiga do núcleo, local onde a arquitetura vernacular predomina.

O modelo da casa que caracteriza a arquitetura popular de Alhões (Figura 25 e 20) corresponde a um edifício de dois pisos, onde o piso térreo alberga os animais e a habitação se situa no primeiro piso. A habitação é servida pelo exterior por uma escada maciça de pedra granítica e a cobertura, atualmente, em telha cerâmica, era noutros tempos em colmo.

À medida que nos deslocámos pelo aglomerado e segundo o que nos foi dito pela população apercebemo-nos que, atualmente, este tipo de edifícios já não é muito utilizado para habitação. A emigração, ou simplesmente, a mudança para habitações com melhores condições de salubridade e conforto fez com que as antigas habitações começassem a ser utilizadas como celeiros e arrumos de alfaías agrícolas, perceptível pela presença de elementos do passado, sejam cortinas nas janelas de guilhotina ou, simplesmente, *bibelots* esquecidos, que estranhamente decoram hoje em dia estes locais. Enquanto o piso térreo continue a proteger e a resguardar os animais (Figura 26).

Assim podemos concluir que o reduzido número de construções em ruínas se deve à extraordinária gestão realizada pelos proprietários, que ao reutilizarem estes espaços com outra função impedem o seu abandono e conseqüente a sua perda material, preservando a arquitetura vernácula. Contudo, é importante salientar que embora não se perca o edifício em si, ocorre a perda do valor do uso, memória e identidade para que foram construídos.

⁷ É cobrado um valor de dez euros por ano para manutenção.



Figura 27_Elemento descaracterizador

O levantamento dos edifícios que descaracterizam o traço vernáculo do conjunto é deveras crucial já que assenta num problema atual com que estes núcleos se confrontam e que se traduz na perda da identidade local e da imagem harmónica entre o sistema Meio-Homem-Casa.

No registo dos elementos descaracterizados notou-se que as zonas de maior “descaracterização” se concentram a Sul do aglomerado (Figura 27), o que fez com que concluíssemos tratar-se de uma zona de ocupação recente. A construção da ligação viária municipal 555-2, entre Ferreiros de Tendais e a estrada nacional 321, fomentou o aparecimento de novas construções ao longo do seu percurso, todas, ou quase todas, pouco enquadradas com o conjunto. Embora algumas destas construções revelem a vontade | tentativa de enquadramento, normalmente, tal não é executado e pensado da melhor forma, seja pela escolha do tipo de pedra, que muitas vezes não é da região, seja pelo seu aspeto artificial ou, simplesmente, pela má aplicação do material, em alinhamentos horizontais. A utilização da pedra apenas como revestimento conduz à perda da ideia de robustez que caracteriza a construção em pedra.

Contudo considera-se que, com algumas pequenas intervenções, é possível amenizar a consequência de algumas destas opções. Falamos essencialmente da utilização de cores demasiado fortes como o cor-de-rosa “barbie” e o amarelo fluorescente em edifícios que com a simples alteração da cor, podem aproximar-se mais do enquadramento pretendido (assunto abordado nas estratégias desenvolvidas para as rotas propostas).

A análise do espaço público surge de forma a indicar zonas diferenciadoras e com potencial de desenvolvimento que estimulem a reabilitação do aglomerado. Com tal objetivo em vista identificamos uma zona desportiva, que inserida no centro do aglomerado, é composta pelo polidesportivo, respetivo balneário e por uma zona de estar e de convívio, fruto de uma recente intervenção urbanística. Sendo o único elemento identificado associado ao desporto, acreditamos que os percursos que ligam todo a núcleo e a este, convidam à prática de caminhadas na natureza. O Adro da Igreja é outro espaço público com importância simbólica e afetiva, mas sobretudo é um espaço de convívio | permanência no período que antecede e sucede as cerimónias religiosas.

O arruamento próximo aos cafés é utilizado como espaço de convívio devido ao pelo reduzido fluxo automóvel.



Figura 28_ Eira comunitária
Figura 29_ Água de regadio

Existem também quatro eiras que ainda se encontram em funcionamento. Estes espaços estão, normalmente, associados a outro tipo de construção característico destes meios – os espigueiros, onde o cereal é guardado até ser malhado⁸.

É importante referir, que a eira mais a norte e de maior dimensão é o local da vigia (Figura 28). A vigia consiste na aglomeração de todas as cabeças de gado do povoamento, para formar um só rebanho para ser levado para a serra para pastar. Este sistema característico da região permite manter a tradição local de pastoreio com um reduzido número de pastores (Pereira, 2012). Esta eira serve, então, para a reunião e separação dos animais de cada proprietário (Girão, 1940).

Ainda sobre o espaço público é de referir a existência de linhas de águas de regadio (não empedradas) à superfície que atravessam e dividem o aglomerado (Figura 29). A referência a estes elementos deve-se às potencialidades de aproveitamento que estes podem trazer para a estratégia de desenvolvimento a apresentar.

A análise do tipo de pavimento dos arruamentos (05_Tipo de Pavimentos) permitiu concluir que apesar das reduzidas dimensões, se encontram em ótimo estado de conservação. O cerne do núcleo é todo empedrado, em cubo de granito amarelo e enquadra-se na imagem do núcleo. Destaca-se a exceção da Estrada Municipal (M 553-2) onde o asfalto é o material de revestimento e, uma ou outra ruela de fraca afluência que se encontra sem pavimentação.

Por último é necessário explicar a ausência do levantamento do tipo de ocupação das edificações, que se deveu, essencialmente, à grande dimensão do aglomerado. Desta forma, pela mera observação torna-se impossível compreender se a edificação tem um uso sazonal ou permanente.

⁸ Processo de separação e extração dos grãos da espiga.



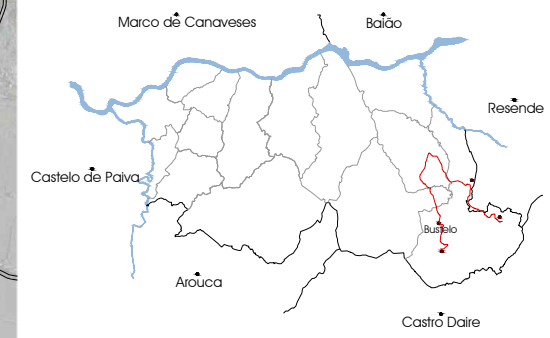
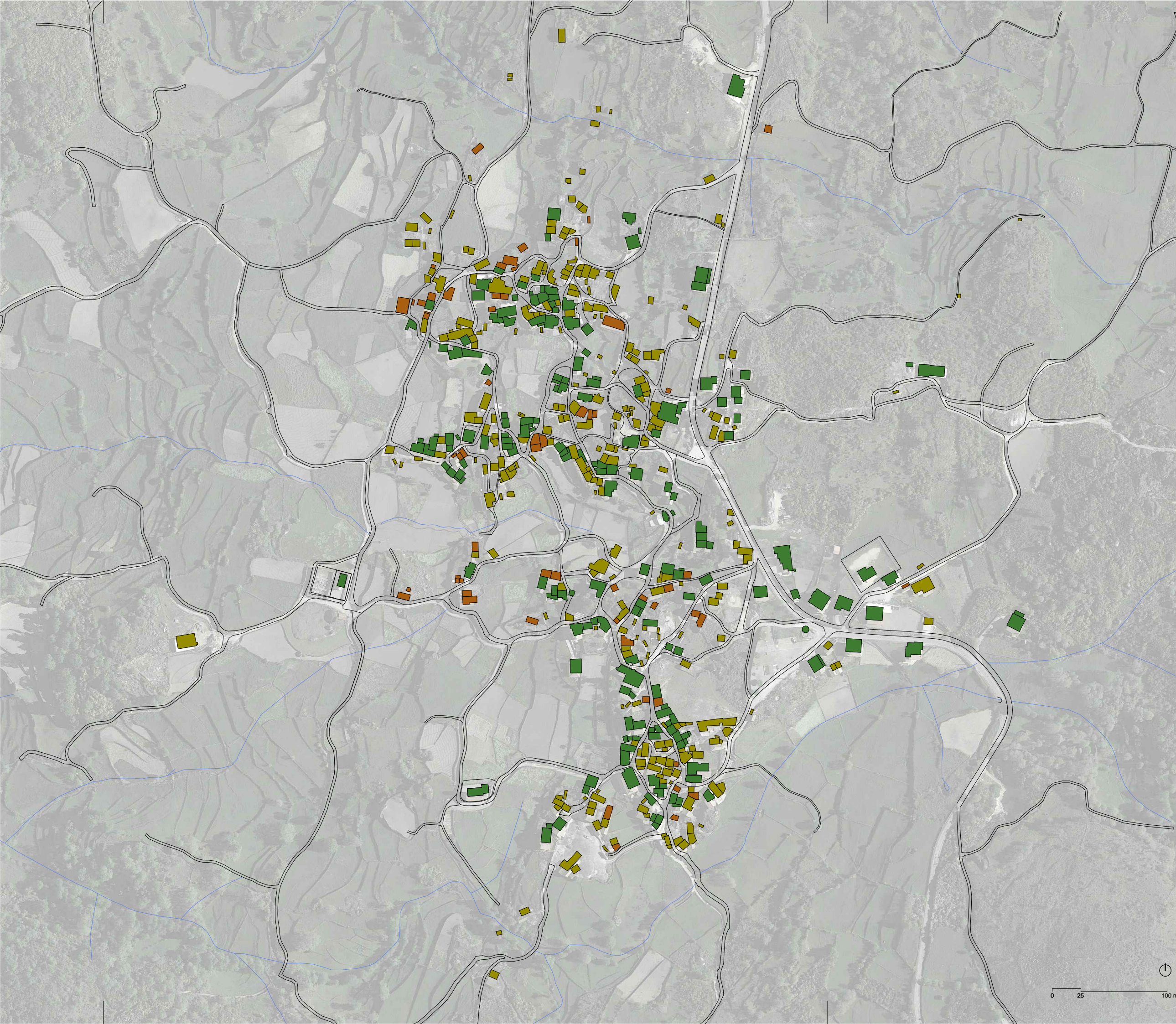
Figura 30_Aldeia de Bustelo da Laje

BUSTELO

A aldeia de Bustelo da Laje, também conhecida apenas por Bustelo e que deve a denominação a duas impressionantes lajes de granito existentes no núcleo, está inserida numa União de Freguesias com Alhões, Gralheira e Ramires. Desenvolve-se a uma altitude compreendida entre os 810 e 910 metros de altitude, tornando-se o núcleo mais baixo desta rota de onde é possível contemplar a paisagem do Vale do Bestança e da Serra de Montemuro (Figura 30).

O aglomerado de Bustelo dispõe-se de forma dispersa pelo território, organizando-se em pequenos conjuntos de construções (consultar levantamentos) que preservam as antigas características arquitetónicas, assim como a vida ligada ao campo e à agricultura. Os socalcos, criados pelo Homem, e a abundância de água favorecem a agricultura – o meio de subsistência da maioria de população.

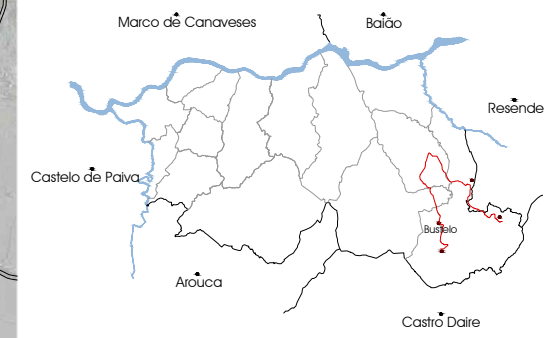
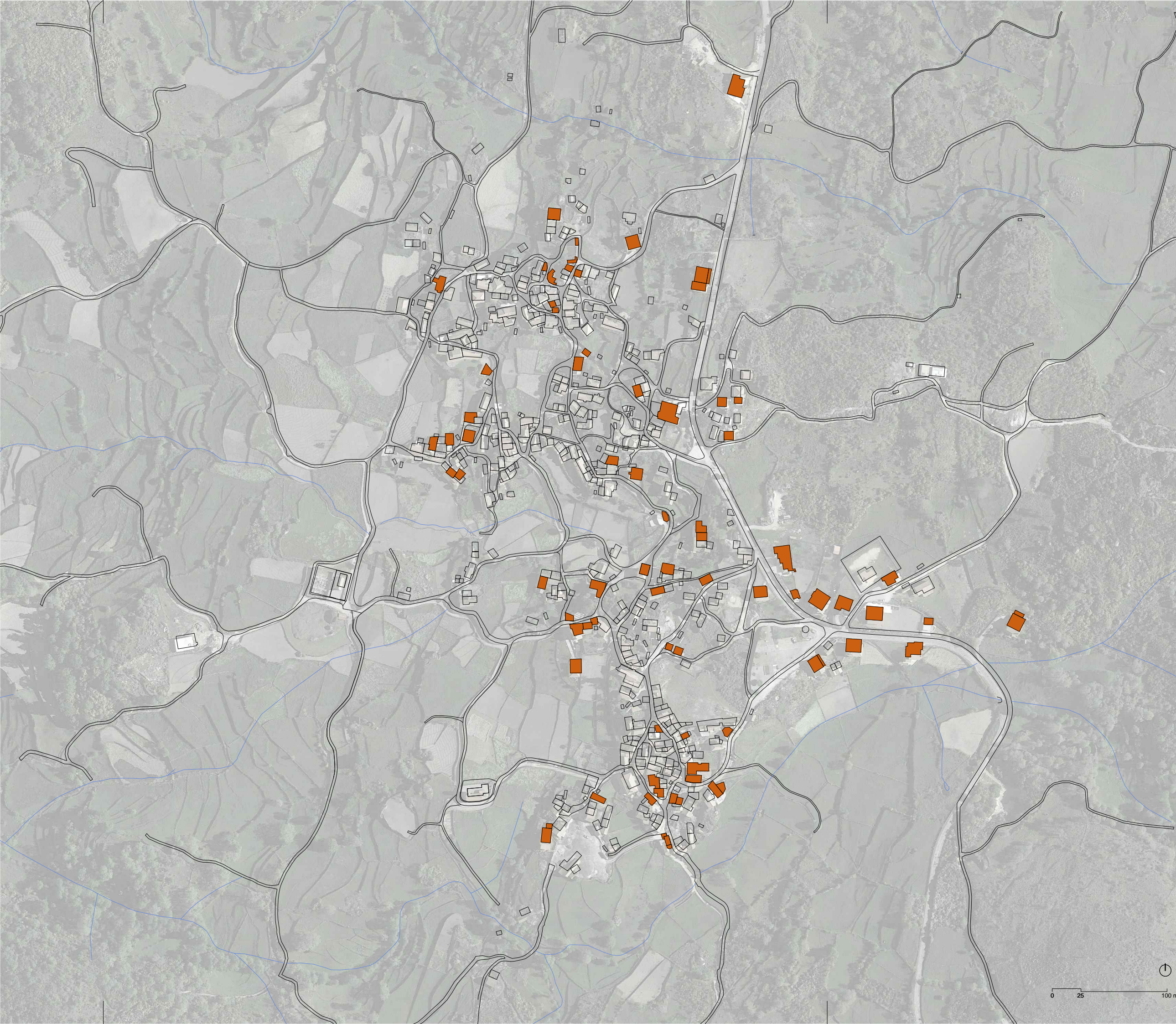
Este conjunto tornou-se importante na caracterização e demonstração da arquitetura vernácula da Serra de Montemuro, já que ainda preserva funcionalmente as construções, os costumes, as tradições e os hábitos de outros tempos.



- Bom estado
- Estado razoável
- Ruína

Bustelo | Cinfães
Rota de Montemuro
01_ESTADO DE CONSERVAÇÃO

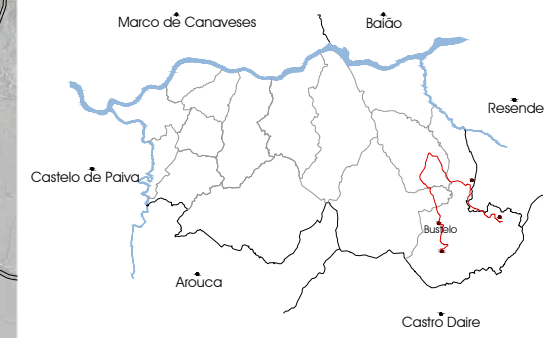
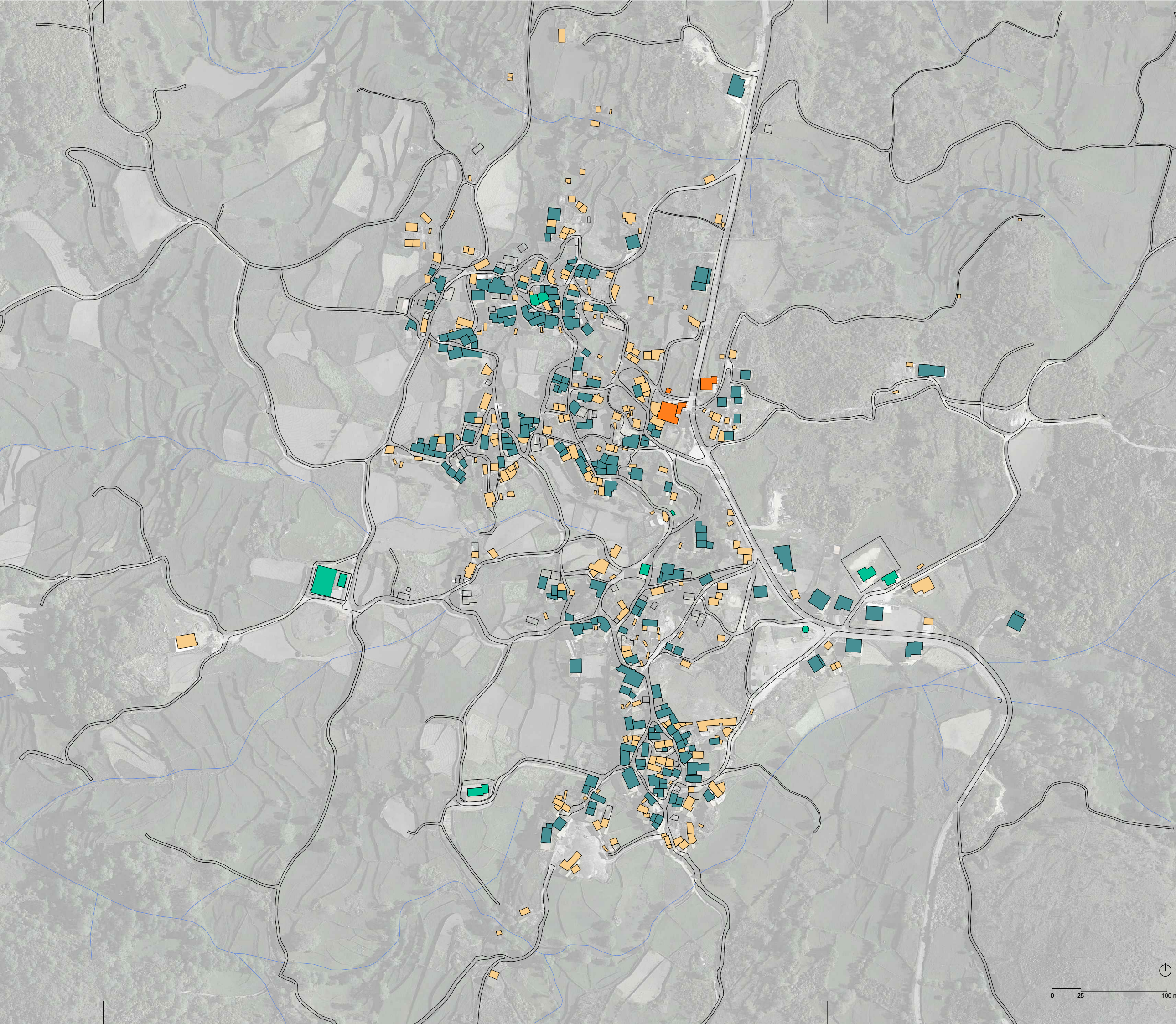




Elementos descaracterizadores

Bustelo | Cinfães
Rota de Montemuro
02_E. DESCARATERIZADORES

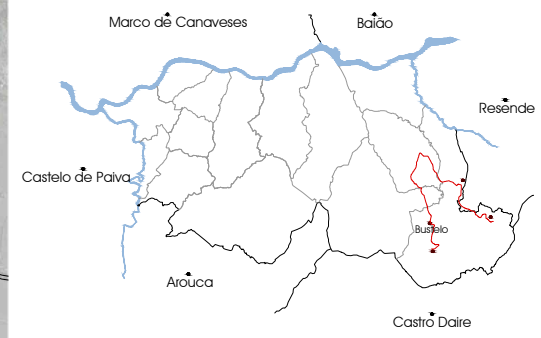
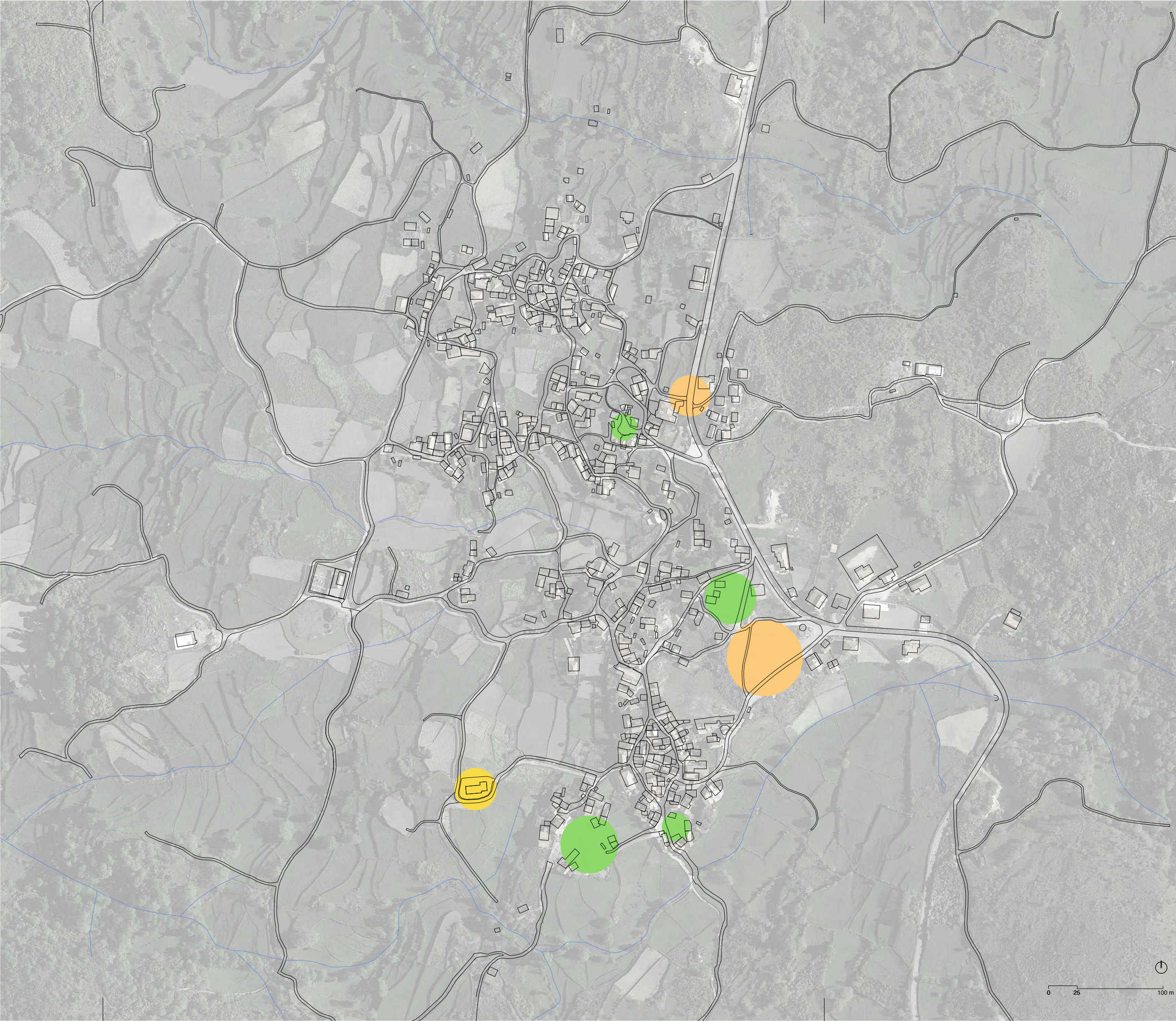




- Habitação
- Equipamento
- Comércio | Restauração
- Anexos agrícolas
- Edificação devoluto

Bustelo | Cinfães
Rota de Montemuro
03_TIPO DE EDIFICADO

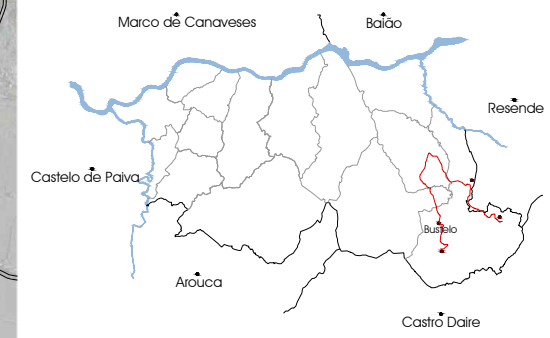




- Eiras | Lajes
- Adro
- Zona convívio | lazer

Bustelo | Cinfães
Rota de Montemuro
04_ESPAÇOS PÚBLICOS





- Alcatroado
- Empedrado
- Não pavimentado

Bustelo | Cinfães
Rota de Montemuro
05_TIPO DE PAVIMENTOS





Figura 31 _Um caminho algures por Bustelo da Laje
Figura 32_Antiga Escola Básica
Figura 33_Associação de Caçadores

Na primeira deslocação a Bustelo, a indicação de “[Bustelo] Centro” encaminhou-nos para uma ruela empedrada que se desenvolve em curvas e contracurvas, e que pela reduzida largura quase impede a chegada de um automóvel ao destino (pelo menos aos condutores menos experientes) (Figura 31).

Seguindo um dos objetivos do trabalho – interação com os habitantes destes núcleos – surgiram, nesse momento, dois populares que, parando a parilha de vacas que puxava o carro de bois, nos questionaram sobre o nosso objetivo. Oferecendo, assim, a oportunidade de obtermos informações que facilitaram o levantamento.

Deste modo, para além do reconhecimento da aldeia, registámos o tipo de edificado (03_Tipo de edificado) e analisámos o estado de conservação dos elementos construídos (01_Estado de Conservação). Estas duas análises permitiram o conhecimento mais sólido do espaço e a identificação das zonas mais sensíveis para reabilitar.

O núcleo de Bustelo é composto por, aproximadamente, 540 edificações dos quais cerca de 220 são habitações, 265 são anexos agrícolas, 10 são serviços, 3 são edifícios associadas ao comércio e à restauração e as restantes (pouco mais de quarenta) encontram-se devolutos (03_Tipo de edificado).

Como comércio e restauração contabilizamos: dois cafés, um deles encontra-se já encerrado e o outro contém um minimercado oferecendo uma alternativa viável às grandes superfícies distantes; e um atelier de arte, que apenas funciona de forma sazonal.

Relativamente aos serviços existe a igreja, em louvor a Santo António, executada com grandes blocos de granito e o cemitério, associado à capela em honra da Nossa Senhora da Conceição que serve de casa mortuária. A sede da Junta de Freguesia que perdeu a função de sede, mas continua a desempenhar um papel administrativo. A Escola Básica de Bustelo (Figura 32), que tal como a anterior, se encontra encerrada pela transferência para o Complexo Escolar de Oliveira do Douro. Um edifício localizado nas proximidades da escola alberga a Associação de Caçadores (Figura 33), demonstrando a tradição na região desta prática desportiva que atrai centenas de pessoas à Serra de Montemuro. A sudeste do núcleo encontra-se o Miradouro, uma intervenção recente que permite a observação de toda a aldeia e a envolvência do Vale do Bestança e da Serra de Montemuro. A nascente encontra-se o Coreto e o caminho municipal 555-2 e a poente, a mais pequena das lajes de granito que dá nome à aldeia. Estas lajes diferenciam o local e reforçam a simbiose existente entre o construído e a natureza (Figura 34).



Figura 34_ Laje de granito com celeiros
Figura 35_ Laje de granito com "espigas" da cana de milho
Figura 36_ Antiga casa de habitação

Ao percorrer o aglomerado é possível observar diversos fontanários e tanques públicos. A inexistência de um sistema de abastecimento de água faz com que estes sejam a principal fonte de distribuição de água às casas que não possuem nascentes e poços de água próprios. O sistema de esgotos existente é individual e cada habitação possui uma fossa séptica.

O núcleo de Bustelo é composto por várias eiras associadas a espigueiros. Estes elementos demonstram a importância da agricultura como modo de subsistência que ainda hoje persiste. São espaços comunitários e neles se realizam diversas atividades, como a desfolhagem e a secagem de cereais (Figura 35).

A análise do registo do estado de conservação do edificado permite compreender que: as edificações em “bom estado” são, normalmente, habitações e distribuem-se de forma homogênea pelo conjunto; cerca de 8% das construções encontram-se devolutas; e mais de metade, mesmo que em utilização, apresenta evidentes sinais de decadência e deterioração. Estes dados apontam para a necessidade urgente de reabilitação destes edifícios (01_Estado de Conservação).

A arquitetura popular de Bustelo está relacionada com a ligação estreita que este núcleo possui à terra e ao campo. O que justifica o aparecimento de celeiros – construções em pedra granítica de forma irregular e de planta retangular nas proximidades das eiras. Já a habitação, tal como em Alhões, está mais uma vez subdividida em dois pisos – o inferior com o curral e o superior com a habitação, com poucas aberturas e de reduzidas dimensões (Figura 36). A cobertura, de duas águas, era também originalmente revestida a colmo, no entanto, atualmente, este deu lugar à telha cerâmica. É, ainda, possível encontrar algumas habitações de traça popular de um só piso que, geralmente, se agregam a outras construções de apoio agrícola.

Com o registo dos elementos descaracterizadores concluímos que a aldeia possui um número considerável de edificações não enquadradas no lugar e no meio (Figura 37). Podemos ressaltar a maior incidência a Sul e ao longo da ligação viária municipal nº 555-2. Estes edificados mais recentes denotam várias referências externas e alteram a linguagem do aglomerado (02_Elementos descaracterizadores).

Da análise dos espaços públicos (04_Espaços Públicos) podemos identificar duas zonas de convívio, uma nas imediações dos cafés, em plena estrada municipal nº 555-2, que devido ao reduzido fluxo viário permite o estacionamento e uma zona de convívio dos habitantes. A outra zona de convívio situa-se no referido Miradouro. À semelhança dos restantes aglomerados desta rota, o adro da igreja é também importante na vivência



Figura 37_ Elemento descaracterizador
Figura 38_ Caminhos
Figura 39_ Natureza

e convívio da aldeia. Por fim destacamos, também, as eiras como espaços sociais importantes, que como referido, são espaços comunitários onde, ainda hoje, se realizam diversas atividades relacionadas com a agricultura.

Quanto ao tipo de pavimento, o núcleo apresenta uma rede viária em bom estado de conservação, empedrada e, por isso, enquadrada na linguagem do aglomerado (Figura 38). No entanto, as reduzidas dimensões dificultam a circulação automóvel. Os arruamentos que ligam aos campos agrícolas não são pavimentados já que a sua pouca utilização não justifica este melhoramento. A única via alcatroada da aldeia é o caminho municipal nº 555-2 que estabelece a ligação entre Alhões e Ferreiro de Tendais (05_Tipo de pavimentos).

A grande dimensão do aglomerado dificultou a obtenção de dados que permitissem o registo das construções com uma utilização sazonal ou permanente, optando-se por isso pelo seu não levantamento.

Por fim é de destacar a inserção da aldeia de Bustelo nos percursos pedestres “Encosta da Serra” promovidos pela Associação do Bestança e pelo Município. Por exemplo, o trilho “Rota da Água e da Pedra” tem as Lajes da aldeia como ponto de partida e de chegada. Esta atividade promove, assim, o contacto com a natureza ao mesmo tempo que dá a conhecer o património local (Figura 39).



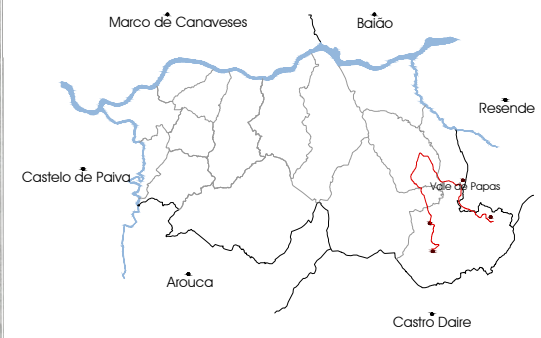
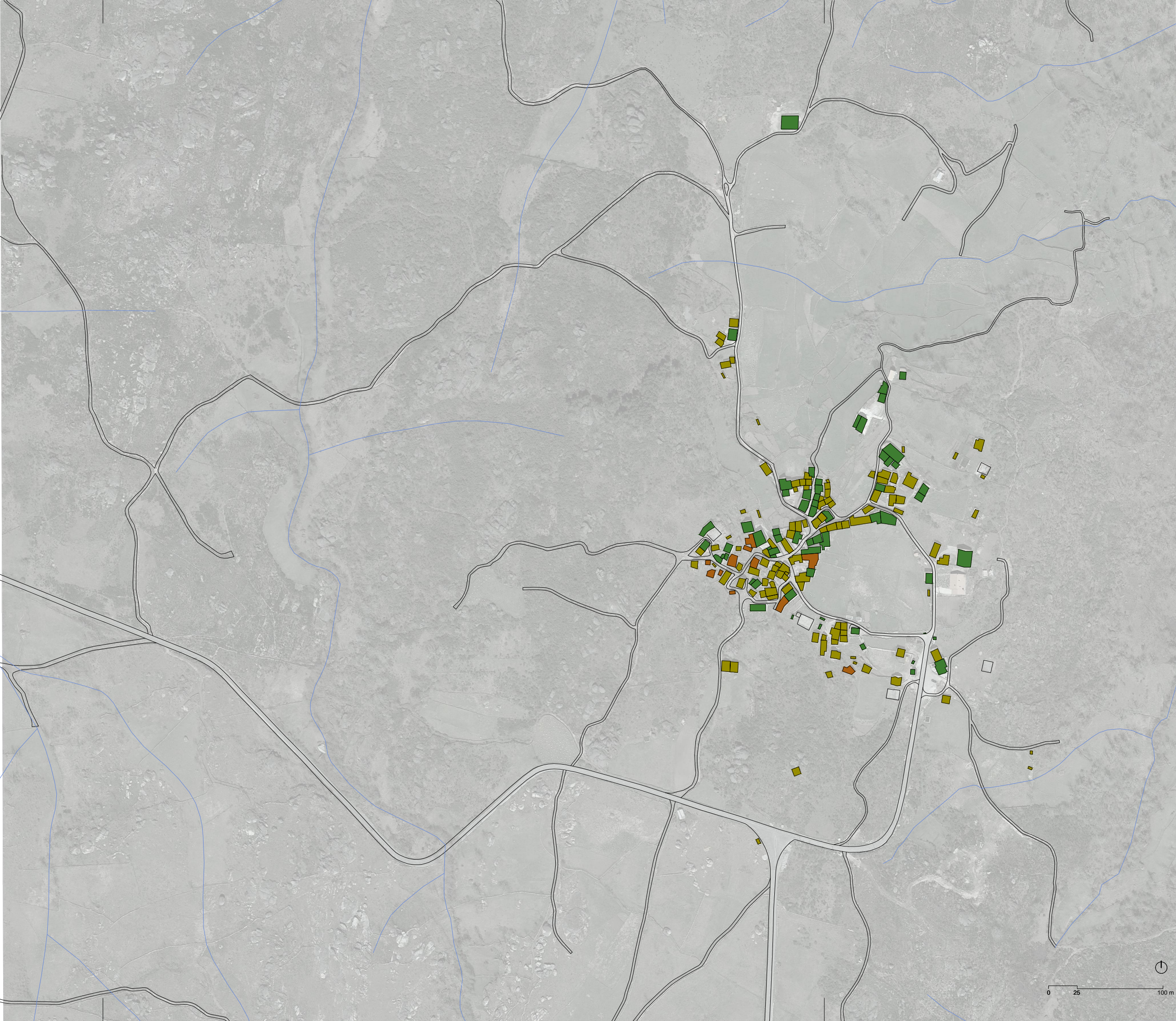
Figura 40_Aldeia de Vale de Papas

VALE DE PAPAS

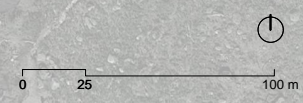
Vale de Papas é uma aldeia serrana situada na esquecida Serra de Montemuro. Até à Reforma Administrativa Nacional de 2013 (lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro da Reorganização administrativa do território das freguesias) integrava a freguesia de Ramires, atualmente faz parte da União de Freguesias de Ramires, Alhões, Gralheira e Bustelo (Figura 40). Localiza-se a uma altitude entre os 990 e os 1050 metros o que favorece a queda de neve nos meses mais frios.

Vale de Papas é constituído por um conjunto de casas em granito, algumas das quais apresentam ainda telhados em colmo, o que caracteriza e distingue o conjunto.

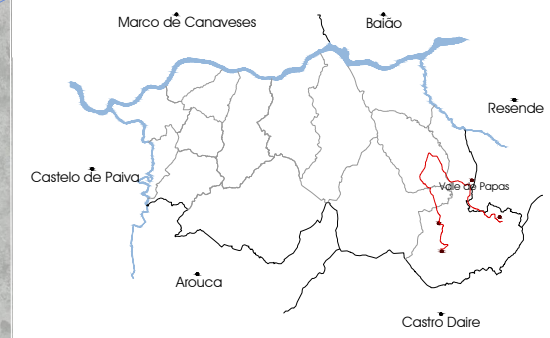
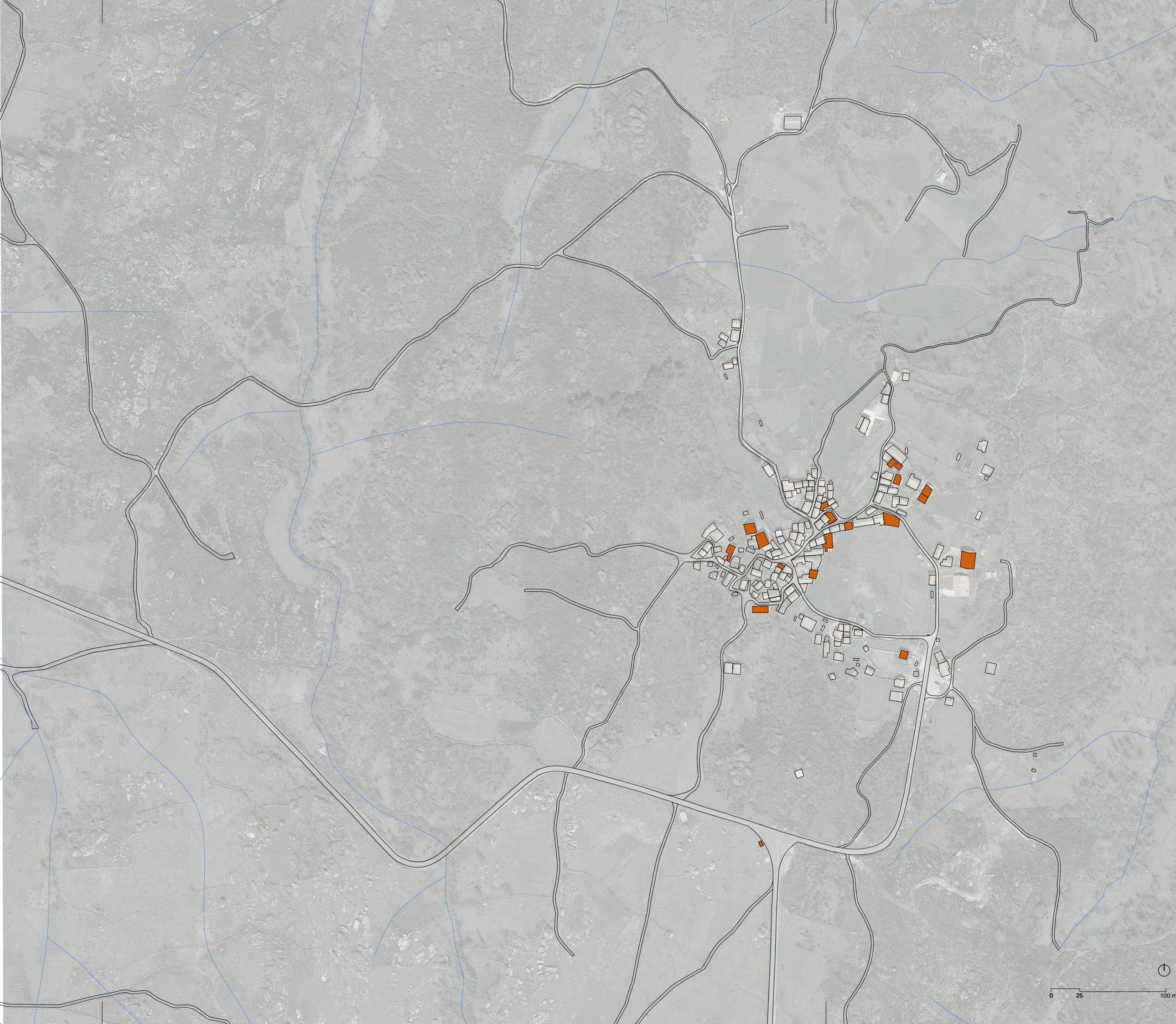
Hoje, a aldeia, com menos de trinta habitantes, ainda subsiste quase exclusivamente da agricultura e da pastorícia. Assim, conseguiu preservar a estrutura primitiva do seu núcleo, bem como o seu património cultural, material e imaterial de uma forma praticamente inalterada. Marcada pela presença de alguns telhados de colmo e por canastros e eiras comunitárias, que definem a paisagem de modo harmonioso com a envolvência “verde” dos campos de cultivo. Esta aldeia é, por isso, um dos casos que melhor representa a harmonia vernacular existente entre o sistema Homem-Meio-Casa, e onde os ofícios e as artes do passado ainda prevalecem permitindo exprimir toda riqueza existente na Rota de Montemuro.



- Bom estado
- Estado razoável
- Ruína

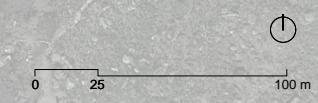


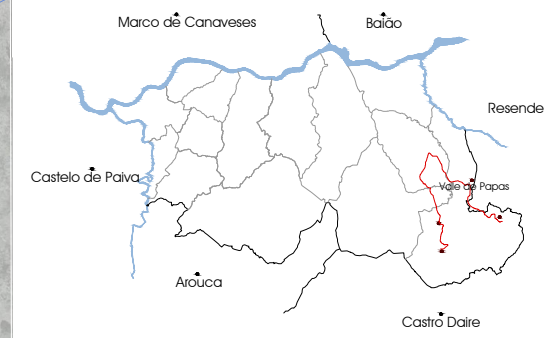
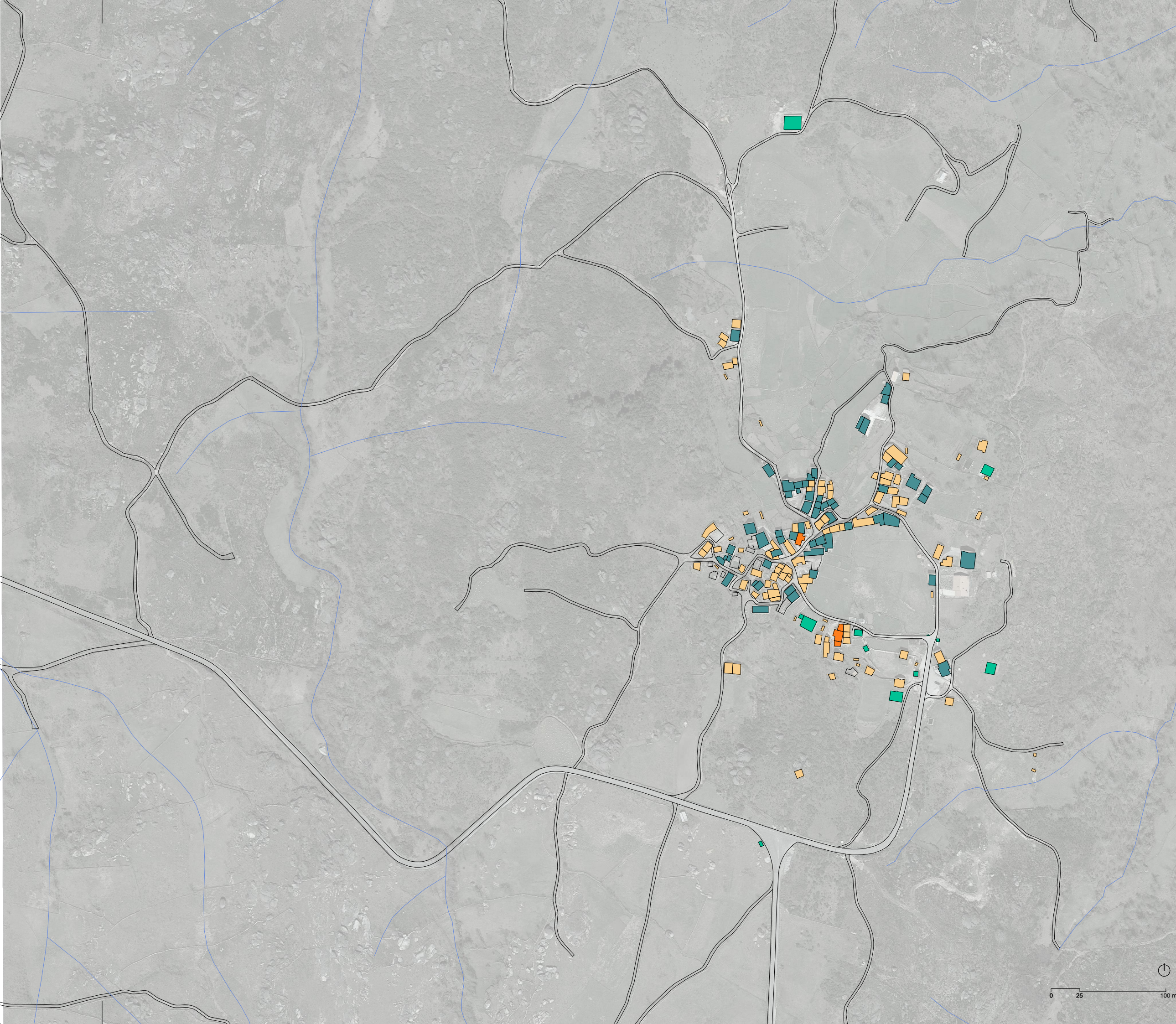
Vale de Papas | Cinfães
Rota de Montemuro
01_ESTADO DE CONSERVAÇÃO



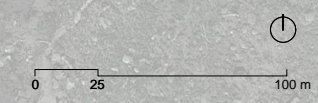
Elementos descaracterizadores

Vale de Papas | Cinfães
Rota de Montemuro
02_E. DESCARATERIZADORES

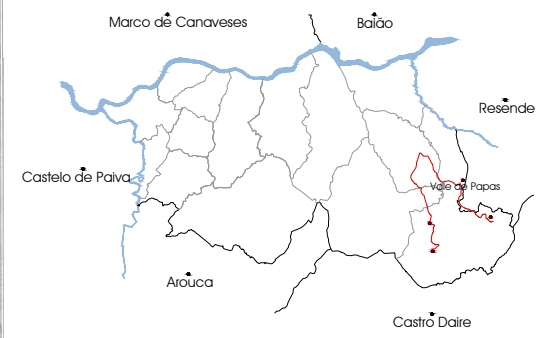
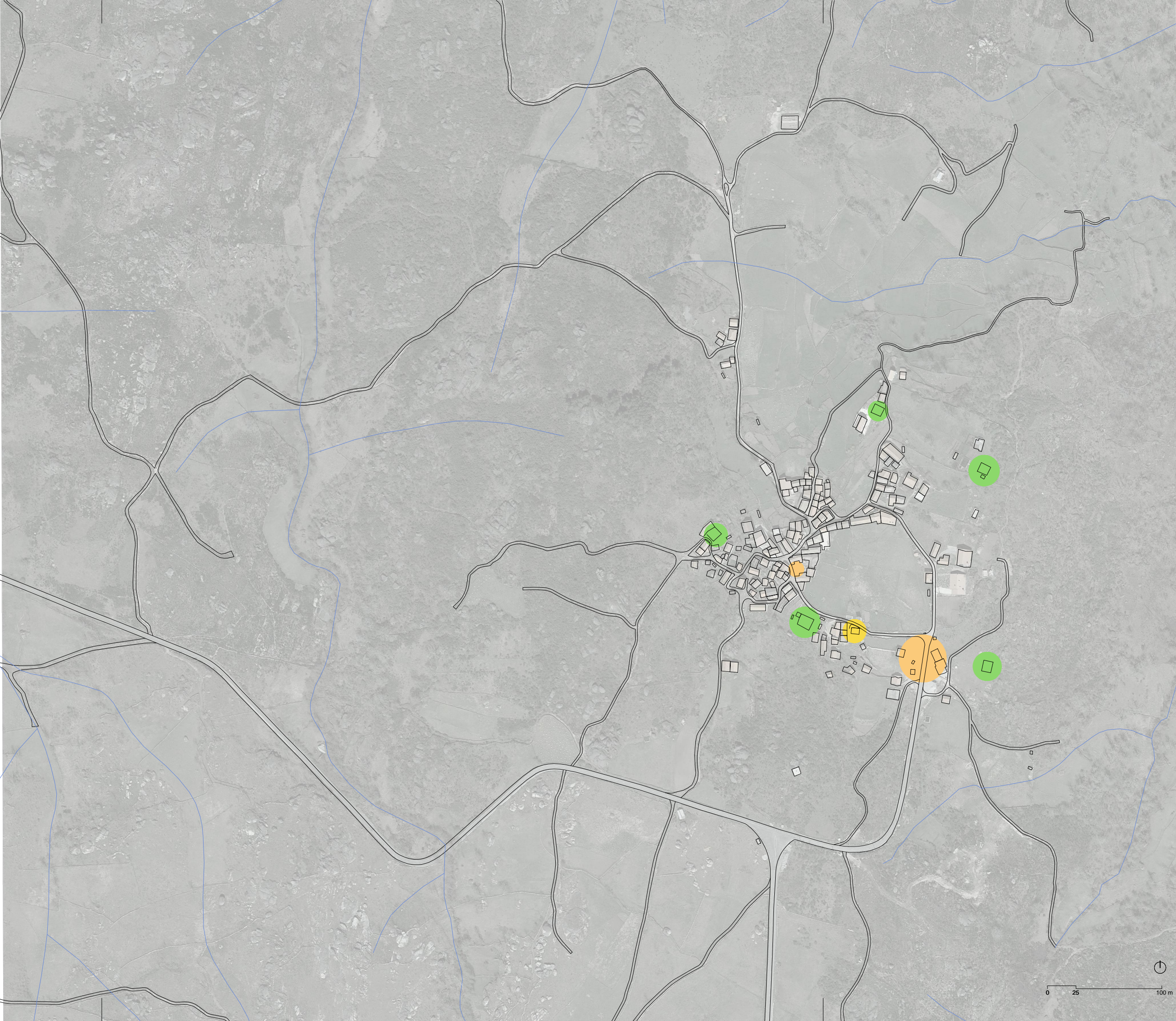







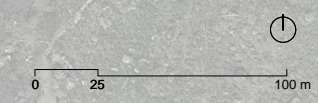
- Habitação
- Equipamento
- Comércio | Manufatura
- Anexos agrícolas
- Edificação devoluto



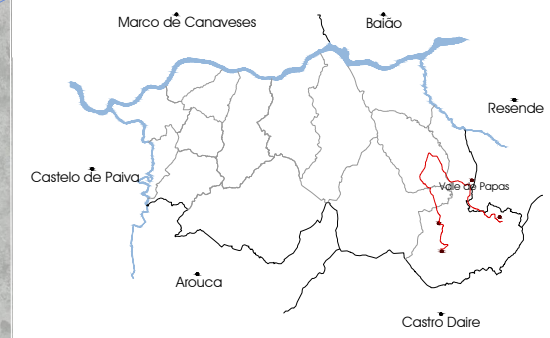
Vale de Papas | Cinfães
Rota de Montemuro
03_TIPO DE EDIFICADO



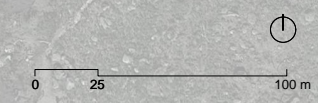
-  Eiras
-  Adro
-  Zona convívio | lazer



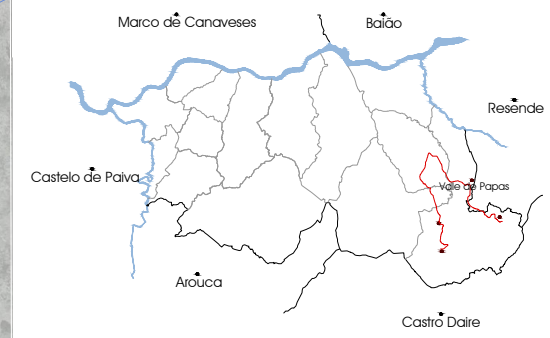
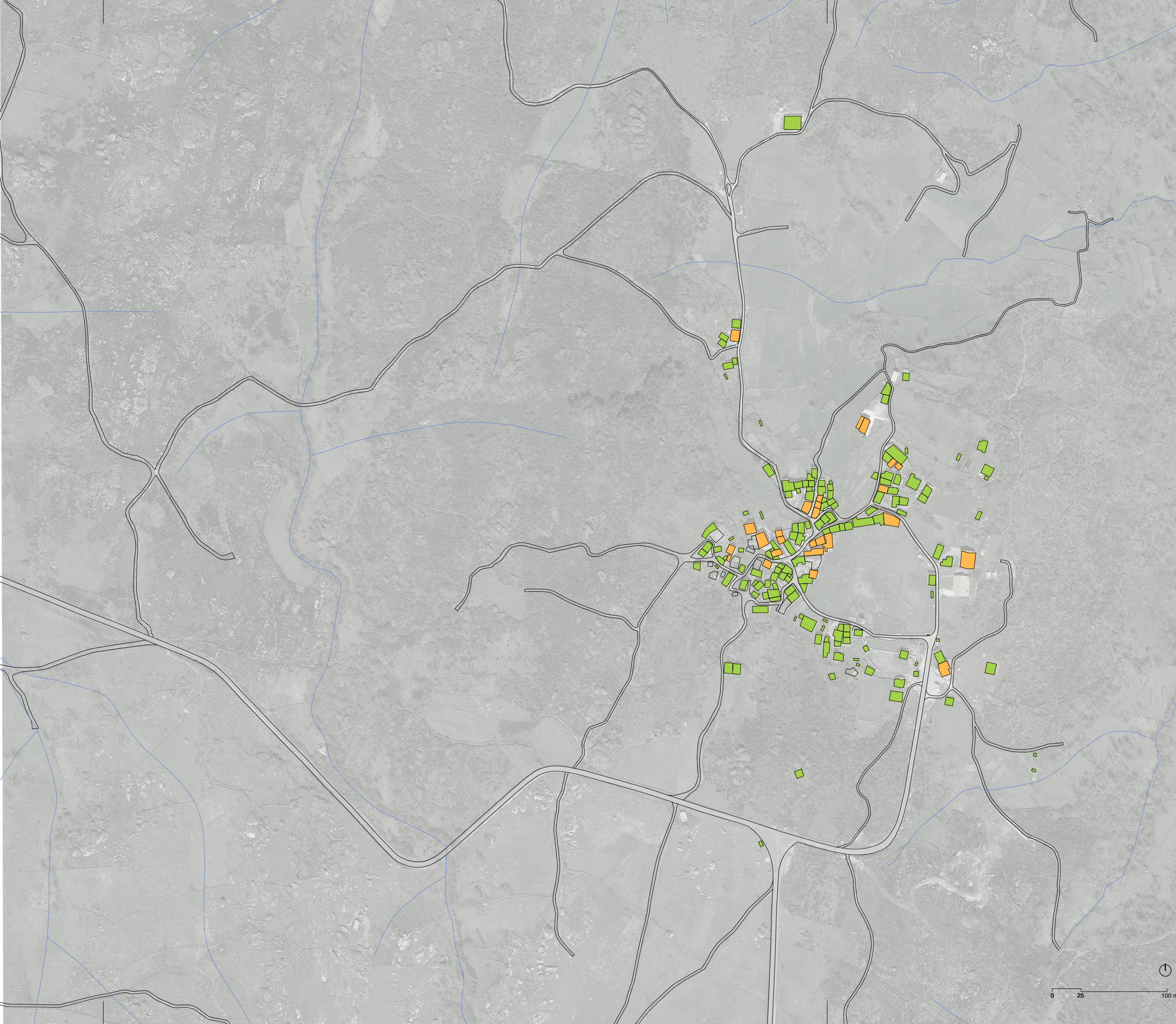
Vale de Papas | Cinfães
Rota de Montemuro
04_ESPAÇOS PÚBLICOS



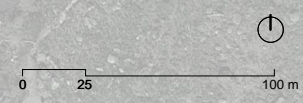
- Alcatroado
- Empedrado
- Não pavimentado



Vale de Papas | Cinfães
Rota de Montemuro
05_TIPO DE PAVIMENTOS



- Ocupação permanente
- Ocupação sazonal
- Devoluto



Vale de Papas | Cinfães
Rota de Montemuro
06_Tipo de Ocupação



Figura 41_Currais
Figura 42_ Espigueiro
Figura 43_Atelier de artesanato

A participação como voluntário na atividade Terra Amada (DGEstE, 2014), contribuiu para que a deslocação ao aglomerado, com o objetivo de estudar e analisar as suas características, tenha sido mais simples e gratificante. Isto não só por se tratar de um dos aglomerados de dimensões mais pequenas no âmbito da Rota de Montemuro, mas principalmente pela relação de proximidade com os seus habitantes. Deste modo, a população facilitou e ajudou na recolha dos dados necessários para a investigação.

Neste seguimento, a chegada ao aglomerado tornou-se familiar, uma vez que rapidamente os habitantes nos reconheceram e prontamente se oferecem para nos auxiliar. Chegados ao local seguimos a ruela estreita que desenha o núcleo, e daí iniciamos o primeiro registo. Como habitual, procedemos a uma análise dos usos do edificado (03_Tipo de Edificado). Ao mesmo tempo aproveitávamos para analisar o estado de conservação das mesmas entendendo, deste modo, o seu impacto na malha do povoamento (01_Estado de Conservação). Com a realização destes levantamentos concluímos que grande parte da aldeia é constituída por anexos agrícolas, como currais de animais, arrumos das alfaias agrícolas e espigueiros (Figura 41 e 42). O aglomerado é constituído por aproximadamente 175 edificações sendo que 50 delas são habitações, mais de 100 são anexos agrícolas, 10 são serviços, pouco mais de 10 são ruínas e apenas dois são estabelecimentos comerciais.

A dimensão do conjunto e a aproximação estabelecida com a população permitiu-nos também realizar o levantamento do tipo de ocupação das edificações que até então não tinha sido impossível (06_Tipo de Ocupação). Através deste levantamento verificou-se que cerca de metade das habitações existentes na aldeia são de uso sazonal, com ocupação apenas aos fins-de-semana ou em período de férias, (muito associadas aos emigrantes), uma vez que a aldeia tem menos de trinta habitantes.

No que diz respeito ao estado de conservação, destacam-se as construções que, mantendo a utilização, apresentam alguma perda funcional. Correspondendo maioritariamente a anexos agrícolas, embora algumas sejam habitações. Podemos acrescentar ainda que o estado razoável e em ruína corresponde normalmente aos edificados que mantêm a imagem vernacular.

Relativamente à utilização como comercial/manufatura existe um atelier de artesanato (Figura 43) e uma queijaria que se encontra por concluir (Figura 44). Ambas as construções foram alvo de reabilitação, ou melhor esta foi iniciada, durante o projeto



Figura 44_ Queijaria
Figura 45_ Capela de Santo António
Figura 46_ Eira comunitária

Terra Amada. No entanto, não foi possível concluir a segunda intervenção. Não obstante, pensava-se que o proprietário e a Câmara Municipal iriam terminar esta obra, uma vez que esta permitiria a criação dos primeiros postos de trabalhos na aldeia, além de ser um elemento agregador de toda Serra⁹. Porém isto não se veio a verificar.

Por outro lado, a artesã, ajudada pela iniciativa Terra Amada, desenvolve as casinhas de colmo, que simbolizam a arquitetura local e fomentam a identidade do próprio núcleo.

Tendo em conta que no aglomerado não existe nenhuma mercearia nem café, os habitantes recebem a visita semanal de uma mercearia móvel. Isto é, uma carrinha adaptada que fornece alguns bens essenciais, evitando a deslocação de 25 quilómetros até à sede do concelho, onde se encontram as principais superfícies comerciais.

No que aos equipamentos diz respeito é de destacar a existência de um lavadouro público à entrada da aldeia, fruto de requalificação pelo projeto Terra Amada, tornando-se um dos locais de convívio entre os habitantes. À esquerda deste encontra-se, sobrelevada em relação ao caminho, a capela em louvor a Santo António (Figura 45); a norte e, um pouco afastado, encontra-se o cemitério.

As eiras, sejam elas comunitárias ou de carácter individual, representam um importante espaço na vida rural e na agricultura local, que se reflete em grande parte na economia de subsistência das famílias deste conjunto (Figura 46).

Relacionado ainda com os equipamentos destacamos a Forja – elemento tornado museu pela reabilitação de antigos arrumos agrícolas pelo projeto referido da Universidade Católica. Mais uma vez é patente a importância que estes equipamentos têm na preservação da história e da identidade antiga do núcleo (Figura 47).

Por fim, é importante referir que Vale de Papas não tem rede pública de saneamento. Tem, contudo, uma rede de distribuição de água construída através de uma parceria entre a população e a Junta de Freguesia, tendo os populares cedido a água das suas nascentes e a Junta oferecido a mão-de-obra e o material¹⁰.

Tal como ocorre noutros conjuntos é possível verificar a apropriação e a reutilização dos edifícios que foram ficando desocupados, transformados hoje em anexos agrícolas, celeiros ou abrigos de animais.

⁹ Este projeto iria incentivar um dinamismo entre todas as aldeias da Serra de Montemuro, uma vez que o funcionamento da queijaria estaria condicionado ao fornecimento de leite produzido noutras aldeias vizinhas.

¹⁰ Esta rede é de uso gratuito, exceto pelo valor de dez euros/ano para manutenção.



Figura 47_Forja
Figura 48 e 49_Habitação desenvolvida em um e dois pisos
Figura 50_ Construção em colmo

Em Vale de Papas existem os dois tipos de habitação vernacular já identificados nos núcleos anteriores. O tipo de edificação com dois pisos (Figura 49) e o tipo com um só piso em que os anexos agrícolas se localizam nas proximidades (Figura 48). As poucas construções devolutas que se encontram pela aldeia são, maioritariamente, construções com cobertura em colmo. A falta de mão-de-obra (no ativo) especializada na técnica da colmagem é a maior responsável pela inexistência da manutenção exigida e, assim, pela perda do edifício (Figura 50).

Os edifícios que por alguma razão não se enquadram na imagem da arquitetura popular que define o conjunto (02_Elementos descaracterizadores) são facilmente identificados pela escala que destoia do edificado do conjunto. Foram apenas identificadas 15 construções que quebram a imagem do conjunto, contudo, algumas destas, sujeitas a pequenas intervenções, permitiriam minimizar o impacto que têm hoje no conjunto.

Porém, reconhece-se, por vezes, a tentativa de enquadramento destas construções nas características populares que definem o conjunto. No entanto, isto nem sempre é conseguido e, em geral, estas construções resultam de remodelações de antigas construções, onde são acrescentados um a dois pisos, que leva a uma discrepância na relação da volumetria, da identidade e da paisagem do restante aglomerado.

Concluído o estudo dos elementos relacionados com o espaço construído, viramos a nossa atenção para o espaço público. Deste modo identificamos à entrada do núcleo, onde se encontra o lavadouro público, a referida zona de reunião e convívio, local onde também esperam a chegada do padeiro, carteiro ou mercearia ambulante.

Identificamos cinco eiras, organizadas e divididas entre comunitárias e privadas, são equipamentos importantes na vida da aldeia, já que a eira principal, a Poente da Capela funciona igualmente como local de reuniões da comunidade, onde os habitantes se reúnem quando necessário (Figura 51). Tal como testemunhado no decorrer da Terra Amada notamos a existência de uma outra zona de convívio – um pequeno largo, local de convívio dos moradores. De seguida, o largo da capela, que não só pelo simbolismo e afeto que gera, mas sobretudo por se tratar de um local de permanência nos momentos antecedentes e que seguem as cerimónias religiosas, ainda que estas aqui, sejam esporádicas.



Figura 51_ Eira comunitária.
Figura 52_Arruamento.

Por último realizou-se a análise do tipo de pavimento existente na aldeia (05_Tipo de pavimentos). Com este registo, podemos concluir que muitos dos arruamentos, apresentam uma dimensão muito reduzido e não permitem a circulação automóvel, embora se encontrem empedrados e em bom estado de conservação (Figura 52). Estas vias são normalmente utilizadas por carros de tração animal indispensáveis para os trabalhos agrícolas. À medida que nos afastamos das edificações os arruamentos deixam de ter pavimentação, ou mantêm a calçada antiga de pedras de grande dimensão e irregulares. Apenas a estrada de acesso e entrada em Vale de Papas tem um pavimento alcatroado. Apesar de tudo, todos os caminhos convidam a uma caminhada, em torno do núcleo para contemplar a arquitetura local, assim como a harmonia existente entre o construído e o meio. E para os mais aventureiros surge a possibilidade de uma caminhada pelos antigos caminhos que sobem a Serra do Montemuro, num contato estreito com a natureza e com a paisagem.

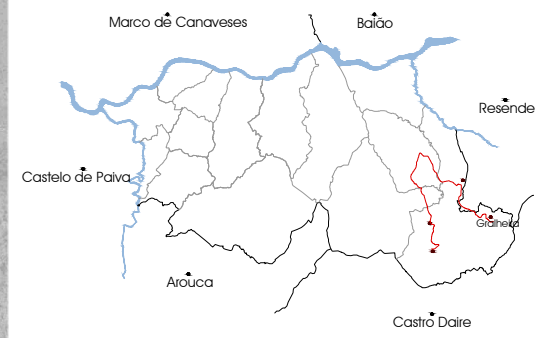
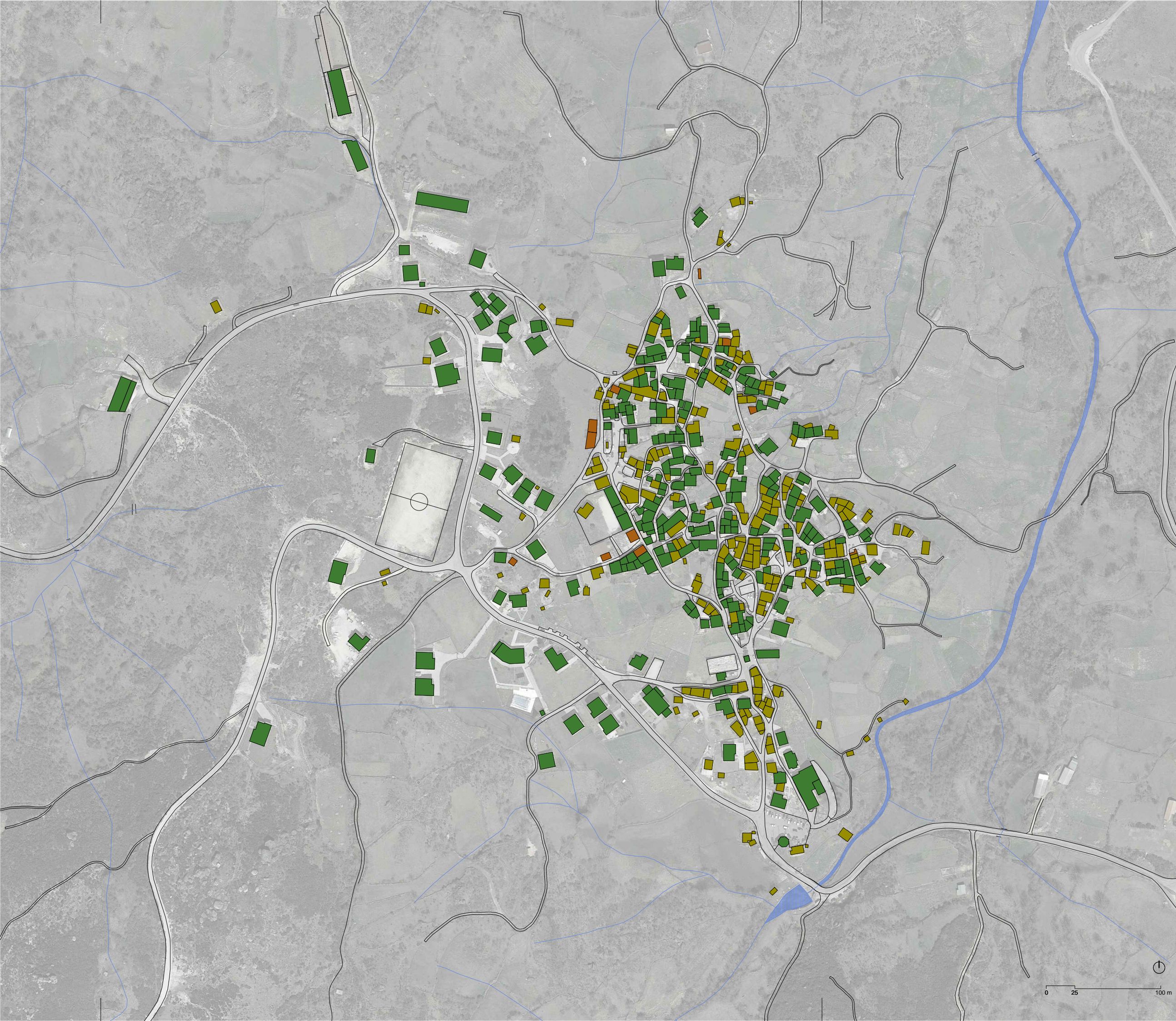


Figura 53_Aldeia da Gralheira

GRALHEIRA

A Gralheira, a aldeia mais alta da Serra de Montemuro, foi sede de freguesia até à recente Reforma administrativa (lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro da Reorganização administrativa do território das freguesias) e encontra-se integrada na União de Freguesias de Alhões e Bustelo (Figura 53). A altitude superior a 1100 metros garante-lhe a distinção de um dos pontos habitáveis mais altos de Portugal.

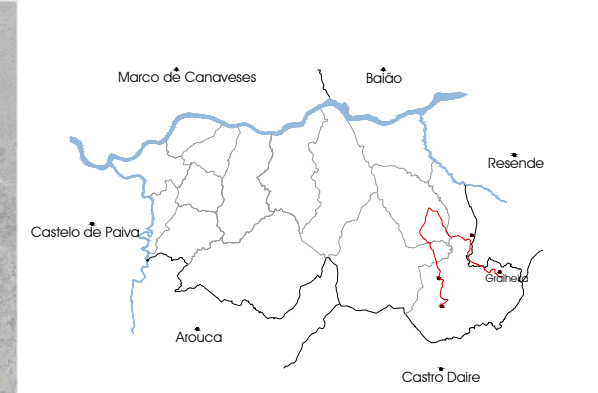
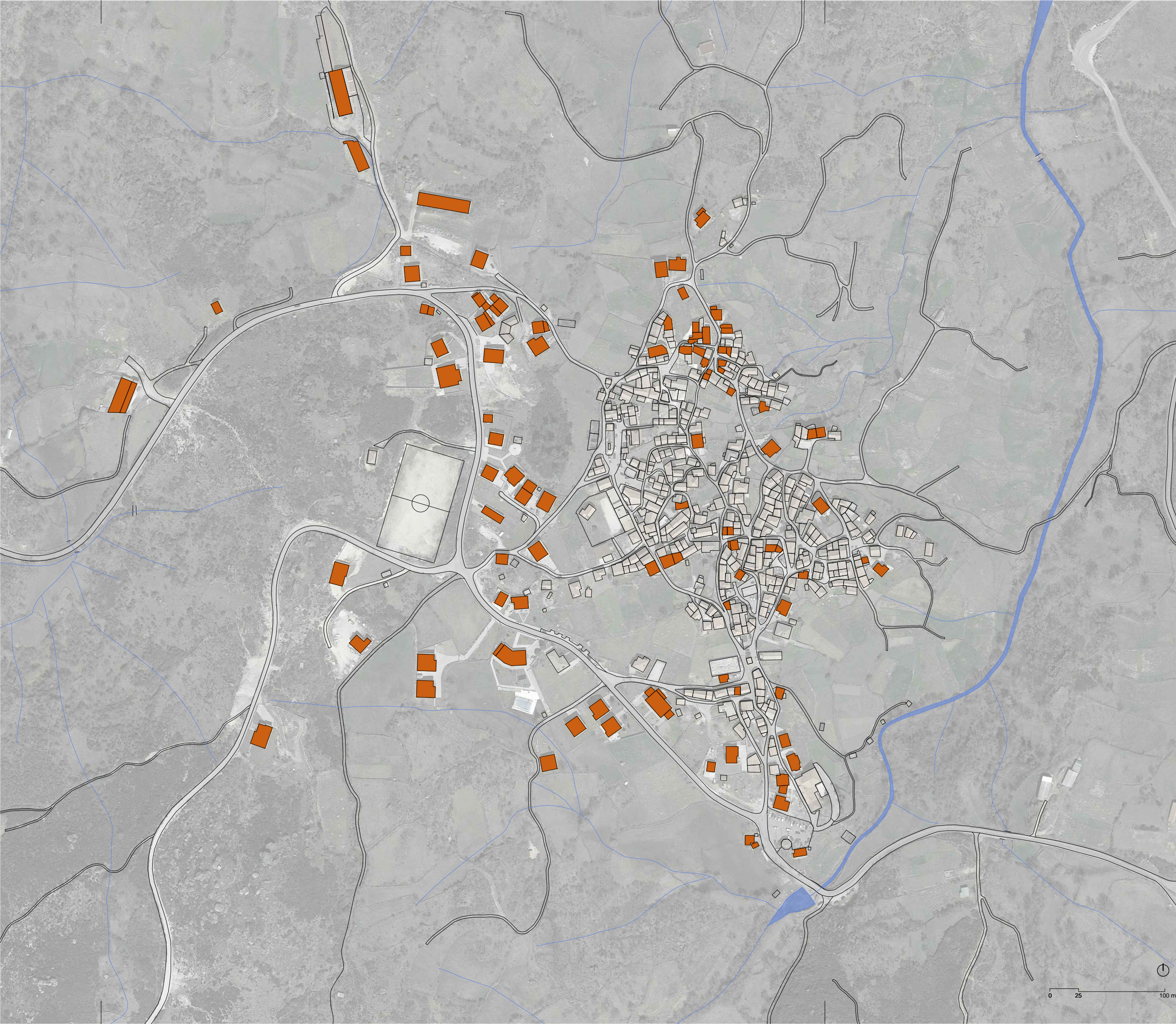
Atualmente, a Gralheira ainda preserva a sua imagem original, sendo atenuada, contudo, com as recentes construções ao longo do perímetro antigo do núcleo (consultar levantamentos). O aglomerado antigo, caracterizado pela arquitetura popular, tem conseguido subsistir no tempo. Porém, o melhoramento viário no sentido Poente-Sul levou ao aparecimento de novas construções nas proximidades da nova via o que justificou um novo desenvolvimento nestas direções. Esta aldeia é palco de várias atividades, sobretudo por parte da Câmara Municipal de Cinfães que com ajuda de associações locais promovem e divulgam a Gralheira, a Serra de Montemuro e Cinfães. A aposta deve-se, essencialmente, à existência de um conjunto coeso de Arquitetura Popular que inserido na paisagem deslumbrante da Serra de Montemuro, leva a que o aglomerado seja apelidado de “Princesa da Serra”.




- Bom estado
- Estado razoável
- Ruína

Gralheira | Cinfães
Rota de Montemuro
01_ESTADO DE CONSERVAÇÃO

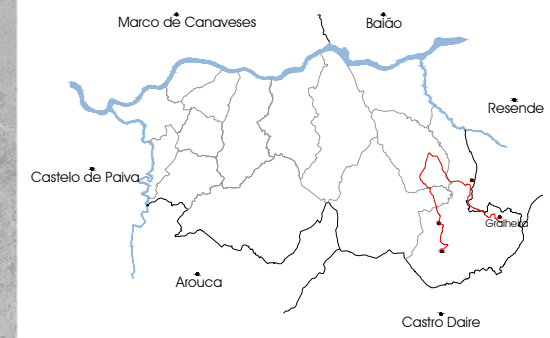
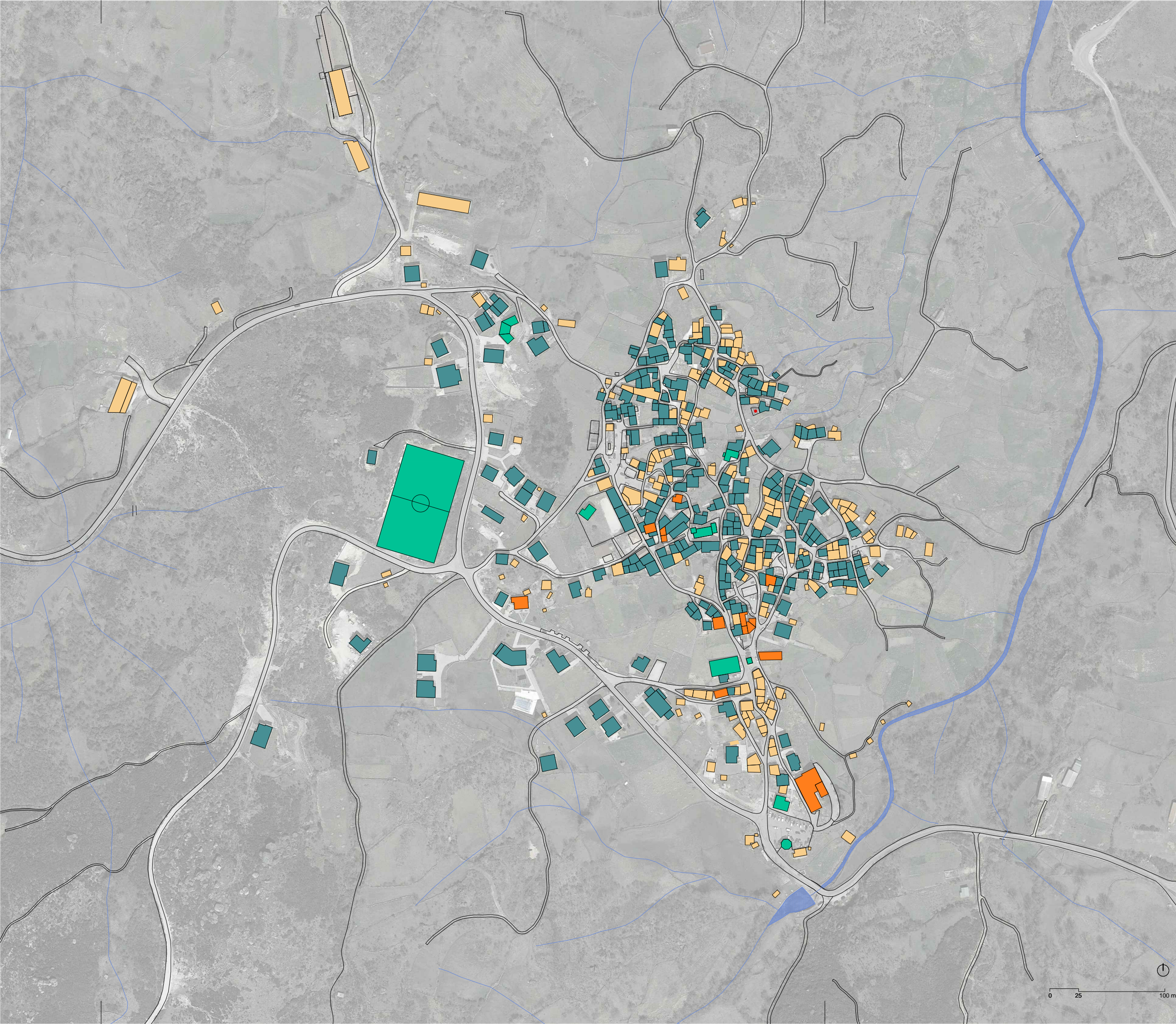




 Elementos descaracterizadores

Gralheira | Cinfães
Rota de Montemuro
02_E. DESCARATERIZADORES

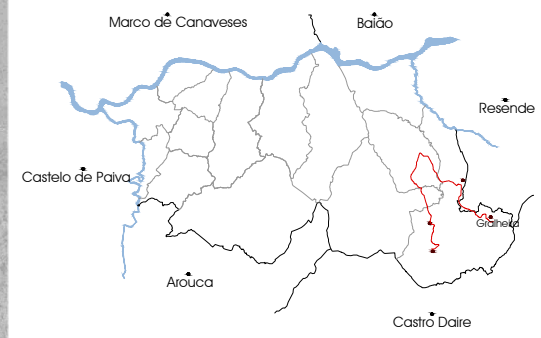
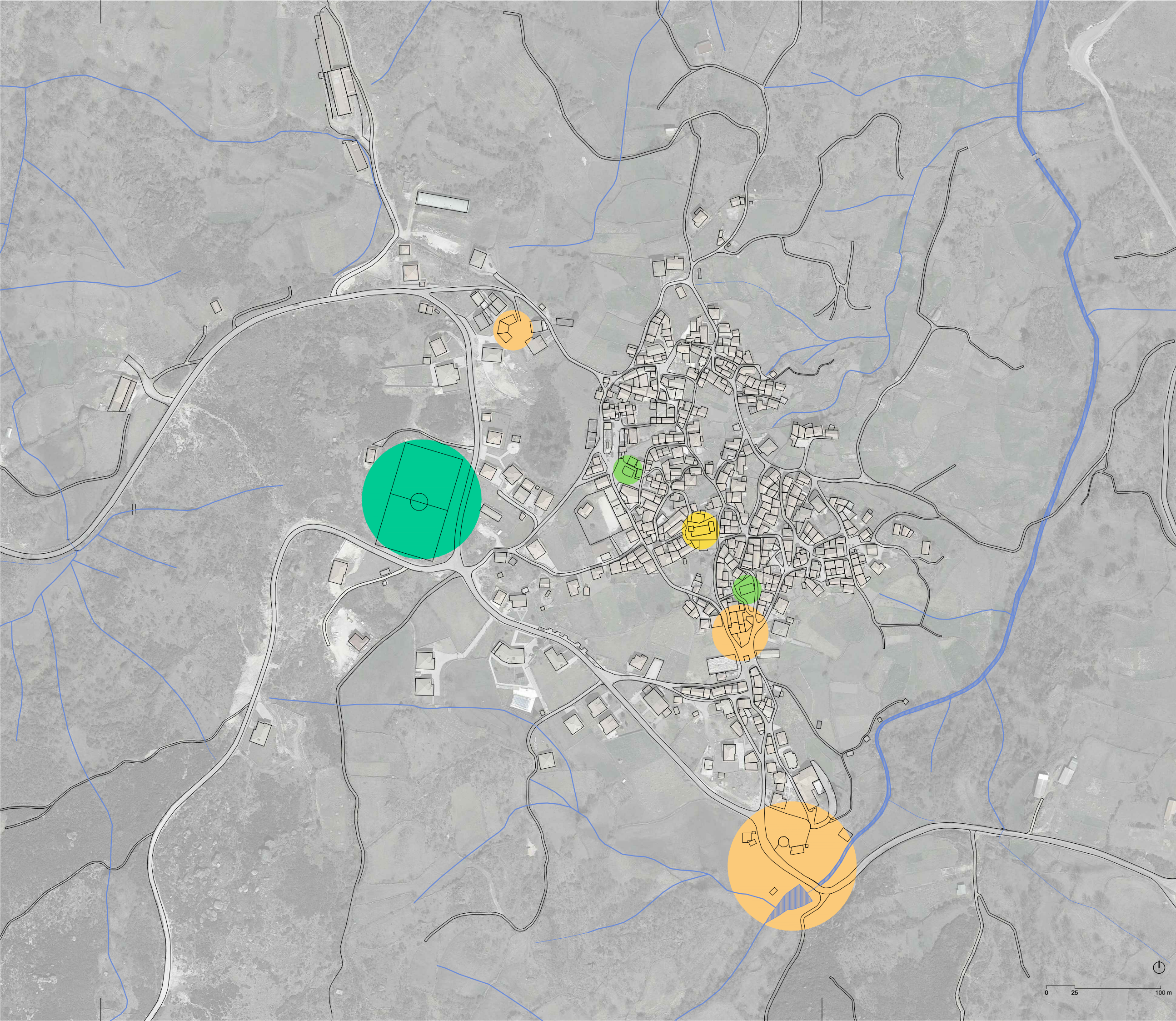









- Habitação
- Equipamento
- Comércio | Restauração
- Anexos agrícolas
- Edificação devoluto

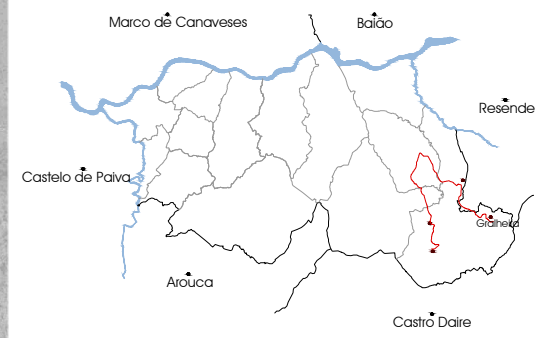
Gralheira | Cinfães
Rota de Montemuro
03_TIPO DE EDIFICADO





-  Zona desportiva
-  Eiras
-  Adro
-  Zona convívio | lazer
-  Linhas de água à superfície

Galheira | Cinfães
Rota de Montemuro
04_ESPAÇOS PÚBLICOS



- Alcatroado
- Empedrado
- Não pavimentado

Gralheira | Cinfães
Rota de Montemuro
05_TIPO DE PAVIMENTOS





Figura 54_Parque de Merendas
Figura 55 e 56_ Atelier | Loja de artesanato e Peça de artesanato de ilustração dos trajes locais
Figura 57_Igreja Nossa Senhora da Graça

Ao chegar ao núcleo pelo lado Poente “ignorou-se”, por momentos, as construções desenquadradas e descaracterizadoras que marcam a entrada do aglomerado. Procurou-se assim chegar ao parque de merendas composto por uma represa de água, que no verão funciona como piscina natural e daí partimos para o centro da aldeia (Figura 54).

O registo do tipo de construções que compõem o núcleo (03_Tipo de Edificado) permitiu caraterizar a malha em função do seu uso. Já o registo simultâneo do grau de preservação apresentado pelo edificado permitiu compreender como tem sido feita a conservação, remodelação e reabilitação do conjunto (01_Estado de Conservação). A Gralheira é, então, constituída por cerca de 510 edificações: aproximadamente 265 habitações, 215 anexos agrícolas, uma dezena de equipamentos comerciais ou de restauração, nove construções associadas a serviços e os restantes dez encontram-se devolutos.

Quanto às construções comerciais e restauração destaque para dois restaurantes que reproduzem a cozinha tradicional, utilizando os métodos antigos contribuem para a atração de pessoas ao aglomerado. Um pequeno talho especializado em carne arouquesa¹¹ também atrai alguns visitantes. Um minimercado e uma pequena mercearia que vende produtos locais e que, mais uma vez, funciona como uma alternativa aos supermercados de maiores dimensões da sede do concelho, localizada a 35 km de distância. Os dois cafés existentes constituem o ponto de encontro e convívio dos habitantes. Finalmente, uma loja |*atelier* de artesanato instalado num edifício, que a nosso ver, foi bem reabilitado (Figura 55) e que produz a “serranita”, uma boneca de reduzida dimensão que retrata as vestes típicas da região da Serra de Montemuro - o Burel (Figura 56).

Contudo será importante salientar que existe um outro tipo de comércio informal que faz parte da economia do aglomerado. A venda de fumeiro e licores, de produção caseira, que por dificuldades burocráticas e financeiras não está certificada e é feita nas habitações dos produtores.

Nos equipamentos destaque para a Igreja em louvor da Nossa Senhora da Graça, localizada no centro do conjunto, cuja torre serve de ponto de referência para quem deambula pelas labirínticas ruelas da Gralheira (Figura 57) e a escola básica, que tal como noutros aglomerados foi encerrada após a reestruturação do ensino básico em complexos escolares (Figura 58), obrigando as crianças a deslocam-se cerca de 20 km para chegar ao

¹¹ Carne oriunda de gado bovino da raça arouquesa, cujas características genéticas e alimentares, tornam a carne o elemento principal do prato regional - A Posta arouquesa.



Figura 58_Escola Básica
Figura 59_Centro Interpretativo da Gralheira
Figura 60_ Anexo Agrícola

complexo escolar de Oliveira do Douro, sendo o antigo edifício propriedade da Câmara Municipal é utilizada pontualmente para eventos. Como é o caso da “Aldeia do Pai Natal” desenvolvida, em dezembro, pela Câmara Municipal de Cinfães. Esta feira natalícia atrai centenas de pessoas ao aglomerado, promovendo tanto os produtos locais como a própria zona do Montemuro. O campo de futebol de outros tempos, é hoje adaptado a parque de estacionamento durante atividades e eventos do núcleo. O cemitério que hoje se encontra no interior do núcleo devido ao aumento das construções e o centro social, que tal como em outros aglomerados, surge como um espaço essencial, permitindo responder às necessidades dos habitantes. A Junta de Freguesia da Gralheira que continua a desempenhar as funções administrativas, permitindo um contacto mais próximo à população.

Por fim destacar o centro interpretativo da Gralheira – Casa do Ribeirinho (Figura 59). Criada por iniciativa da Associação Recreativa da Gralheira para mostrar os costumes, a arquitetura e sobretudo a identidade da Gralheira à população que a visita. Este equipamento situa-se no centro do aglomerado na antiga casa paroquial que foi reabilitada mantendo a imagem característica da zona. Em termos de distribuição espacial, o centro divide-se num espaço museológico ligado ao quotidiano rural agrícola, onde o pão, o fumeiro e o artesanato estão em evidência. O espaço conta com uma área de exposição e venda, uma sala de projeções, uma sala de conferências, uma cozinha típica regional e uma sala de reuniões. Assumindo-se como um espaço dinâmico e multifuncional com o objetivo de promover a identidade local e regional.

Por último, destacar o coreto, peça arquitetónica que existia um pouco por todo o concelho, mas que tem sido substituído por palcos e outras instalações temporárias.

Relativamente ao estado de conservação das construções podemos afirmar que a maioria do edificado se encontra em boas condições, muito pelas recentes construções na parte poente do núcleo, assim como pelas reabilitações no cerne do conjunto (01_Estado de Conservação).

Tal como noutros núcleos estudados, é de notar a baixa taxa de construções devolutas, o que resulta do processo de apropriação para outras funções como celeiros e alojamentos de animais que mantem a imagem da arquitetura popular (Figura 60).

A Gralheira caracteriza-se por ser um aglomerado com elevado número de cabeças de gado, no entanto, e ao contrário dos outros núcleos analisados, estes localizam-se em três explorações a norte da aldeia.



Figura 61_Eira comunitária

Relativamente à identificação dos edifícios que descaracterizam este núcleo (02_ Elementos descaracterizadores) verifica-se que o perímetro externo do conjunto se encontra fortemente marcado por edificações desenquadradas da imagem da arquitetura popular, o que leva a que o visitante tenha uma primeira imagem errada das características da aldeia. Além disso, o núcleo tem tido alguns casos de má reabilitação, com erros de escala e/ou de materiais. Contudo, o impacto da maioria destes edifícios descaracterizadores na paisagem pode ser reduzido com pequenas intervenções.

Quanto ao espaço público destaca-se a zona desportiva, constituída pelo campo de futebol que não tendo uso permanente, é geralmente adaptado a parque de estacionamento durante os eventos do núcleo, como a Aldeia do Pai Natal e a feira do fumeiro. Registamos três zonas que promovem o convívio e o lazer, quer dos visitantes quer dos moradores: a zona do largo da capela, no centro do núcleo, que pela organização espacial e pela existência de um conjunto de cafés e restaurantes funciona como um espaço de encontro exterior, além de se localizar perto de uma das entradas principais do aglomerado; a norte, identificamos uma outra zona junto ao centro social; e a terceira zona, a sul do conjunto em torno da antiga represa de água, onde existe um espaço verde e um parque de merendas que atraem centenas de pessoas na época de maior calor. De anotar ainda, a existência de duas eiras que perdendo o protagonismo e a importância de outros tempos, ainda fazem parte da identidade local, de destacar que a eira a sul funciona como palco dos principais eventos que ocorrem na Gralheira, quer pelo seu desenho, quer pela sua centralidade e facilidade de acesso (Figura 61). Ainda o adro da igreja, que pela sua importância simbólica e afetiva, é um espaço de estar e de convívio pelo menos nos momentos que antecedem e procedem as cerimónias religiosas.

Relativamente ao pavimento existente (05_Tipo de Pavimentos) é possível concluir que este se encontra em excelente estado de conservação, executado em cubo granítico amarelo, enquadrando-se na imagem do conjunto. Contudo à medida que nos afastamos do cerne do núcleo em direção aos campos agrícolas é possível verificar que alguns acessos se encontram em terra, sem pavimento, uma vez que a sua utilização não justifica um investimento. O acesso principal, o Caminho Municipal (CM 1030), é o único elemento, juntamente com o acesso ao parque eólico, a poente do aglomerado, que se encontra alcatroado.

Por último, tal como nos núcleos anteriores não foi possível fazer o levantamento do tipo de ocupação das edificações.



Figura 62_Aglomerado de Cristelo
Figura 63_Aglomerado de Vale do Cão
Figura 64_Aglomerado de Souto de Paradela

ROTA DO GRANITO AO XISTO

A Rota do Granito ao Xisto surge na investigação com o intuito de demonstrar a variedade patrimonial vernacular existente no concelho de Cinfães.

Deste modo, e após apresentação da Rota de Montemuro, pretendemos que esta segunda rota não demonstre apenas uma diferenciação material, com a introdução do xisto e da ardósia, ou simplesmente a escolha de uma tipologia de aglomerado distinta. Na realidade quisemos apresentar um processo dinâmico com exigências e necessidades distintas da primeira Rota, reforçando e demonstrando, assim, o enorme potencial da região. Pretendemos ainda expor que, independentemente, do tamanho ou das condições, todos os lugares não passíveis de valorizar.

A presente rota estende-se entre a Freguesia de Santiago de Piães e Nespereira, estabelecendo a ligação entre os núcleos de Cristelo, Vale de Cão e terminando no lugar de Souto de Paradela (Figura 62, 63 e 64). Apesar da sua localização de relativa proximidade, estes aglomerados apresentam um conjunto de características bastante distintas.

Os núcleos caracterizam-se por uma arquitetura endógena inserida de forma harmoniosa no meio, ligando-se a uma paisagem florestal abundante em pinheiros, carvalhos e castanheiros.

Esta rota localiza-se nos limites entre os solos de granito e de xisto, visível pela simples observação dos edifícios construídos, cuja imagem depende da utilização do granito, do xisto e da ardósia, que vão assumindo diferente protagonismo nos três núcleos.



Figura 65_Construção de Cristelo
Figura 66_Construção de Vale do Cão
Figura 67_Construção de Souto de Paradela

Em Cristelo, na Freguesia de Santiago de Piães, as construções antigas são construídas com pedra granítica pouco trabalhada e de alinhamento irregular, à imagem das da Rota de Montemuro. As coberturas são uma conjugação de dois materiais, o beirado é de ardósia enquanto a restante cobertura é de telha¹², método construtivo que este permite um maior balanço ao beirado, garantindo um maior resguardo das fachadas às questões climatéricas (Figura 65).

Por sua vez, o núcleo de Vale do Cão possui uma arquitetura de transição, onde o Xisto começa a ser utilizado. A sua utilização é variável mas, na maioria, é usado apenas como um elemento de enchimento, ao passo que na cobertura vai surgindo com maior frequência a ardósia (Figura 66).

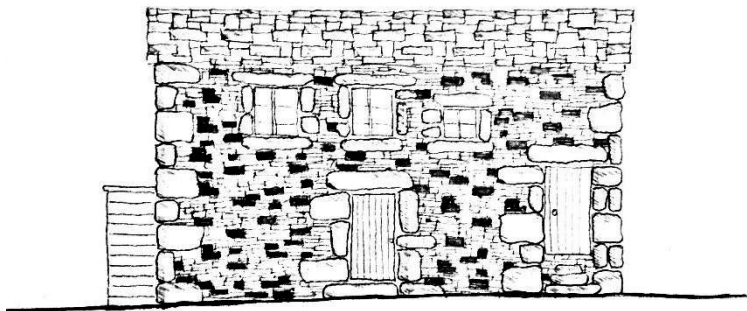
Em Souto de Paradela as fachadas das construções mais antigas caracterizam-se pela presença quase exclusiva do xisto, sendo que o granito surge apenas nos elementos estruturais de maior esforço, tais como padieiras, ombreiras e cunhais. As coberturas são totalmente construídas em ardósia (Figura 67). Deste modo, as edificações dos aglomerados vão demonstrando as características geológicas do solo, alternando entre o granito, o xisto e a ardósia (Figura 68).

Para lá das diferenças materiais e construtivas que distinguem os conjuntos, existem algumas semelhanças espaciais, que contribuíram para a inserção destes núcleos na mesma Rota.

Estes aglomerados caracterizam-se ainda hoje, e tal como já ocorria nos núcleos serranos da Rota e Montemuro, por uma relação de proximidade à agricultura, que marca a imagem e a composição dos conjuntos. Deste modo, os elementos construídos são envolvidos pelos campos de cultivo que permitem uma transição harmoniosa com a natureza. As próprias construções expressam esta convivência através da presença de espigueiros, eiras e celeiros.

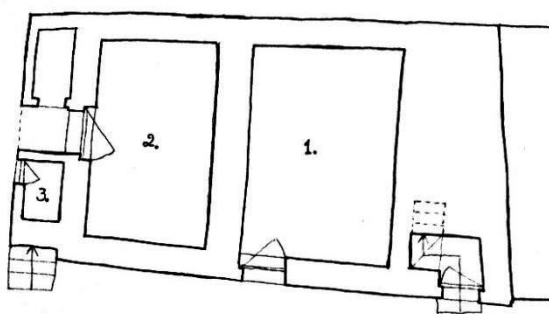
Estes núcleos apresentam uma dimensão muito reduzida, uma vez que se localizam em antigas zonas de passagem, mas que hoje a melhoria de outras vias de circulação conduziu ao seu isolamento. Deste modo, atualmente, estes núcleos assumem um carácter familiar, compostos por um número muito reduzido de habitantes.

¹² Segundo informação do habitante mais antigo do núcleo, a utilização deste método construtivo está implementada no aglomerado há pelo menos meio século.

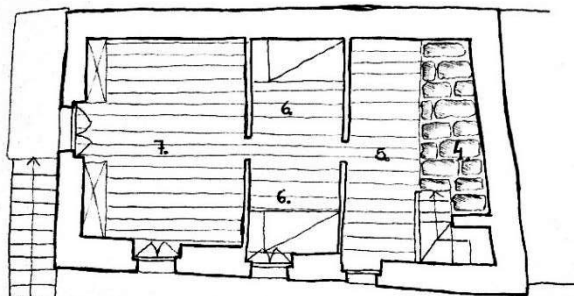


1. ARRATOS
2. CURRAL
3. GALINHEIRO
4. LAREIRA
5. COZINHA
6. QUARTOS
7. SALA

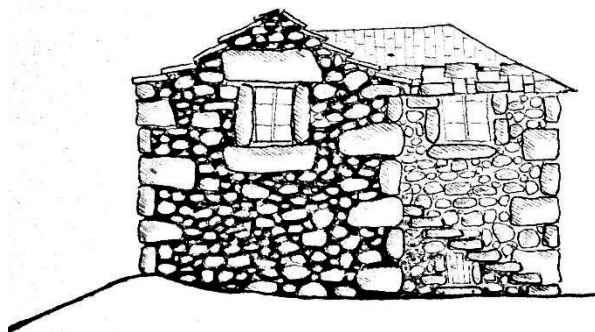
ALÇADO



PISO RÉS DO CHÃO

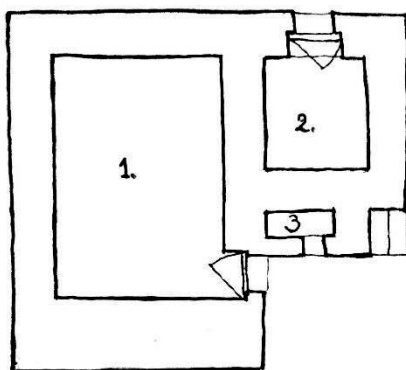


PISO 1

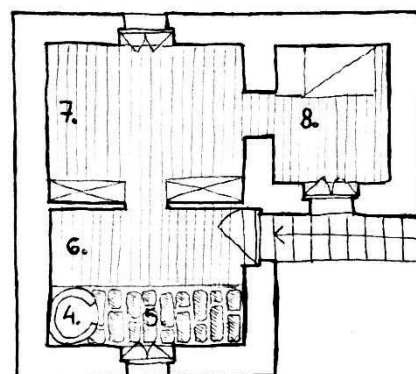


1. CURRAL
2. ARRATOS
3. GALINHEIRO
4. FORNO
5. LAREIRA
6. COZINHA
7. SALA
8. QUARTO

ALÇADO



PISO RÉS DO CHÃO



PISO 1

Figura 68_Representação das casas tipo da Rota do Granito ao Xisto.

Tal como para a rota anterior foram efetuados seis estudos analíticos: o estado de conservação do edificado, os elementos descaracterizadores, os espaços públicos, o tipo de ocupação dos espaços construídos, o tipo de edificado e o tipo de pavimentos. É de salientar que a dimensão destes conjuntos não justifica a existência de equipamentos, de serviços ou comércio | restauração, uma vez que os há implantados em aglomerados próximos e que as vias dos aglomerados são, à semelhança destes, de reduzida dimensão e número. Contudo, o seu estudo revela-se importante para conhecer a ligação entre os núcleos e a própria região, uma vez que esta zona, e ao contrário do que ocorre em Montemuro, possui entre os aglomerados estudados outros povoamentos também com interesse.

A realização destes estudos contribuiu para a caracterização individual de cada aglomerado, facilitando o trabalho de comparação e elaboração de uma estratégia para o conjunto.



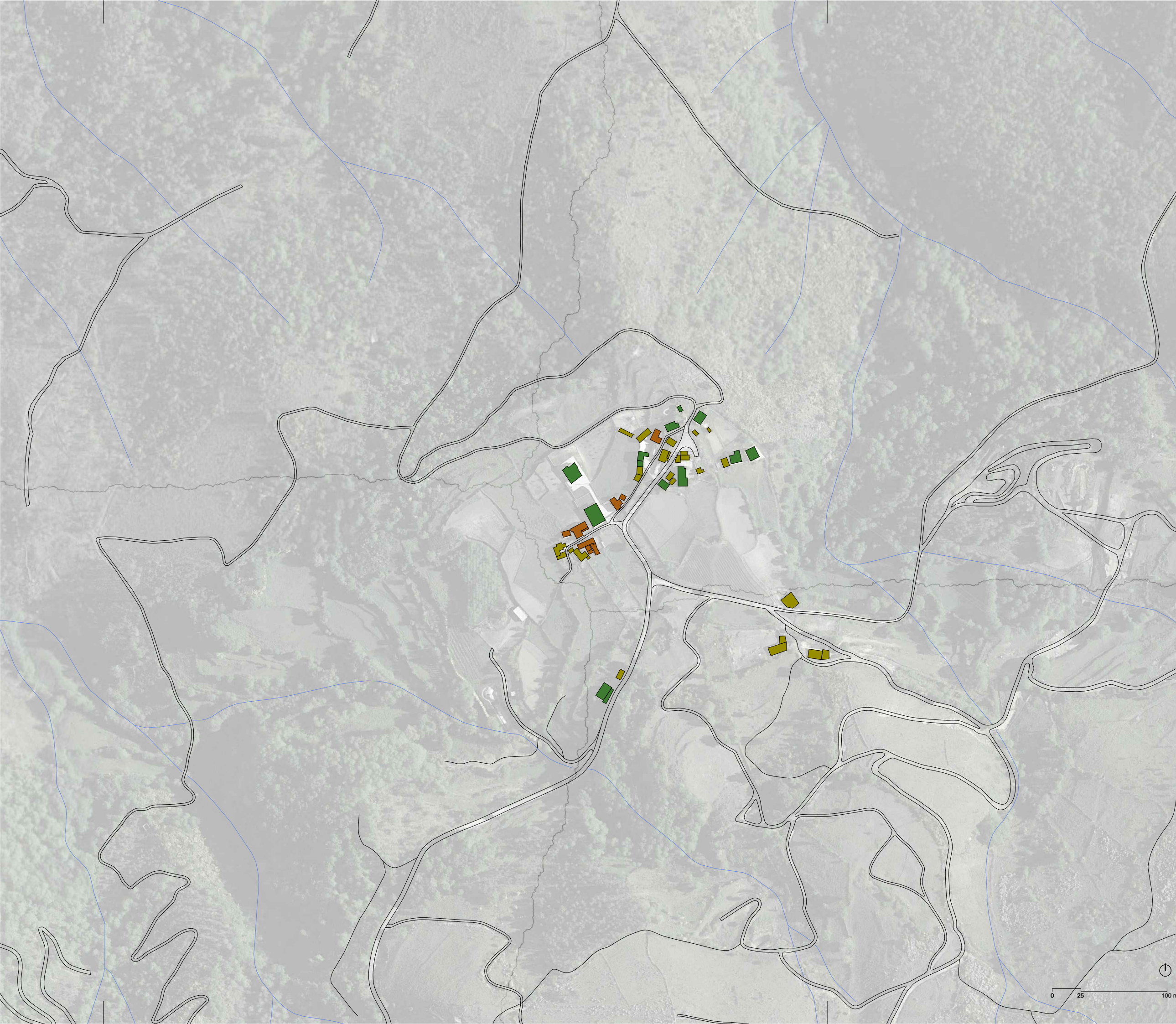
Figura 69_Aglomerado de Cristelo

CRISTELO

O aglomerado de Cristelo situa-se na Freguesia de Santiago de Piães e nas proximidades do lugar de Vilar D´arca. O núcleo apresenta características de um aglomerado de montanha: uma distribuição concentrada e de pequenas dimensões, o que resulta numa imagem de carácter familiar (Figura 69).

Cristelo é habitado por apenas sete habitantes, e três destes vivem aqui apenas temporariamente. O aglomerado é constituído por um conjunto de edifícios organizadas em torno de um arruamento que estabelece a ligação entre Cristelo e Vilar D´arca. A envolvente é composta por campos de cultivo e por florestas, onde predominam os carvalhos, os castanheiros, os tojos e as giestas.

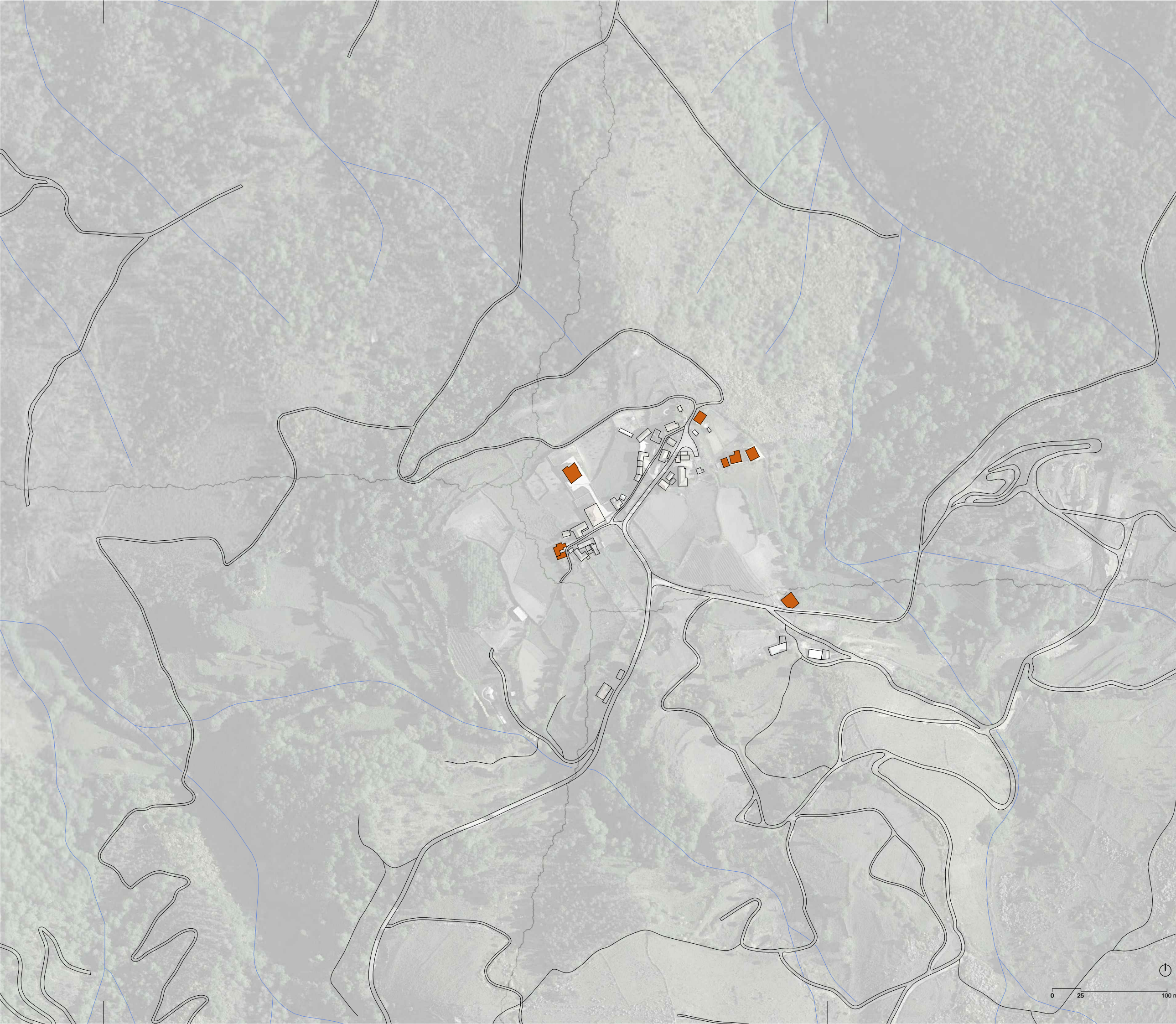
Este conjunto de edifícios apresenta uma diversidade de materiais, entre eles a ardósia e o granito, que contribuem para a definição da imagem deste povoado. Esta variedade, aliada à conservação de alguns exemplares de arquitetura vernácula, levou à escolha deste conjunto para iniciar esta nova Rota, apelidada Rota do Granito ao Xisto.




- Bom estado
- Estado razoável
- Ruína

Cristelo | Cinfaes
Rota do Granito ao Xisto
01_ESTADO DE CONSERVAÇÃO

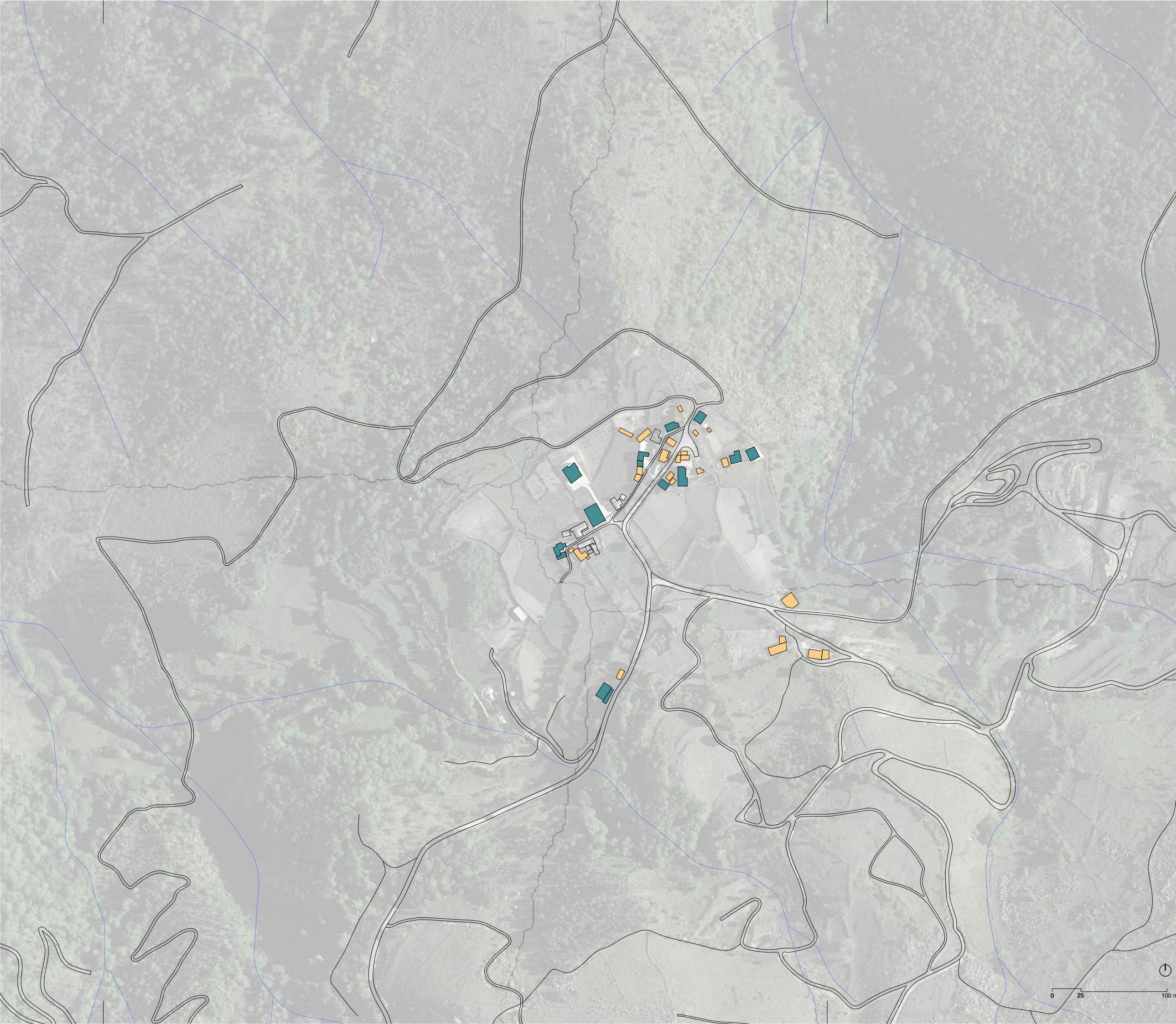




 Elementos descaracterizadores

Cristelo | Cinfães
Rota do Granito ao Xisto
02_E. DESCARATERIZADORES

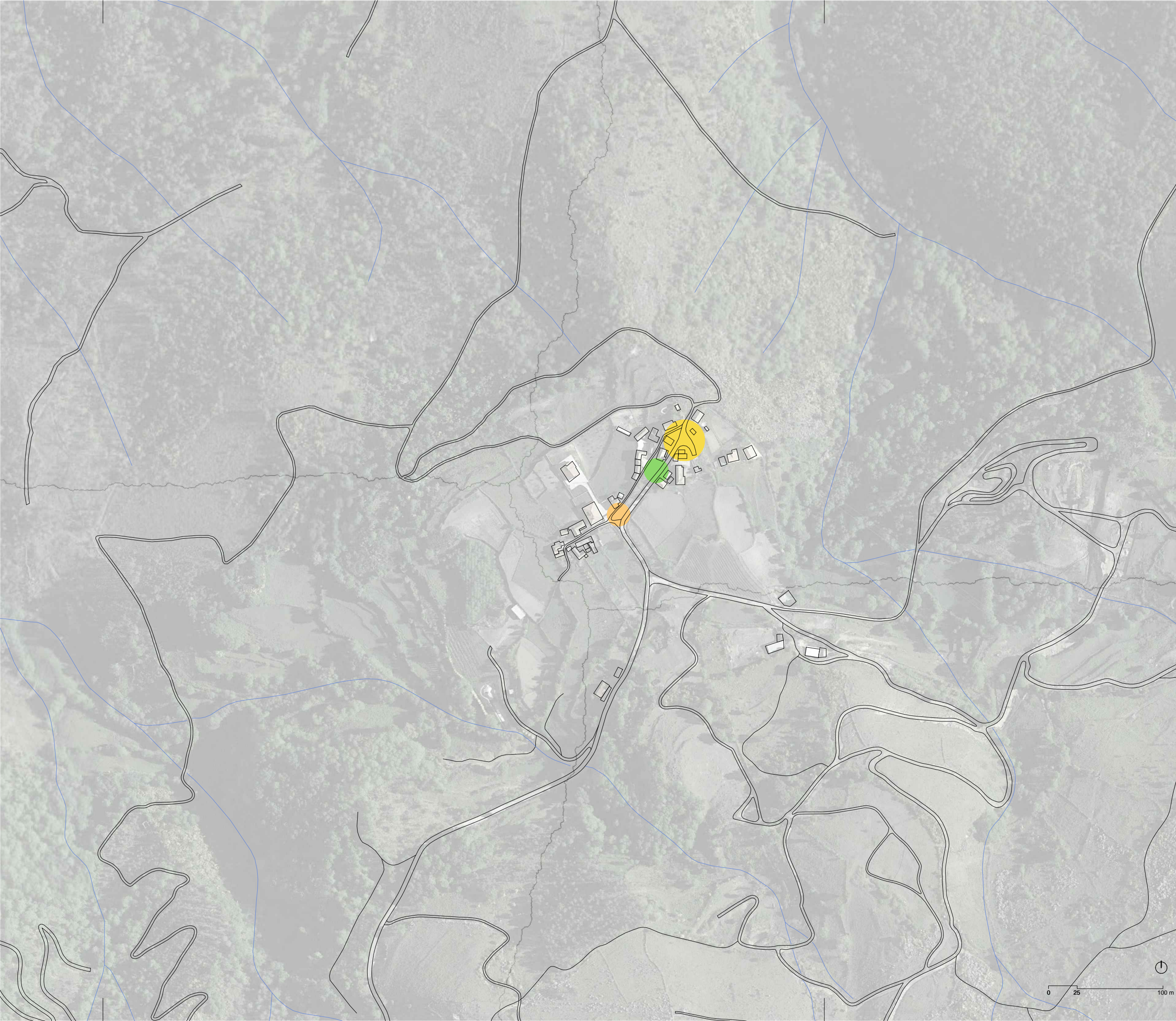




- Habitação
- Equipamento
- Comércio | Restauração
- Anexos agrícolas
- Edificação devoluto

Cristelo | Cinfães
Rota do Granito ao Xisto
03_TIPO DE EDIFICADO





- Eiras
- Largo
- Zona convívio | lazer



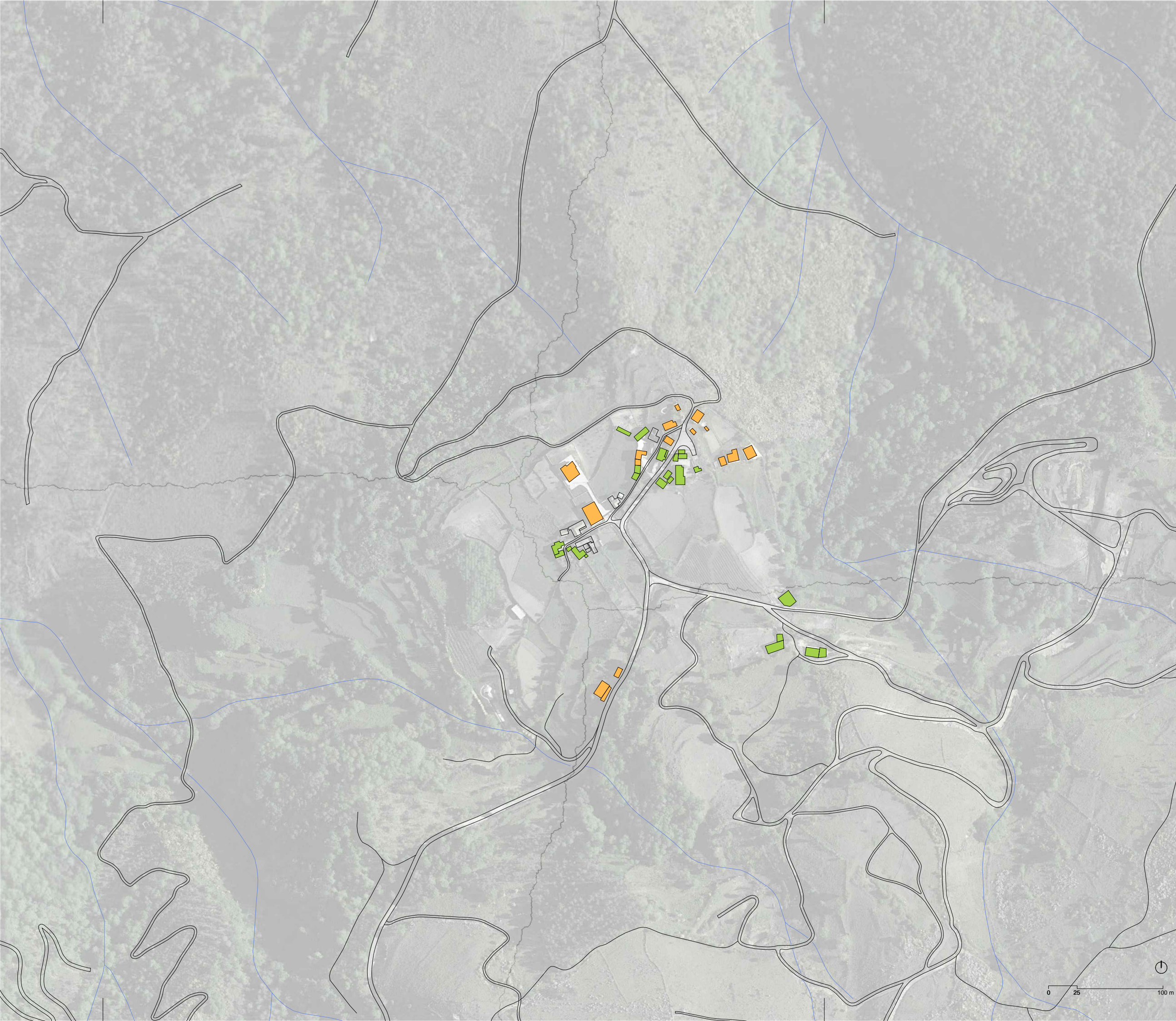
Cristelo | Cinfaes
Rota do Granito ao Xisto
04_ESPAÇOS PÚBLICOS



- Alcatroado
- Empedrado
- Não pavimentado

Cristelo | Cinfães
Rota do Granito ao Xisto
05_TIPO DE PAVIMENTOS





- Ocupação permanente
- Ocupação sazonal
- Devoluto

Cristelo | Cinfães
Rota do Granito ao Xisto
06_Tipo de Ocupação





Figura 70_Habitação
Figura 71_Anexo agrícola
Figura 72_Culturas agrícolas

Da chegada a Cristelo, com o propósito de analisar o seu conjunto, recordamos a reação dos poucos habitantes, que sentiram que estávamos a invadir o espaço privado. Isto porque, à medida que estacionávamos o carro, os habitantes saíam das suas casas e deslocavam-se ao arruamento para nos questionar o porquê da nossa visita e qual a sua finalidade. Esta reação justifica-se pelo reduzido número de habitantes, apenas sete, dos quais apenas quatro são naturais de Cristelo. Os restantes três, um jovem casal e o seu filho encontram-se há pouco tempo no núcleo a prestar cuidados a um casal de idosos.

O estudo do tipo de edificado (03_Tipo de Edificado) permite compreender a distribuição funcional que compõe o núcleo, assim como ajuda a identificar as zonas de maior necessidade de reabilitação de alguns dos seus elementos construídos.

Cristelo é composto por 43 edificações divididas entre 11 habitações (Figura 70), 26 anexos agrícolas (Figura 71) e seis edificações devolutas. A inexistência de serviços, comércio e restauração deve-se ao reduzido número de habitantes, na sua maioria já reformados o que conduz à inviabilidade destes serviços.

No entanto, apesar do isolamento do núcleo, a verdade é que se encontra a poucos quilómetros de outros aglomerados, que possuem estes serviços. Deste modo, para satisfazer as necessidades básicas: de saúde (posto médico e farmácia), questões administrativas (Junta de Freguesia) ou escolares, é necessário a deslocação à sede de freguesia, que se encontra aproximadamente a oito quilómetros. No entanto, a pouco mais de um quilómetro existe o aglomerado de Vilar D'arca que permite aos habitantes acesso a um café e uma pequena mercearia. A não existência de transporte público para o centro do concelho faz com que esta proximidade a Vilar D'arca ajude à subsistência desta população.

É importante mencionar que este aglomerado não possui rede de distribuição de água nem saneamento básico, levando a que cada habitação possua uma fossa séptica e que o abastecimento de água dependa de nascentes particulares ou do fontanário público. A agricultura diversificada volta a ter um papel fundamental na subsistência da população, sendo, essencialmente, para consumo próprio (Figura 72).

O registo do estado de conservação do edificado (01_Estado de Conservação), demonstra que o “bom estado” associa-se quase em exclusivo às habitações, com a exceção de uma casa que apresenta sinais de deterioração apesar da sua utilização permanente. A maioria dos anexos agrícolas classificam-se como construções em “estado razoável”.



Figura 73_Antiga habitação
Figura 74_Composição da fachada
Figura 75_Composição do telhado

Apesar do reduzido número de edifícios (menos de 45), o aglomerado apresenta sete devolutos, correspondendo a cerca de 14 por cento, valor preocupante, mas que pode ser um elemento de forte potencial para o desenvolvimento de uma estratégia para este aglomerado e respetiva Rota.

O aglomerado apresenta algumas reabilitações e construções recentes que alteraram um pouco a imagem harmoniosa do conjunto. Contudo, ainda é possível observar a imagem vernacular na maioria das construções.

Deste modo, o modelo da casa antiga de Cristelo corresponde a um edifício de dois pisos, semelhante ao modelo que analisamos na Rota de Montemuro. O piso térreo alberga os animais e a habitação localiza-se no primeiro piso, sendo a entrada garantida por uma escada exterior de pedra granítica (Figura 73). As fachadas de granito diferenciam-se dos alçados da Serra de Montemuro pela dimensão dos blocos de pedra utilizados nas ombreiras, padieiras, soleiras e cunhais. Sendo a restante parede executada com pedras de granito de menor dimensão (Figura 74). Estas paredes caracterizam-se por uma dupla face cuidada em ambos os lados, interior e exterior. A cobertura é constituída por telha cerâmica limitada no beirado por lajeado de ardósia (Figura 75). O pavimento e os forros do telhado são constituídos por ripado de madeira, ao passo que as paredes divisórias são em tabique (Figura 76). Estas casas são organizadas entre 2 a 3 divisões, cozinha, sala e quarto podendo estas duas últimas coexistirem no mesmo espaço.

Hoje, algumas destas construções foram reabilitadas, salvaguardando em quase todos os casos o seu aspeto exterior. Em pelo menos dois destes casos o piso térreo continua a resguardar os animais. Porém, existe um elevado número de construções com estas características que funcionam como celeiro, curral ou se encontram em ruínas. O que demonstra necessidade urgente de reabilitação sob risco de se perder este valor patrimonial (Figura 77).

O registo dos elementos descaracterizadores torna-se importante na avaliação da autenticidade patrimonial atual deste conjunto (02_Elementos descaracterizadores). Identificamos nove construções que essencialmente pela escolha da cor do acabamento, escolha do material ou forma de aplicação, conduzem à perda da imagem do conjunto. Porém em alguns destes casos será possível minimizar o impacto negativo destes elementos, recorrendo a pequenas intervenções (assunto abordado no capítulo do Planeamento estratégico da Rota).



Figura 76_ Composição das paredes interiores
Figura 77_ Edificações em ruínas
Figura 78_ Alminhas

A análise dos espaços públicos (04_ Espaços públicos) de forma de identificar zonas comunitárias com potencial revelou-se difícil. No entanto, segundo o que nos foi possível observar há três zonas de convivência, todas localizadas ao longo do arruamento que organiza o núcleo.

A primeira zona corresponde às alminhas que se localizam à chegada do aglomerado, local que, para além dos devidos efeitos, permite aos habitantes sentarem-se e descansarem (Figura 78). A eira, que na realidade se trata de um local cimentado, localiza-se no meio das habitações, tornando-se num local propício à conversa e ao convívio das pessoas. Por último o largo que surge como elemento de fecho do conjunto, e que, pela sua dimensão e configuração em forma de gota, favorece a utilização como parque de estacionamento e como *cul-de-sac*. A sua localização a norte do conjunto e a uma cota elevada favorece a observação de todo vale entre as Freguesias de Santiago de Piães e de São Cristóvão de Nogueira, assim como do próprio Rio Douro.

O estudo do tipo de pavimento existente no povoamento (05_Tipo de pavimento) permite concluir que os arruamentos, de dimensões reduzidas, apresentam pouca qualidade. Apesar do caminho principal ser alcatroado, as suas dimensões dificultam o cruzamento de duas viaturas. Os pavimentos empedrados limitam-se a um pequeno troço que permite o acesso à casa mais a poente do conjunto, sendo os restantes percursos em terra, uma vez que a sua reduzida utilização não justifica a sua pavimentação.

Ao observar o conjunto ressalta a existência de mais habitações do que habitantes e após o levantamento do tipo ocupação, conclui-se que das onze habitações, oito têm uma ocupação sazonal, sendo a maioria destas casas de férias. Este dado comprova a existência de um interesse quer pelos proprietários como pelos seus descendentes por este local. De forma geral, estes proprietários, embora não vivam permanentemente no aglomerado, possuem caseiros ou funcionários que lhes cultivam os campos agrícolas e cuidam dos animais, levando com que apenas as habitações tenham um uso sazonal, uma vez que os anexos têm um uso permanente.



Figura 79_Aglomerado de Vale do Cão

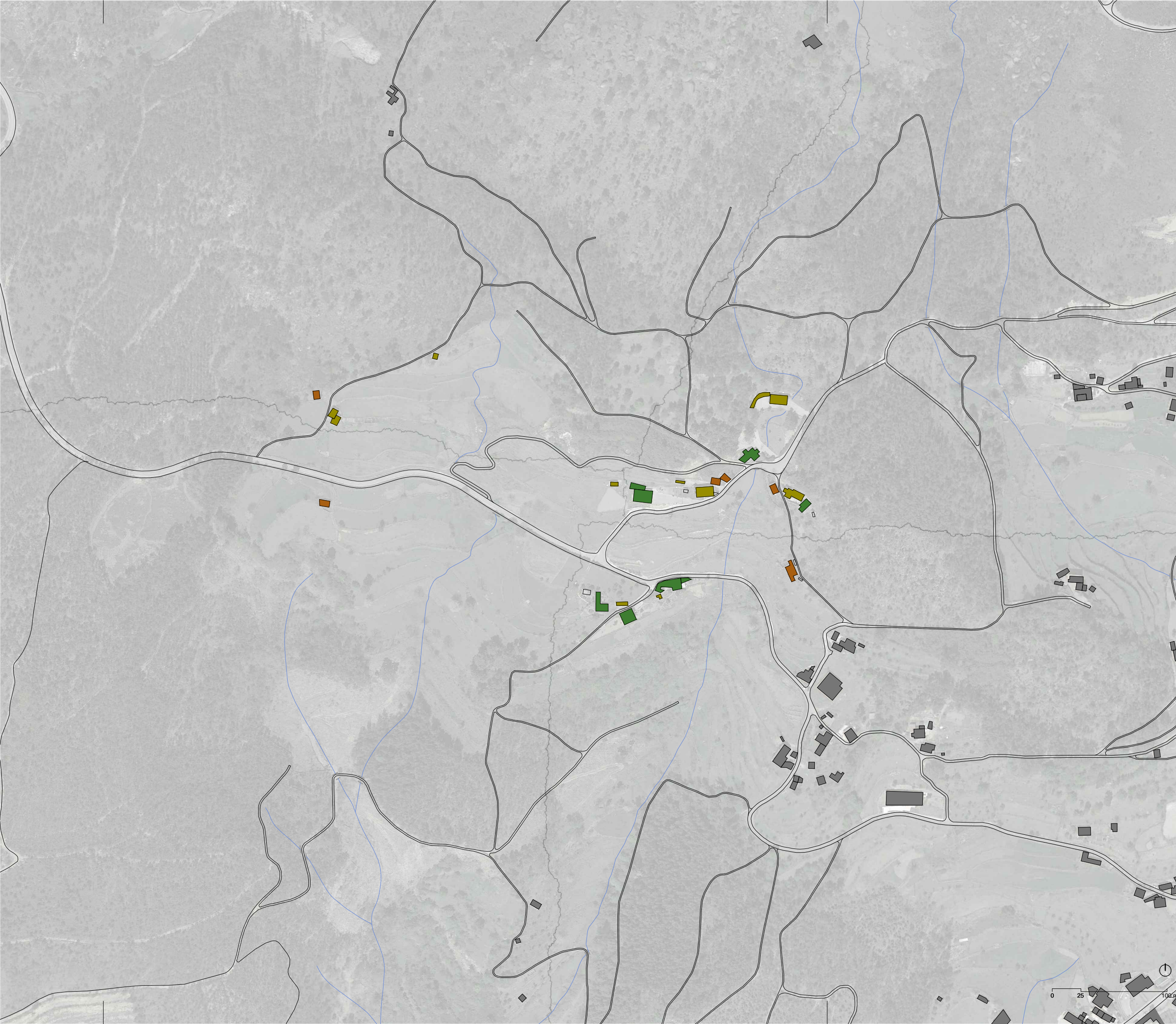
VALE DO CÃO

Vale do cão é um pequeno lugar inserido na Freguesia de Nespereira e localizado a poente do aglomerado de Pindelo (Figura 79). Tendo em consideração a sua localização e implantação no território, este aglomerado evidencia as características de um núcleo de meia-encosta. Como tal, as suas construções organizam-se ao longo das vias de comunicação, apresentando uma maior dispersão em relação aos restantes aglomerados analisados até aqui. Este facto, aliado à falta de sinalização, levou a que durante o trabalho de campo tivéssemos dificuldade no reconhecimento dos limites do conjunto.

O aglomerado é constituído por um conjunto de edificações em granito e xisto, algumas das quais apresentam telhados de ardósia em toda a sua totalidade, o que caracteriza e distingue este conjunto.

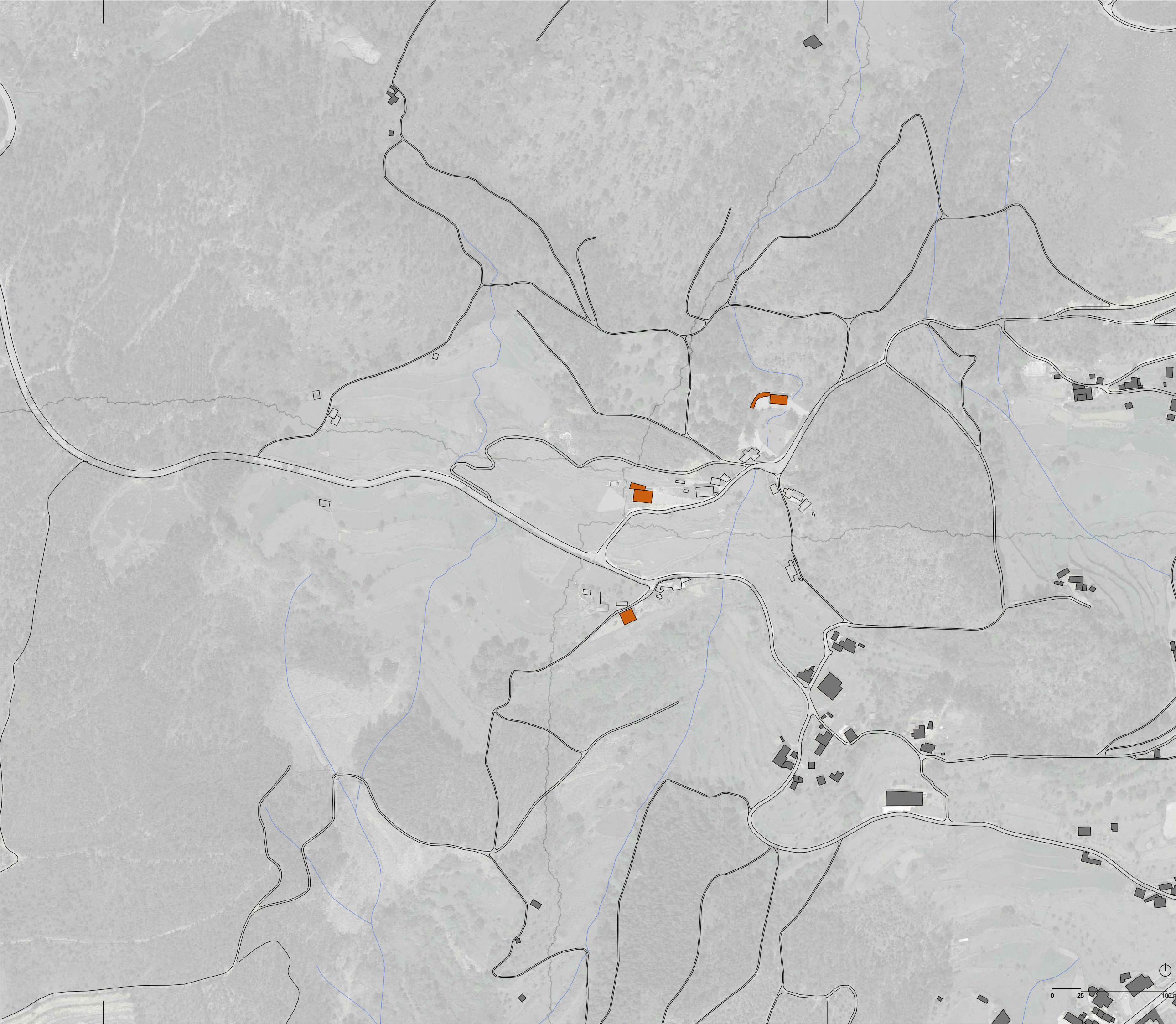
Hoje, em Vale do Cão, a agricultura e a criação de gado já não têm o papel de outros tempos, contudo ajudam no equilíbrio mensal dos orçamentos dos agregados familiares. Com 12 habitantes e sem rede pública de abastecimento de água nem saneamento básico, o aglomerado preserva o seu património arquitetónico praticamente inalterado, inserindo-se na paisagem envolvente de carvalhos, pinheiros, castanheiros e vinha, de um modo simples e harmonioso.



A escolha deste núcleo para integrar a Rota do Granito ao Xisto deve-se ao facto de este retratar a transição material e técnica, através da introdução do xisto nas fachadas e um maior protagonismo da ardósia nas coberturas. O que faz com que funcione como elemento de ligação entre o aglomerado de Cristelo e o de Souto de Paradela, que respetivamente iniciam e encerram esta Rota.



- Bom estado
- Estado razoável
- Ruína
- Edificações não levantadas

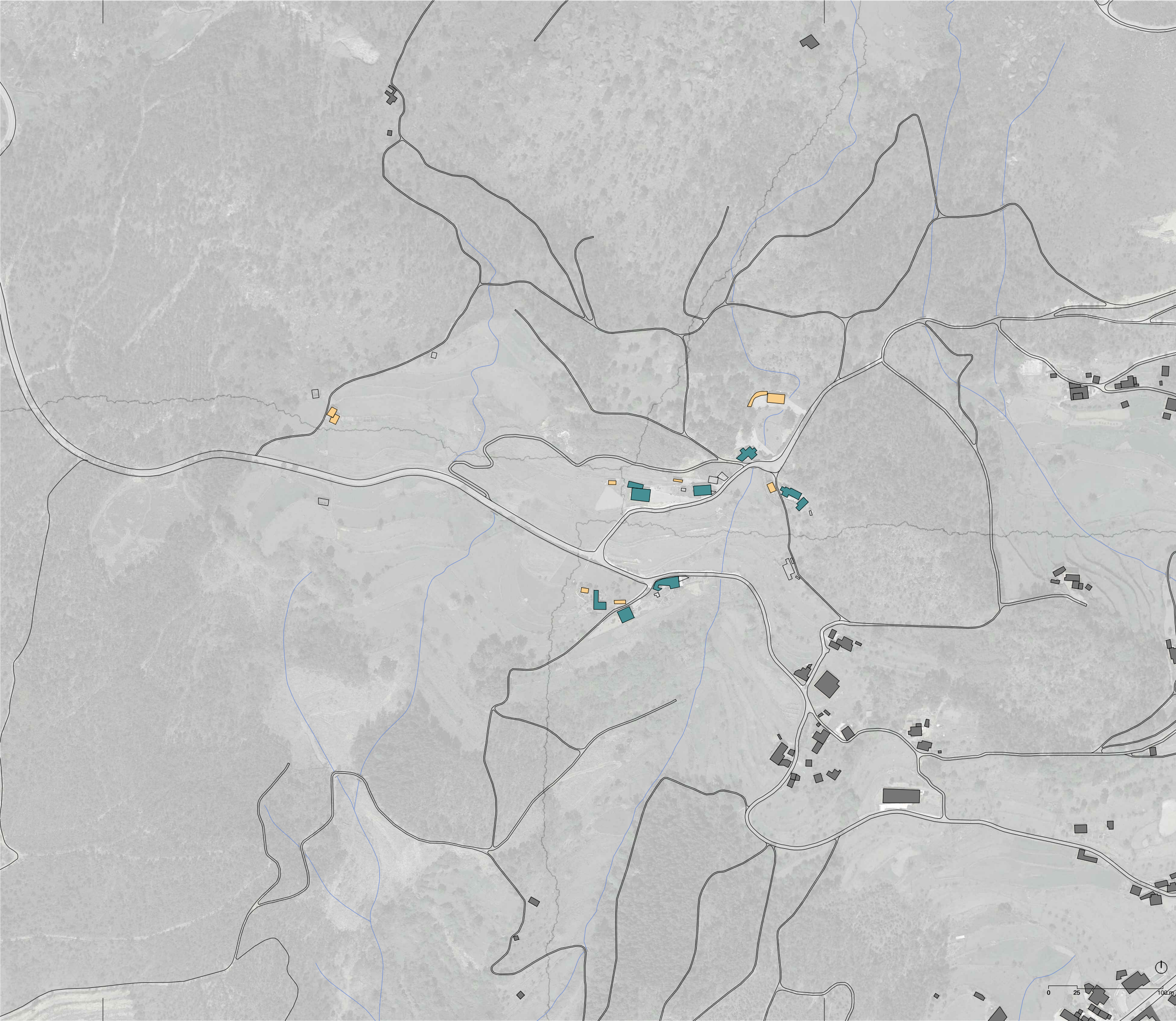
Vale do Cão | Cinfães
Rota do Granito ao Xisto
01_ESTADO DE CONSERVAÇÃO



-  Elementos descaracterizadores
-  Edificações não levantadas

Vale do Cão | Cinfães
Rota do Granito ao Xisto
02_E. DESCARATERIZADORES





- Habitação
- Equipamento
- Comércio | Restauração
- Anexos agrícolas
- Edificação devoluto
- Edificações não levantadas

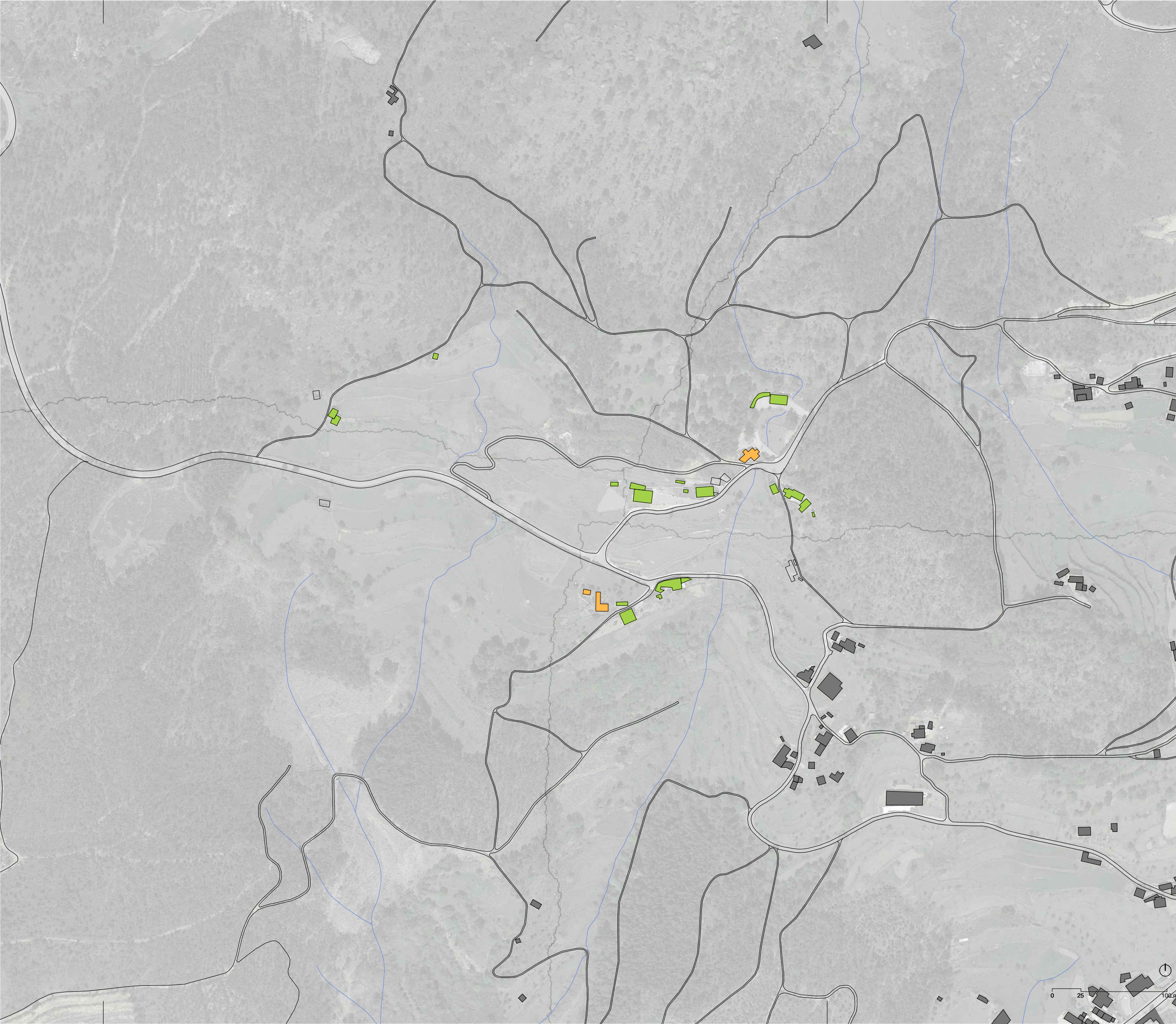
Vale do Cão | Cinfães
Rota do Granito ao Xisto
03_TIPO DE EDIFICADO





- Alcatroado
- Empedrado
- Não pavimentado
- Edificações não levantadas

Vale do Cão | Cinfães
Rota do Granito ao Xisto
05_TIPO DE PAVIMENTOS



- Ocupação permanente
- Ocupação sazonal
- Devoluto
- Edificações não levantadas

Vale do Cão | Cinfães
Rota do Granito ao Xisto
06_Tipo de Ocupação





Figura 80_Vedação da propriedade
Figura 81_Anexos agrícolas
Figura 82_Habitação

Na chegada ao aglomerado verificámos a inexistência de sinalização do núcleo, o que dificultou o reconhecimento dos limites do aglomerado de Vale do Cão. Contudo, de acordo com o levantamento topográfico, fornecido pela Câmara Municipal de Cinfães, limitámos uma área de construções que queríamos incluir no estudo de Vale do Cão. Incluindo algumas edificações que na realidade não pertencem ao domínio administrativo deste núcleo, mas que considerámos que pelas características arquitetónicas deveriam ser incluídas no estudo, consideramos que para o objetivo da presente investigação, este facto não é relevante.

Vale do Cão trata-se do primeiro núcleo que não apresenta características de núcleo de montanha, distinguindo-se dos anteriores por não ser um núcleo concentrado, de arruamentos estreitos, onde a vida comunitária e familiar são elementos fundamentais e onde o espaço público favorece o convívio.

O conjunto caracteriza-se por construções organizadas de uma forma dispersa ao longo dos arruamentos, onde a vida comunitária perde forma, uma vez que as vedações das propriedades, através de muros e sebes, levam a uma maior privacidade das habitações, conduzindo a uma menor convivência entre vizinhos (Figura 80).

Por outro lado, a menor influência da agricultura na vida dos seus habitantes leva à inexistência de elementos agrícolas comunitários, tal como verificado nos aglomerados da Serra de Montemuro com as eiras e canastros.

Neste seguimento, e após identificar a área a estudar, iniciamos os levantamentos. Procedeu-se ao estudo dos usos dos edifícios, tentando compreender, a sua distribuição funcional (03_Tipo de edificado). Deste modo, e após concluído o estudo, verificou-se que o conjunto apenas é constituído por anexos agrícolas e habitações (Figura 81 e 82). O aglomerado é constituído por vinte e seis edificações, sendo que oito delas são habitações, onze anexos agrícolas e sete construções apresentam-se em ruínas. Tendo em consideração a dimensão do conjunto e a colaboração da população foi-nos possível confrontar os dados acima referidos com o tipo de ocupação de cada espaço (06_Tipo de ocupação). Através deste estudo é possível afirmar que das oito habitações, duas são casas de férias, registando uma ocupação sazonal, levando a concluir que os 12 habitantes ocupam as restantes seis habitações.

Tal como já verificado em Cristelo, alguns proprietários, mesmo não habitando de forma permanente o núcleo, mantêm os campos agrícolas cultivados através de acordos ou contratos que permitem que outras pessoas o façam.



Figura 83_Edificação desenvolvida em dois níveis
Figura 84_Composição da fachada
Figura 85_Composição da cobertura

No que diz respeito ao estudo de conservação (01_Estado de conservação), destaca-se que as habitações, de um modo geral, apresentam-se em “Bom estado”. Da mesma forma que os anexos agrícolas, demonstrando algum desgaste, inserem-se na totalidade no “Estado razoável”, sendo que as edificações devolutas poderão desempenhar um papel crucial no planeamento estratégico deste aglomerado.

As construções antigas, que apresentam características vernáculas deste núcleo, distinguem-se pela variedade material que espelha a riqueza geológica do seu subsolo.

As edificações desenvolvem-se em dois pisos com a habitação situada no piso superior, enquanto o inferior se destina a currais ou anexos de alfaias agrícolas. Esta distribuição está relacionada com a implantação a meia encosta e com a adaptação do edifício ao terreno (Figura 83). Assim o acesso à habitação dá-se pela cota mais alta, onde a edificação apresenta apenas um piso, evitando deste modo a existência de uma escadaria exterior, ao passo que no alçado oposto, garante-se a entrada do piso térreo, a construção já evidencia os dois pisos. As fachadas são maioritariamente construídas em granito. Porém, o xisto já surge entre os blocos de granito. Esta combinação resulta num jogo de cores que embeleza o conjunto e se relaciona com o envolvente (Figura 84). Nas coberturas da maioria das construções, a ardósia já assume a totalidade das águas (Figura 85). Contudo ainda é possível, pontualmente, observar edifícios que conjugam este material com a telha. Estas duas técnicas surgem apoiadas numa estrutura tradicional de madeira.

Ao percorrermos o aglomerado observamos duas construções recentemente reabilitadas, que preservaram a traça vernacular. Este dado aliado ao baixo número de elementos descaracterizadores (02_Elementos descaracterizadores), demonstra o reconhecimento por parte dos proprietários do valor arquitetónico do lugar, preservando assim a identidade do conjunto.

Tal com já referido, a convivência e a vida comunitária do conjunto são praticamente nulas, o que levou a que a análise (04_Espaços públicos) não fosse realizada, por falta de elementos. Este facto será certamente um ponto a ter em consideração durante o planeamento estratégico deste aglomerado, visando a concretização da Rota do Granito ao Xisto.

Realizou-se ainda uma análise ao tipo de pavimento existente no conjunto (05_Tipo de pavimento), onde se verificou que o aglomerado está servido por um conjunto satisfatório de vias e em bom estado de conservação. No entanto, a sua sinuosidade e



Figura 86_Acesso de campos agrícolas
Figura 87_Percursos pela natureza

reduzida dimensão dificultam a circulação automóvel. A Rua da Laje, que percorre todo o núcleo e estabelece a ligação ao núcleo de Pindelo¹³, assim como a Rua de Vale do Cão, que acede às construções mais a norte do conjunto, encontram-se alcatroadas, sendo que os restantes caminhos de acesso são empedrados. No entanto, estes caminhos, à medida que se vão afastando das construções e do aglomerado, passam a não ter pavimento (Figura 86).

No entanto qualquer um destes percursos convida a uma caminhada, desfrutando e contemplando a envolvente do conjunto, através de um contacto próximo com a natureza e a paisagem do Vale de Nespereira (Figura 87).

¹³ Conjunto de construções registado a Sudeste dos levantamentos e assinaladas como “Edificações não levantadas/analizadas”.



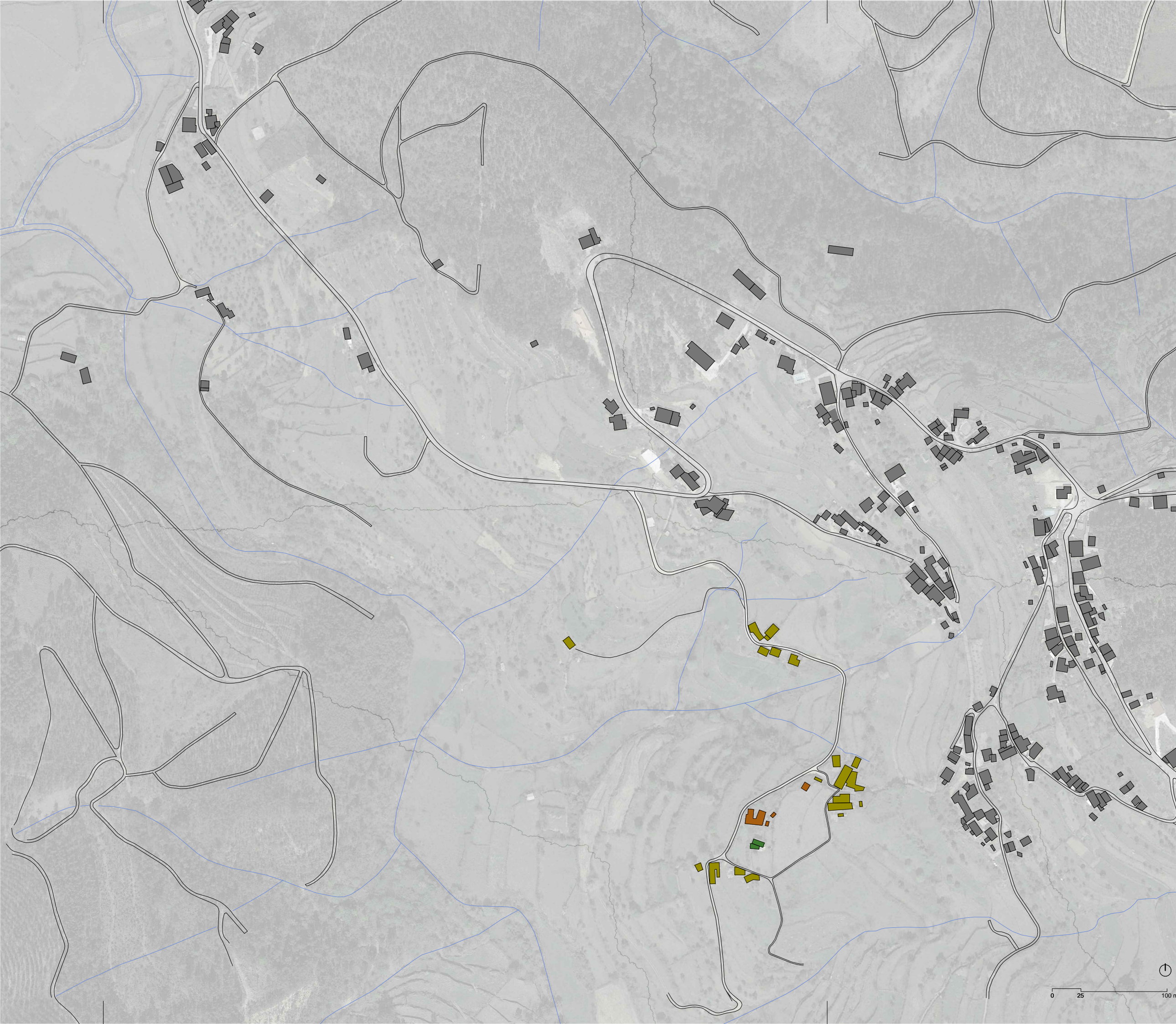
Figura 88_Aglomerado de Souto de Paradela

SOUTO DE PARADELA

Souto de Paradela, tal como o nome sugere, está inserido no aglomerado de Paradela e à semelhança de Vale do Cão pertence à administração local da Freguesia de Nespereira (Figura 88).

À imagem do caso anterior, engloba-se nos aglomerados de meia-encosta, organizando-se, por isso, de uma forma dispersa ao longo da única via de acesso que desenha o conjunto - Rua de Souto de Paradela. Neste conjunto, as construções distinguem-se pelo uso e domínio do xisto nas fachadas e pela ardósia nas coberturas, o que torna este conjunto num verdadeiro exemplo da arquitetura popular portuguesa. Esta foi a principal razão da escolha deste pequeno núcleo.

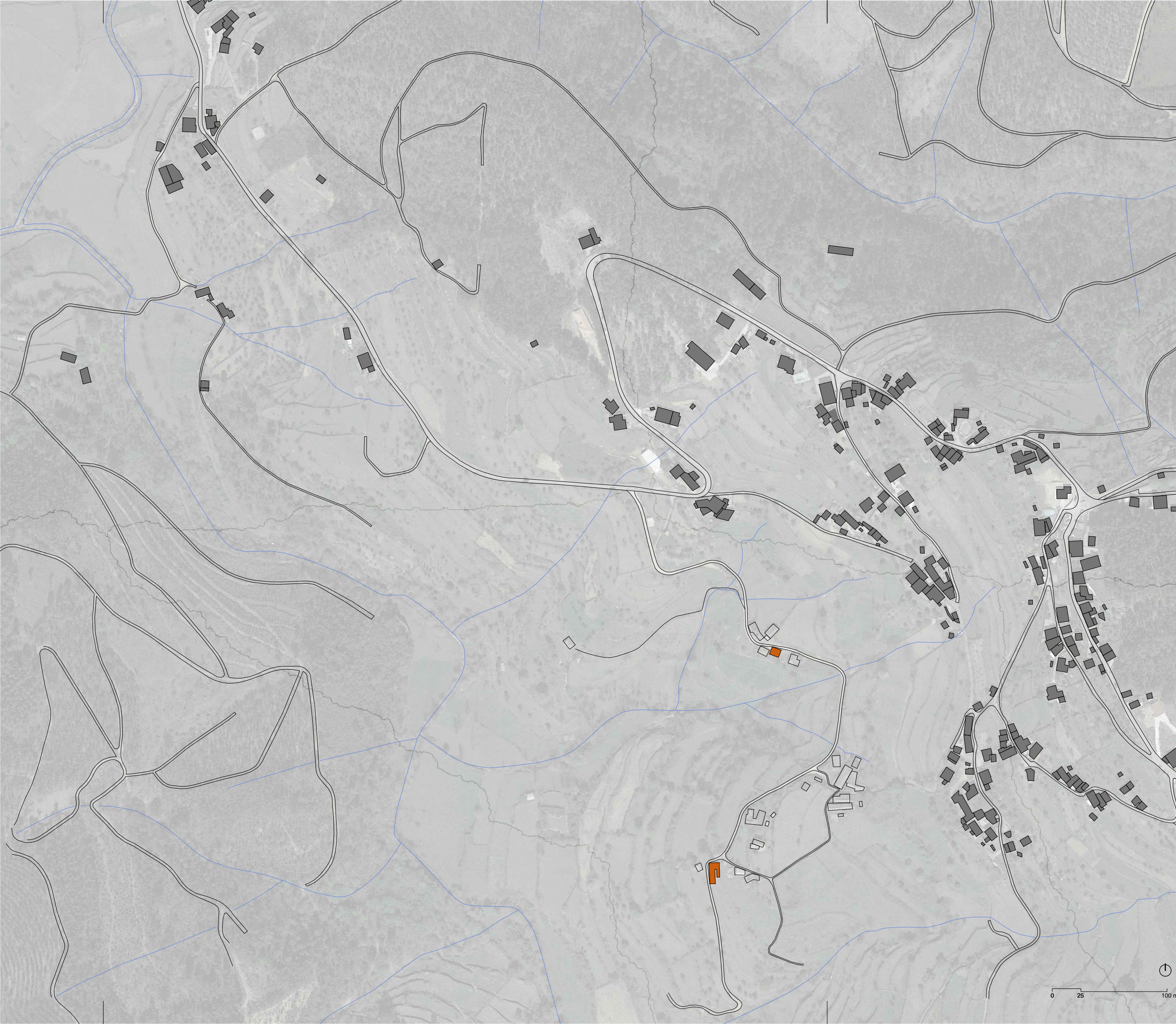
Atualmente, a agricultura e a criação de gado ainda têm um papel crucial na vivência deste espaço, assim como no equilíbrio da economia da única família que habita em Souto de Paradela. Com cinco habitantes e dezenas de cabeças de gado, Souto de Paradela continua a manter os antigos caminhos e grande parte das construções em funcionamento, garantindo assim a preservação deste património. O acesso destas construções ao Caminho Municipal nº1036, faz-se por um caminho sem pavimentação e mau estado de conservação, levando a que a circulação seja quase exclusiva a tratores ou veículos de todo o terreno. Contudo as necessidades e dificuldades deste aglomerado ficam ainda mais evidentes com a ausência de saneamento e abastecimento de água de rede pública.





- Bom estado
- Estado razoável
- Ruína
- Edificações não levantadas

Souto de Paradela | Cinfães
Rota do Granito ao Xisto
01_ESTADO DE CONSERVAÇÃO

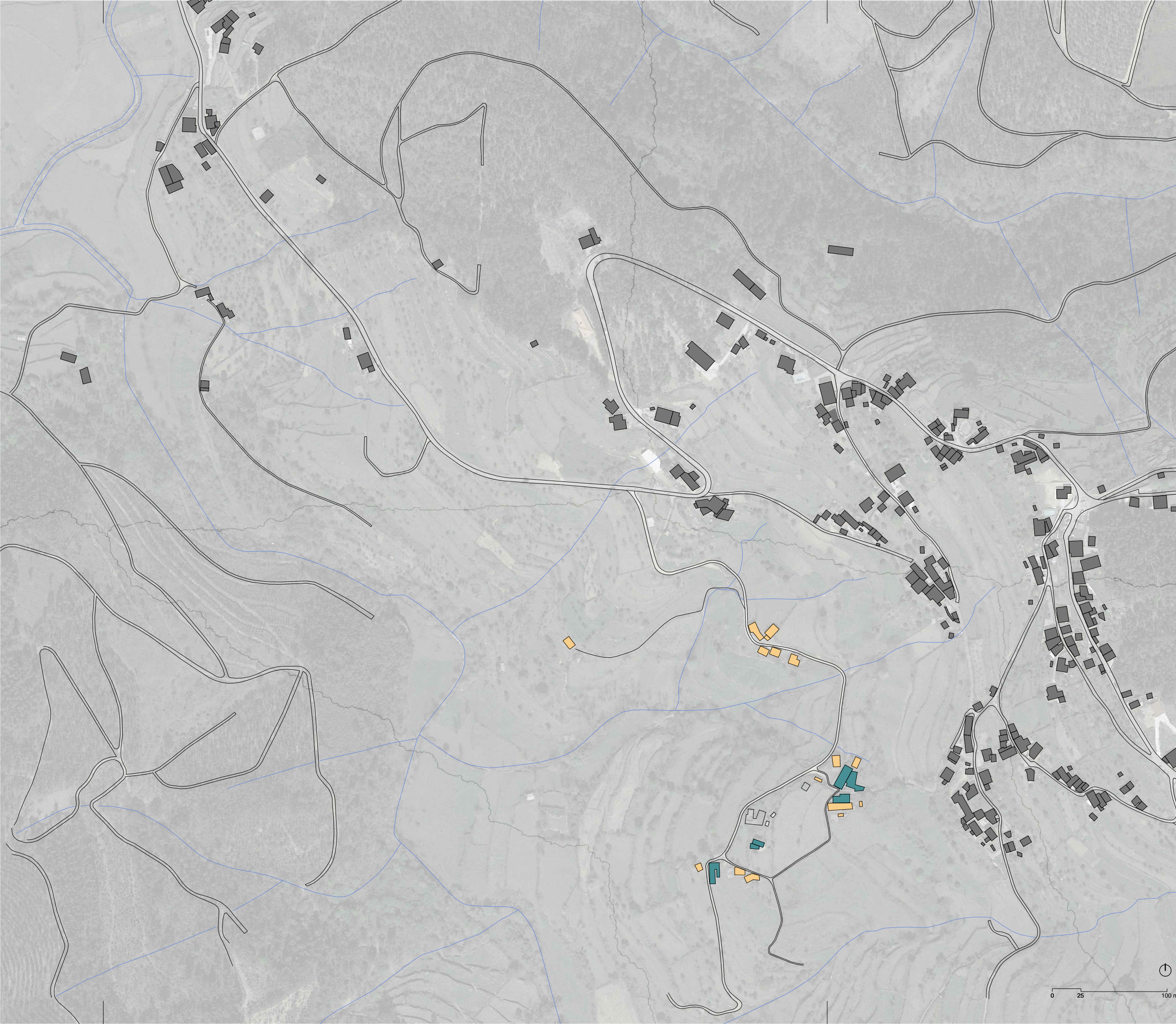




-  Elementos descaracterizadores
-  Edificações não levantadas

Souto de Paradela | Cinfães
Rota do Granito ao Xisto
02_E. DESCARATERIZADORES





- Habitación
- Equipamento
- Comércio | Restauração
- Anexos agrícolas
- Edificação devoluto
-

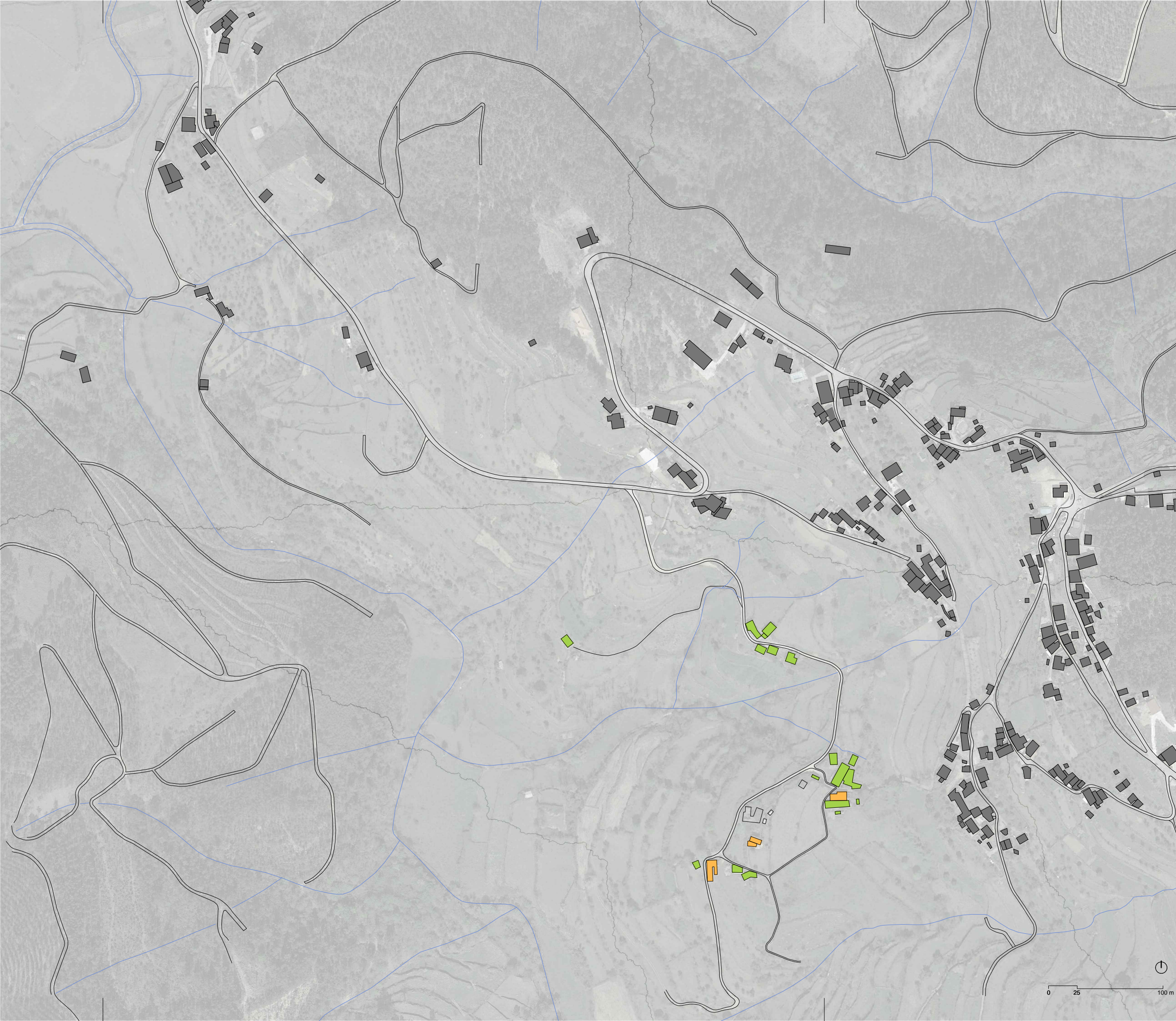
Souto de Paradela | Cinfães
Rota do Granito ao Xisto
03_TIPO DE EDIFICADO





- Alcatroado
- Empedrado
- Não pavimentado
- Edificações não levantadas

Souto de Paradela | Cinfães
Rota do Granito ao Xisto
05_TIPO DE PAVIMENTOS



- Ocupação permanente
- Ocupação sazonal
- Devoluto
- Edificações não levantadas

Souto de Paradela | Cinfaes
Rota do Granito ao Xisto
06_Tipo de Ocupação





Figura 89_Construção em xisto
Figura 90_Habitação
Figura 91_Anexo agrícola

A escolha deste aglomerado para encerrar a Rota do Granito ao Xisto, deve-se essencialmente a dois fatores. Em primeiro lugar deve-se à sua localização geográfica, pois ao inserir-se num dos pontos mais próximos de Alvarenga (Arouca), é um bom exemplo da utilização do xisto nas construções. Por outro lado, Souto de Paradela acrescenta a possibilidade de observar um conjunto considerável de arquitetura popular em plena utilização.

Contudo, a seleção deste aglomerado demonstrou-se complicada, devido por um lado ao reduzido conhecimento pessoal da freguesia de Nespereira, por outro porque pretendíamos que o núcleo que terminasse a Rota apresentasse o xisto como componente construtivo principal (Figura 89). Por fim, desejávamos que esta escolha seguisse a ideia dos restantes aglomerados que integram a Rota do Granito ao Xisto, ou seja, que se tratasse de um núcleo pequeno que, apesar de isolado e com um carácter intimista e familiar, estivesse na proximidade de um aglomerado de maior dimensão que satisfizesse as necessidades básicas destes locais.

Deste modo, numa das visitas à região e quase numa obra do acaso, observámos a sinalização da Rua de Souto de Paradela. Apesar da apreensão provocada pelo acesso sem pavimentação e o estado de conservação do caminho, arriscámos e deparámo-nos com um conjunto que para além de se enquadrar em todas as premissas, acima referidas, acrescenta a conservação da sua arquitetura quase no seu estado original.

Já numa segunda visita ao local realizou-se a análise do tipo de edificado (03_Tipo de edificado), de onde concluímos que Souto de Paradela é composto por 24 edificações que à semelhança dos restantes aglomerados desta Rota, se destinam a habitação ou a anexo agrícola. Foram identificadas cinco habitações, catorze anexos agrícolas e quatro construções em estado de ruína (Figura 90 e 91).

Apesar deste lugar não possuir serviços e equipamentos mínimos, estes encontram-se no aglomerado vizinho de Paradela, a uma distância inferior a 500 metros.

O registo do estado de conservação das construções (01_Estado de Conservação) demonstra que, para além das já referidas quatro construções em ruína, este núcleo apresenta apenas uma edificação em “bom estado”, tratando-se esta de uma habitação recentemente reabilitada. Observando-se ainda que as restantes construções integradas no “estado razoável” apresentam sinais evidentes de deterioração. No entanto, mantêm-se em utilização, sendo de ressaltar que estas edificações são na sua maioria exemplos de arquitetura vernácula.

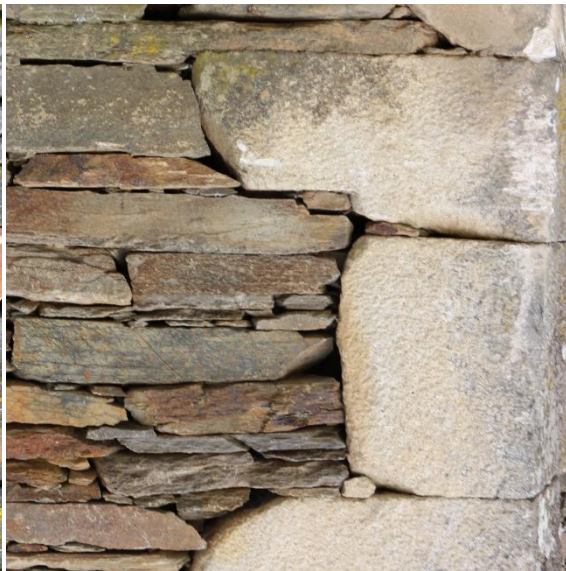


Figura 92_Casa tipo
Figura 93 e 94_Composição da cobertura e da fachada
Figura 95_Elementos estruturais de madeira e xisto

Destas 24 construções, apenas duas são habitadas por um total de cinco habitantes. Com o apoio destas pessoas foi possível a realização da análise do tipo de ocupação, concluindo que na zona sul do conjunto existem três habitações com um uso sazonal, funcionando apenas como casas de férias (06_Tipo de ocupação). No entanto, e tal como já referido ao longo desta Rota, estes proprietários permitem que familiares ou não, cultivem e criem gado nas suas propriedades, garantindo assim que os seus terrenos sejam cuidados e cultivados ao longo de todo o ano.

O modelo da casa, que define e caracteriza a arquitetura popular de Souto de Paradela, corresponde mais uma vez a edifícios de dois pisos, onde o piso inferior se destina ao albergue dos animais ou alfaias agrícolas (Figura 92). Podendo, nesta zona de produção vinícola, destinar-se também à localização do lagar e armazenamento das pipas. A habitação situada no piso superior é servida por uma escadaria exterior de granito, a escolha deste material deve-se ao facto do xisto ser menos denso e estar mais sujeito a um maior desgaste. As coberturas são de uma forma geral em ardósia, exceto um ou outro caso onde se verifica uma cobertura de chapa em celeiros ou currais (Figura 93). As fachadas, e tal como seria de esperar, são quase na totalidade em xisto, limitando o granito a elementos estruturais, tais como ombreiras, padieiras, soleiras e cunhais (Figura 94). No entanto e tendo em consideração a escassez de granito na região, é possível observar edifícios totalmente construídos em xisto, podendo mesmo utilizar barrotes de madeira como padieira, embora este método construtivo apenas se detete nas construções de um só piso e de menor relevância, tais como celeiros ou currais (Figura 95).

De realçar que as duas habitações com uso permanente, que na realidade resultam num conjunto por formarem uma casa pátio, são um dos elementos arquitetónicos mais notáveis observados ao longo das duas Rotas. Mantendo, quase na íntegra todos os constituintes da casa vernacular desta região, não se procedeu à análise e levantamento detalhado do imóvel (registo apenas de alguns elementos fotográficos), para que se salvaguardasse a privacidade dos seus habitantes. Este conjunto desenvolve-se a partir de um grande corpo horizontal (Figura 96), que é intercetado perpendicularmente por uma outra construção, formando assim um pátio (Figura 97). Este pátio é semicoberto pela cobertura do corpo principal e é contornado por um varandim elevado que permite o acesso às diferentes divisões da habitação, sendo que o pátio também permite o acesso na cota inferior aos anexos. Estes anexos funcionam como despensas, uma vez que é onde se guardam ao longo do ano os alimentos das colheitas. No pátio ainda é possível



Figura 96_Casa pátio
Figura 97_Vista do pátio
Figura 98_Estrutura do telhado

observar a estrutura tradicional de madeira que permite o apoio das pedras de ardósia que revestem a cobertura (Figura 98).

A análise dos elementos descaracterizadores (02_Elementos descaracterizadores) demonstra que em toda a extensão da área em estudo, apenas duas construções introduziram elementos que destabilizam e descaracterizam o valor do conjunto. Este facto demonstra o reconhecimento e importância, por parte dos proprietários, da preservação deste património, o que permitiu a conservação, até aos dias de hoje, da identidade local e da imagem harmoniosa resultante do aglomerado com a envolvente.

Tal como no aglomerado anterior, o registo dos espaços públicos não foi realizado, uma vez que o núcleo não apresenta qualquer espaço público qualificado ou estruturado. Além disso, a vegetação abundante em torno do pequeno caminho de acesso dificulta a observação de zonas diferenciadoras e com potencial. Esta questão terá uma atenção especial no planeamento estratégico deste conjunto.

Por último, referir que o estudo do tipo de pavimento existente no núcleo revela, e tal como já foi referido, que o mesmo apresenta acessos de fraca qualidade e em mau estado de conservação. Uma vez que o aglomerado apenas é servido por um arruamento principal sem pavimentação, Rua de Souto de Paradela, apenas pavimentado com blocos de pedra (paralelos) nas zonas de maior sinuosidade e dificuldade de circulação (05_Tipo de pavimento). Os restantes caminhos são em calçada antiga ou sem pavimentação. O Caminho Municipal nº 1036, à qual a Rua de Paradela dá acesso, é a via de acesso alcatroada mais próxima do conjunto.

PARTE III

A REFLEXÃO: DO LIMIAR À ESTRATÉGIA

Podíamos ter iniciado este capítulo com um cântico de esperança, em nome do desejo de que venham a surgir cidadãos que aspirem a um profundo respeito pela tradição cultural de uma região, no campo específico da arquitectura, sem, contudo, declinarem o seu tempo. Todavia, constatamos que as pessoas, em geral, apesar de terem naturalmente como referência a arquitectura popular rural e/ou a arquitectura dita antiga, por vezes com carácter urbano (solarenga), e de mencionar o seu gosto pela arquitectura portuguesa revelam uma total incompreensão a seu respeito (Mestre, 2002).

Concluídas as duas primeiras fases da investigação – a apresentação e a análise da área de estudo e do valor cultural construído existente nos aglomerados vernáculos, nesta terceira fase pretende-se fazer o estudo cuidado dos dados recolhidos, com o objetivo de definir métodos e critérios de intervenção sobre o património cultural do concelho de Cinfães. Como tal, e no seguimento da linha de pensamento de Maria Simplício, consideramos que este desenvolvimento “ [...] tem de assentar na valorização dos recursos territoriais e no estímulo e apoio aos sistemas territoriais de produção [...] [e] procurar promover o desenvolvimento com base em factores exógenos” (Simplício, 2000). Deste modo pretende-se elencar um conjunto de ações estratégicas dinamizadoras e potenciadoras de cada uma das Rotas, funcionando como um processo exemplificativo de intervenção e salvaguarda da arquitetura popular da região. E, assim, tornar a região apelativa a novos investimentos não só pelas condições imediatas que oferece, mas sobretudo pela capacidade em criar, aproveitar e gerir os seus recursos (Simplício, 2000).

O planeamento estratégico proposto visa ações próximas ao território e à população, apostando nos elementos diferenciadores de cada lugar, com o intuito de preservar e valorizar o património existente e, ao mesmo tempo, garantir melhores condições para a continuação e fixação da população (Marques, 2014). Esta nossa solução vai, contudo, contra a que é adotada, na maioria das vezes, pelos Programas de Reabilitação nacionais, pois estes veem a reabilitação e salvaguarda do património, principalmente, como objeto turístico (Marques, 2014). Tal *modus operandi* está patente na maioria dos projetos nacionais e como exemplos temos as Aldeias Históricas de Portugal. Este projeto demonstra uma total dependência dos fundos de participação pública – programas de promoção e subsidiação, para que as aldeias se tornem zonas turísticas viáveis e rentáveis. É claro que consideramos que o turismo oferece um importante contributo para a salvaguarda do valor cultural de qualquer região e sabemos que a desertificação destas aldeias, principalmente por população jovem, não tem permitido outras opções de empreendedorismo e inovação, mas na maioria das vezes, este planeamento está tão voltado para o turismo que se esquece das necessidades

reais da população residente (Marques, 2014). Além de que um menor investimento leva à migração de cada vez mais jovens e a um cada vez menor dinamismo dos núcleos.

Não iremos, contudo, aprofundar os Projetos desenvolvidos no âmbito nacional, uma vez que não era o objetivo do trabalho, mas sempre que seja pertinente referenciaremos alguns para justificar e apoiar as propostas apresentadas.

A presente reflexão surge, então, por considerarmos necessário e viável a preservação da identidade destes núcleos e a linguagem da arquitetura vernacular de Cinfães e por acreditamos que esta pode adaptar-se facilmente às exigências da vida contemporânea. Independente do processo de adaptação, é essencial que esta arquitetura mantenha uma forte ligação às pessoas, às memórias e aos locais de origem, porque só com o equilíbrio entre o vernáculo e o contemporâneo é possível assegurar a preservação e a conservação deste valor patrimonial da região. Tal necessidade torna-se premente porque apesar do concelho apresentar aglomerados coesos (essencialmente rurais) de arquitetura popular, com integração harmoniosa na paisagem e com valor patrimonial invejável, não são muitas vezes reconhecidos pelo cidadão comum. E as entidades responsáveis, reconhecendo-lhe valor ou não, pouco fazem para a sua divulgação e reconhecimento. Este facto dificulta as ações de conservação e valorização destes conjuntos.

Para tentar inverter esta tendência propomos uma estratégia baseada em dois eixos, definidos, por sua vez, por linhas de atuação especificadas pelas respetivas propostas e medidas. Como primeiro objetivo, ou eixo, temos a valorização do património local. Para tal, estipulamos um conjunto de três linhas de ação: a preservação da cultura e da arquitetura popular, gestão urbana e qualidade de vida, e promoção | *marketing* dos produtos locais. A implementação deste primeiro eixo irá elencar condições base que garantam a viabilidade do segundo eixo, cuja premissa é a atração de novos cinfanenses. Este segundo objetivo terá como apoio programas à fixação e subsídios ao empreendedorismo, inovação, promoção da agricultura e turismo.

Para a primeira linha de ação – Preservação da cultura e da arquitetura popular, desenvolvemos um conjunto de ações de modo a salvaguardar as características sociais, manter as famílias residentes e incentivar a atração de outras pessoas. Tal exige a sensibilização e promoção das tradições locais e, por isso, é importante que as escolas ensinem aos seus alunos (e futuros cidadãos) o valor patrimonial destes aglomerados e a necessidade da defesa da identidade cultural do concelho. Esta formação teria atividades de promoção da casa rural, dos caminhos antigos e dos vestígios da atividade

agrícola (espigueiros, celeiros ou moinhos), como a realização de caminhadas, visitas e trabalhos de estudo. A criação de centros interpretativos, como o da Gralheira, noutros pontos das duas Rotas também teria um papel crucial no estímulo dos alunos (e dos habitantes) para a importância das suas raízes, cultura e arquitetura e, certamente, ajudaria a evitar o desaparecimento da paisagem destes locais.

Ainda a nível pedagógico, as escolas secundária e profissional de Cinfães, que apostam cada vez mais na formação profissional, deveriam oferecer um ensino técnico na área da construção tradicional. Assim propomos a criação de um curso de construção tradicional que ensine técnicas e métodos da arquitetura e construção vernacular, cuja mão-de-obra qualificada ajudaria na materialização das intervenções planeadas (sejam de preservação, restauro, alteração ou ampliação). Esta medida evitaria erros de intervenção, como os que sucederam na reabilitação da Aldeia do Piodão, onde se recorreu a pedras de xisto distintas das da região e que foram aplicadas, tal como o revestimento de ardósia, com técnicas modernas atípicas na região. Todas estas ações mal planeadas deturpam a arquitetura tradicional de qualquer aldeia (Marques, 2014). Assim, formação especializada nas técnicas construtivas locais é fundamental para a correta salvaguarda do património rural e para evitar a perda da identidade.

A sensibilização e a formação profissional também permitem que, num curto espaço de tempo, ocorra uma alteração de mentalidades, ao mesmo tempo que, a médio prazo, desencadeie intervenções que tenham a tradição e a preservação das memórias do local como valor fundamental alcançado através de um equilíbrio entre o antigo e o novo. Demonstrando “[...] que é possível continuar a herança da arquitetura popular e vernácula, mas numa perspetiva contemporânea elevada à condição de uma arquitectura elevada, culta” (Mestre, 2002).

Na segunda linha de ação, Gestão urbana e qualidade de vida, consideramos que os projetistas, a comunidade e as entidades responsáveis têm um papel fundamental. Estes ao realizarem projetos e propostas contextualizadas e integradas evitam a descaracterização e a desvalorização deste património rural. No entanto, devido à sensibilidade, valor e forma de inserção na natureza deste património, tais propostas estão muitas vezes dependentes de medidas de apoio, que se podem traduzir na criação de rotas ou redes (Carvalho, 2011), evidentemente asseguradas e acompanhadas por técnicos especializados. Desta forma, seria interessante que a Câmara Municipal, como responsável pelo planeamento urbano, criasse um gabinete técnico de urbanização constituído por uma equipa multidisciplinar com historiadores, técnicos especializados

no restauro e na reabilitação, engenheiros, antropólogos e arquitetos. Este gabinete surgiria na linha de ação dos já extintos Gabinetes Técnicos Locais (GTLs)¹⁴ (Pinho, 2009). Os GTLs acompanhariam as intervenções nas áreas mais sensíveis e geriam a introdução de novos materiais, o controlo da harmonia entre o proposto e o existente, e a ponderação da escala proposta em relação ao conjunto. Este gabinete deverá desenvolver guias de intervenção, onde especifica os materiais para os revestimentos dos edifícios e impõe a salvaguarda dos elementos tradicionais dos edifícios, como beirados, cantarias, portadas, portas, entre outros. É certo que a conservação destes elementos conduzirá a condicionamentos projetuais mas que, por outro lado, incentivam a criatividade dos arquitetos. Este gabinete também poderia desenvolver estudos e projetos garantindo o acesso de toda a população a projetos de reabilitação, independentemente de condicionamentos económicos locais.

No entanto, e para lá da dificuldade e viabilidade da constituição do gabinete referido, seria fundamental implementar um conjunto de medidas de intervenção que auxiliasse a Câmara Municipal a desenvolver ações em prol da salvaguarda e da valorização do referido valor arquitetónico endógeno. Estas medidas passariam pela definição de áreas de proteção patrimonial; elaboração e desenvolvimento de planos de pormenor e de defesa das zonas mais sensíveis (à semelhança do que está a ser desenvolvido pela Universidade Fernando Pessoa no aglomerado de Boassas); gestão das candidaturas a fundos de financiamento comunitários; levantamento e acompanhamento dos problemas sociais e económicos dos locais; além de inspeção às intervenções nas áreas delimitadas. Estas medidas irão fomentar: o aparecimento de outras áreas com potencial de desenvolvimento; a identificação dos projetos e ações necessários à viabilidade dos planos de desenvolvimento; a criação de quadros de articulação entre diferentes projetos de intervenções e promoção da cooperação entre diferentes intermediários¹⁵. Ao mesmo tempo, a definição destas ações, embora condicionantes, permitirá aos projetistas, condições sólidas para a apresentação de propostas de qualidade nos aglomerados vernaculares de modo a melhorarem a qualidade de vida da população, gerarem atratividade, conetividade e coesão na região, apostarem na vertente ambiental e estabelecerem ligações cooperativas entre si. Estas

¹⁴ Criados em 1985, os GTLs eram instrumentos de reabilitação urbana dedicados à recuperação de zonas degradadas (Pinho, 2009).

¹⁵ Estes objetivos foram baseados nas preocupações e ações do Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos planos Diretores (PROSIURB), que vigorou entre 1994 e o ano 1999, consultado através (Simplicio, 2000). Este programa tinha como diretrizes a valorização das cidades, através do desenvolvimento dos centros urbanos, recorrendo a planos estratégicos (DL n°26/2000)).

propostas visam, assim, garantir não só um porto seguro contra o esquecimento, mas também agir como ação de afirmação legítima local, através de estratégias de promoção dos recursos endógenos e transformação identitária da região, tornando, simultaneamente, os aglomerados competitivos (Peixoto, 2001). No entanto, e tal como refere Adelino Gonçalves, os planos de pormenor e de salvaguarda, não podem ser vistos como “o único instrumento para a proteção e valorização planeada e integrada” do património, pois a importância destes é mais valiosa quanto maior for a consciência que se tem em relação a estes (Gonçalves, 2011). Sendo crucial a implementação em simultâneo de outras medidas, por exemplo, um guia de correção de elementos descaracterizadores, problema detetado nos aglomerados vernáculos. Estas construções caracterizadas pela utilização de novos materiais, novas tipologias e métodos construtivos marcadamente distintos devem ser (re)pensadas e definida uma metodologia de adaptação, de forma, a minimizar o impacto negativo e descaracterizador que estas representam nos conjuntos.

Como tal, e com vista a minimizar este impacto, as entidades responsáveis devem analisar os casos descaracterizadores existentes, de forma a que num segundo momento desenvolvam critérios específicos de intervenção, tendo em consideração as características do aglomerado e da zona onde se insere. Há que ter em atenção também o facto da maioria destas construções serem recentes e, por isso, implicar a existência de apoios financeiros para alterações que aliciem e facilitem a adesão de um maior número de proprietários. Pretende-se um programa semelhante ao que ocorreu, entre 2003 e 2006, no Vale do Lima com o Programa AGRIS (QCA III-ON)¹⁶ que subsidiou 50% da intervenção por proprietário que aceitou investir a outra metade (Calheiros, 2006; Lima, Calheiros, & Mendonça, 2007).

Para o sucesso das duas primeiras linhas de ação serão necessárias medidas de promoção e *marketing* da região, suportadas nas qualidades individuais dos aglomerados e nas potencialidades da Rota. As medidas passariam pela realização de eventos, como feiras, festas e outros, que divulgassem e publicitassem as tradições, o artesanato, a gastronomia e os costumes da região, como acontece com a Aldeia do Pai Natal na Gralheira.

¹⁶ O Programa “Medida Agris” desenvolvido em Ponte de Lima, entre 2003 e 2006, tinha como objetivo a recuperação do “invólucro dos edifícios preexistentes, dando unidade e coerência à escala do “invólucro exterior” dos edifícios pré-existentes, dando unidade e coerência à escala do aglomerado (Calheiros, 2006; Lima, Calheiros, & Mendonça, 2007).

Todas estas linhas de ação, e consequentes medidas, visam a melhoria da qualidade de vida da população, o reforço dos valores da identidade local e a criação de uma base económica sustentada, sem nunca descurar o contexto social, cultural, económico e estético do aglomerado onde se inserem. Segundo Adelino Gonçalves, uma estratégia assente em tais valores permite tirar partido das dinâmicas de desenvolvimento “[...] essencialmente a nível local, mas também a nível regional e nacional” (Gonçalves, 2011). A aplicação destas ações permite, assim, um melhor enquadramento dos problemas locais determinantes para o êxito destas operações sem renegar o valor cultural e da memória do sítio.

O segundo eixo – Atração de novos cinfanenses, apesar de ser um objetivo concreto, acaba por ser uma consequência do primeiro eixo. Isto porque a implantação de programas de apoio à fixação está dependente da dinamização, equipamentos e infraestruturas que surgirão com a estruturação do primeiro eixo. A concretização destes alicerces irá permitir a criação de um “fundo” de edifícios, gerados pela Câmara Municipal, com origem em protocolos entre esta entidade e os particulares. Esta medida possibilita benefícios, a médio e longo prazo, às pessoas que pretendam mudar-se ou investir em Cinfães.

Uma segunda linha de ação deste eixo envolve o empreendedorismo e a inovação – componentes cruciais, principalmente, na componente turística e na agricultura. Por exemplo, a agricultura, para além de desempenhar um papel importante na economia de Cinfães, contribui de uma forma relevante para a imagem dos povoamentos tradicionais. Neste sentido, é fulcral medidas para a renovação da agricultura com a atração de jovens para este sector, como o atual programa Jovem Agricultor. Contudo, a implementação deste programa tem implicado, na maioria das vezes, desaterros de grandes áreas, desflorestação ou introdução de estufas em zonas isoladas, o que conduz a alterações profundas na paisagem do concelho. Porém, e reconhecendo as vantagens e virtudes deste programa, consideramos, que com uma maior coordenação com o gabinete técnico tais projetos podem ser revistos considerando questões, como o meio de inserção, o que evitará grandes impactos ou a descaracterização da área.

Consideramos também que as características da Serra de Montemuro e das várias linhas de água que definem o concelho são uma boa aposta para jovens empreendedores, pois garantem condições únicas para a prática de desportos radicais e de turismo de natureza.

Todas estas propostas exigem que haja um diálogo e uma aproximação prévia à população, como ocorreu com o Programa MEREC (Ramos et al., 2016), que contou com a realização de apresentações e reuniões públicas com os habitantes, explicando as propostas a realizar no conjunto. Sendo que, nestas sessões, a população poderia dar a sua opinião e sugestões permitindo, assim, uma participação e integração ativa na intervenção.

Qualquer artefacto patrimonial necessita, para subsistir e perdurar, de ser alvo de uma reinvenção ou de uma reactivação por indivíduos que o introduzem no seu quotidiano. Por isso, numa época de grande transformação, a descoberta do património pelos meios rurais traduz-se na constatação que é necessário repensar certos espaços e objectos em função de novos usos, atribuindo-lhes outras finalidades e integrá-los, mesmo que tenham sido marginalizados durante muito tempo, nas dinâmicas do novo desenvolvimento local. (Peixoto, 2001)

A interação com a população pretende também ajudar à conversão da imagem simbólica que a arquitetura popular tem para esta população que, muitas vezes, a associa à pobreza. Embora, as paredes remetam para as dificuldades que marcaram uma vida, esta reabilitação pretende incentivar o habitar no mundo rural com dignidade e com hipóteses de sucesso, aliada a um ambiente puro e em harmonia com a natureza. O que permitirá gerar novas possibilidades e o ressurgimento e reinvenção de costumes, tradições e conhecimentos que estão em vias de extinção, estabelecendo novamente uma relação de harmonia com o Meio. Por outro lado, é necessário ter em mente que qualquer intervenção e manutenção destes núcleos acarreta significativos encargos que, tendo em conta as condições económicas da população, se tornam em muitos casos incomportáveis. É por estas circunstâncias que reforçamos a importância dos fundos de auxílio à reabilitação, por parte das entidades responsáveis, que permitam solucionar as dificuldades dos particulares que não possuem meios para as intervenções.

Neste sentido, e para tornar estes fundos possíveis, gostaríamos que a legislação de conservação do património arquitetónico demonstrasse uma maior abertura para a classificação e o reconhecimento do património popular ou vernacular e que fossem desenvolvidas políticas e estratégias a nível nacional sobre a arquitetura vernácula (Portas, 1981; Mestre, 2002). É, por esta razão, que reforçamos a importância de uma revisão da classificação em vigor e ainda que a identificação e catalogação dos elementos edificados seja realizada em comunhão com a população, de forma a entender a descrição exata da sua função e a importância que tiveram | têm na identidade local (Marques, 2014). A vantagem de uma classificação do património vernáculo mais

individualizada e participada pela população permite o reconhecimento por esta, uma maior visibilidade e favorece a preservação das memórias e do *modus vivendi* dos lugares.

Em suma, consideramos que a valorização e revitalização das aldeias rurais do concelho de Cinfães, que ainda hoje apresentam traços de arquitetura vernacular, é possível a partir de um conjunto de medidas e estratégias das quais destacamos: a adaptação das suas habitações às condições de salubridade e segurança, exigidas na contemporaneidade, e a minimização dos elementos que, por as mais variadas razões, descaracterizam o conjunto e levam à perda da identidade rural. Todavia, temos consciência que a falta de habitantes, meios e o elevado número de edifícios e núcleos torna muito difícil a reabilitação de todas as aldeias. No entanto, acreditamos que se conseguirmos pôr em prática algumas das medidas propostas será possível incutir uma alteração de mentalidade por parte dos proprietários, das entidades responsáveis e da sociedade em geral, capaz de fomentar a conservação e a dinamização deste património.

É importante referir que estas propostas resultam da nossa análise do território e dos núcleos em particular, podendo ocorrer outras medidas igualmente relevantes para a regeneração da área. Além disso, algumas das propostas são aplicáveis não só aos núcleos das Rotas propostas, como a todos os outros conjuntos arquitetónicos de cariz popular do concelho e que, mesmo não tendo uma referência especial nesta investigação, são igualmente caracterizadores da paisagem e da imagem desta região. No entanto, tendo em consideração o carácter académico deste trabalho e o tempo disponível para a sua execução, apontamos apenas algumas medidas estratégicas e reconhecemos a possibilidade de existir muitas outras, igualmente pertinentes. Por outro lado, reconhecemos também que não podemos contar com saberes essenciais ao desenvolvimento de uma estratégia deste género, tais como a sociologia, a economia, a engenharia ou o direito. Sendo uma proposta estratégica, reconhecemos também que mais do que a execução de todas as medidas propostas importa mais as repercussões que essas medidas possam desencadear.

Lançados os objetivos e as propostas para facilitar a intervenção e a regeneração dos aglomerados, pretende-se exemplificar a sua aplicação no território. Para tal, apresentamos algumas ações para cada núcleo das Rotas propostas, tendo como mote a salvaguarda das características arquitetónicas, sociais e culturais dos núcleos e a necessidade de adaptação aos usos e necessidades da contemporaneidade.

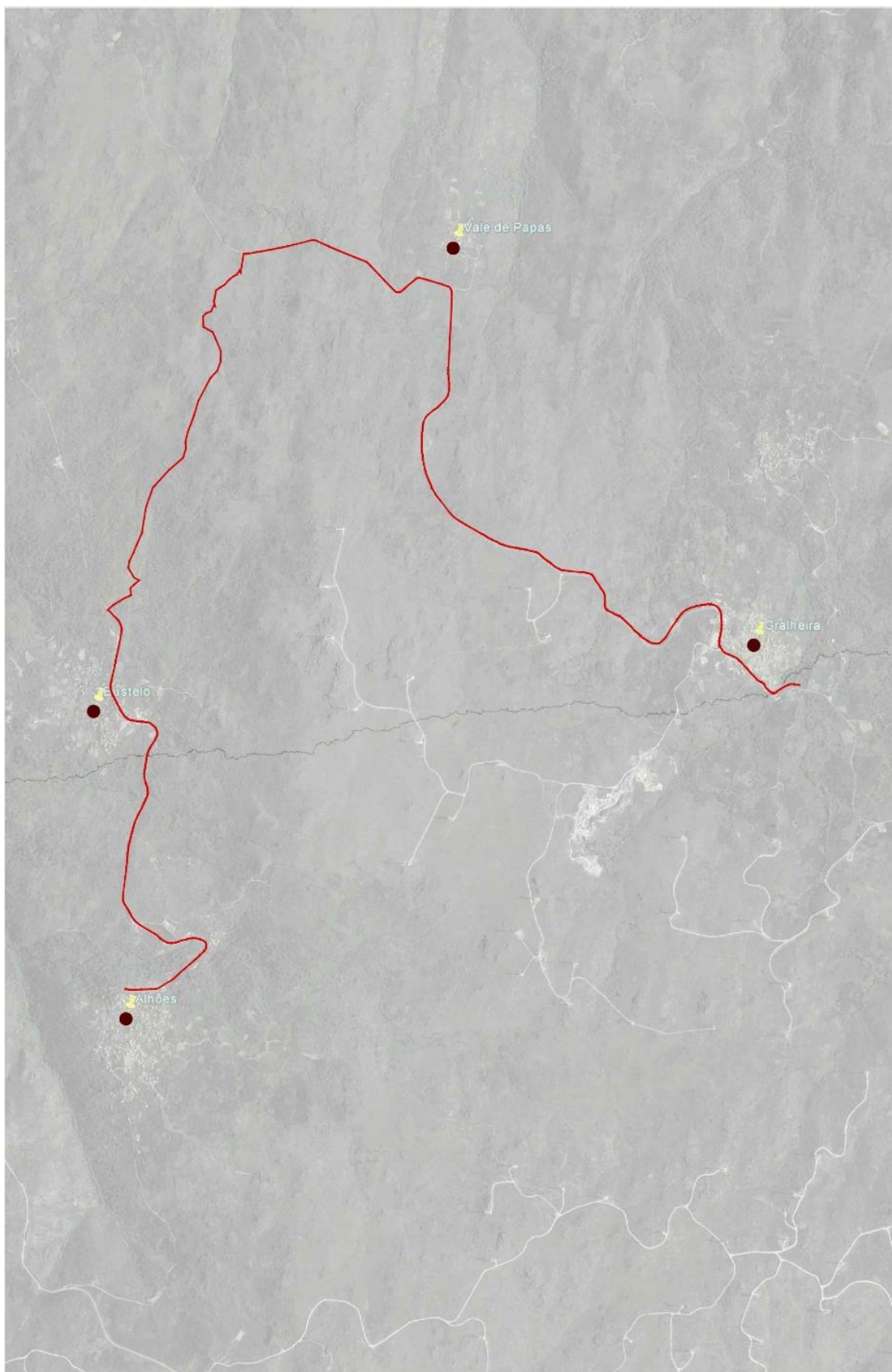


Figura 99_ Traçado da Rota de Montemuro. Imagem adaptada do Google Earth

ROTA DE MONTEMURO

O objetivo da Rota pela Serra de Montemuro é promover a região ao garantir estruturas e infraestruturas que permitam a fixação da população local e a atração de outras. Com vista a atingir este objetivo desenvolvemos um conjunto de ações estratégicas, dividindo-as em: propostas localizadas e propostas de ligação. As propostas localizadas pretendem colmatar algumas necessidades detetadas nos aglomerados ao longo dos levantamentos. Contudo, sempre que possível, tentaremos que estas propostas tenham repercussões nos restantes aglomerados, reforçando assim, os laços entre os núcleos de Montemuro. Já as propostas de ligação pretendem promover a região e estabelecer uma ligação física entre os conjuntos.

Por uma questão de organização optamos por desenvolver duas intervenções focalizadas em cada aglomerado, reconhecendo que, de uma forma geral, haja repercussões nos restantes núcleos. Por outro lado, estas intervenções, pensadas a partir de trabalho de campo, procuram responder às necessidades da população e da região, como é exemplo, a necessidade de criação de emprego e de fixação da população. Desta forma, as propostas focalizadas serão enunciadas em primeiro lugar de modo a facilitar a exposição da estratégia de ligação.

No aglomerado de Alhões há um elemento diferenciador de grande potencial, as linhas de água de consortes¹⁷ à superfície. A sua presença no aglomerado reforça a ligação à envolvente e à natureza e embelezam o sistema Homem-Meio-Casa. Como tal, consideramos importante a realização de uma intervenção urbanística que realce estas características e reforce a presença deste elemento no seio do aglomerado. Neste sentido, deve ser desenvolvido um projeto de reabilitação, estruturação e organização destes cursos de água, garantindo a utilização de materiais locais. Este projeto deverá ser levado a cabo pelas Câmara Municipal e Junta de Freguesia, entregando, se possível, a sua execução a mão-de-obra especializada da região.

Além disso, Alhões possui outras características de grande valor cultural, de entre eles, a Vigia. Tal como verificado no levantamento, esta representa | testemunha a antiga tradição do pastoreio dos rebanhos na Serra de Montemuro. Esta tradição de pastoreio e vigia deverá ser utilizada como “marketing” e fator promotor da cultura da região. O mesmo pode ser feito através da organização de eventos para a população e para os

¹⁷ Águas de regadio que consoante a época do ano, mês ou dia assume proprietários distintos.

turistas que tenham como tema estas tradições. Estas características culturais aliadas à conversão e reabilitação de algumas construções de caráter vernáculo para alojamento local reúnem condições para oferecer e publicitar a hospitalidade em harmonia com a paisagem da Serra de Montemuro.

Já no aglomerado de Bustelo da Laje a existência de uma associação de caçadores motivou a ideia de integrar esta atividade no desenvolvimento do conjunto. Desta forma, e considerando a urgência e necessidade de intervenções de reabilitação em alguns edifícios, poderíamos fundir as duas pretensões e garantir uma atividade económica e um rendimento extra para os agregados familiares locais. Assim, as construções que, atualmente, se encontram em ruínas poderiam ser intervencionadas, reabilitando e preservando a traça original do edificado, de forma a criar alojamento para os caçadores (e seus animais) que viessem para a região.

Além das habitações seria importante a existência de um pavilhão multiusos que permitisse acolher os caçadores, nomeadamente para os almoços e jantares, mas que também permitisse o apoio a outras atividades da aldeia|região. Claramente a sua inserção teria que ser compatível com a morfologia espacial e arquitetónica do núcleo.

Estas duas intervenções possibilitam o aumento da procura pela atividade de caça na região, uma atividade com tradição na Serra de Montemuro. Além disso, estas propostas, baseando-se num investimento público e privado, pretendem integrar toda a população e gerar uma nova atividade económica no conjunto. Enquanto a Câmara Municipal desempenha o papel promotor geral, criando as parcerias necessárias e coordenando os fundos económicos para os investimentos privados, a população poderá distribuir-se entre a recuperação dos seus imóveis para albergar os caçadores, na confeção de almoços e jantares ou na organização dos eventos promovidos pela associação. Estas intervenções criam postos de trabalho, a atração e fixação de pessoas, assim como a divulgação da paisagem natural do aglomerado, a harmonia da região e a diversidade cultural e patrimonial do concelho.

Para Vale de Papas planearam-se duas intervenções focalizadas. Em primeiro lugar, a recuperação e conclusão do projeto da queijaria. Entendemos ser um projeto fulcral ao desenvolvimento sustentado do aglomerado e da região, pela criação dos primeiros postos de trabalho da aldeia; mas também para o desenvolvimento da Rota, criando uma marca de referência para a região na produção e venda de queijos. A criação desta indústria em Vale de Papas é também fundamental para os outros aglomerados da Rota, uma vez que está dependente do fornecimento de leite das outras aldeias. Desta forma,

prevê-se a instalação de postos de recolha de leite nos restantes núcleos da Rota, reforçando os laços de ligação e a cooperação entre os conjuntos, mas fundamentalmente criando uma nova atividade económica nesses aglomerados – a produção de leite.

Neste mesmo núcleo, e como conclusão retida do levantamento efetuado, consideramos que seria importante que a aldeia tivesse um equipamento multifuncional, que respondesse à necessidade de um espaço para a população reunir e reforçar o caráter comunitário existente. Aproveitando esta intervenção para promover as casas em colmo através da reabilitação de um edifício em ruína, e ainda, a instalação de uma pequena cafetaria que oferecesse um espaço de convívio à população e aos visitantes.

A reabilitação de dois edifícios antigos de granito iria criar uma força incentivadora no conjunto, promovendo a conservação e preservação das construções de arquitetura vernácula, conduzindo também à divulgação e promoção deste espaço.

O aglomerado da Gralheira, ícone da Serra de Montemuro, surge como elemento de remate desta Rota. Este aglomerado tem vindo, nos últimos anos, a ser uma aposta por parte das entidades responsáveis, como a Câmara Municipal e as associações locais, como dinamizador e promotor da região.

Pelo que nos foi possível entender durante as visitas ao lugar, este reconhecimento alastra-se, de uma forma geral, à maioria da população que reconhece e defende a preservação e recuperação do seu património cultural e arquitetónico. Desta forma, consideramos que apenas se deveria estruturar e organizar melhor a aposta nos produtos locais, como o fumeiro, o artesanato e a gastronomia. Esta promoção pode ocorrer através da criação de cooperativas de produtores e pela introdução de incentivo aos moradores para iniciarem a sua atividade de produção e venda, se possível integrando, reabilitando e reconvertendo a edificações de traça popular.

Por outro lado, propomos a remodelação dos seus espaços públicos, tais como o parque de merendas, inserindo-o na imagem do conjunto. Além disso, a requalificação dos restantes espaços permitiria a criação de lugares de estacionamento ao invés da utilização do campo de futebol. Todas estas intervenções permitem a apreciação dos valores locais da região, conduzindo à atração de um maior número de visitantes, beneficiando os estabelecimentos comerciais e de restauração locais.

As intervenções propostas integram, de uma forma geral, a base construída existente, adaptando-a a uma nova finalidade e uso, promovendo a preservação dos



Figura 100_ Composição da fachada de uma habitação, Gralheira, imagem retirada de <http://www.oapix.org.pt/400000/1/index.htm>, a 21/12/2016.

elementos e a traça original do edificado, além de procurar a criação de emprego, a melhoria das condições de vida dos conjuntos e a fixação de população. Deste modo, as entidades responsáveis, devem, através de apoios financeiros fomentar a reabilitação rural preservando as suas características, mas tendo em consideração a sua adaptação às novas exigências.

Este apoio financeiro à reabilitação deve incluir também as iniciativas de alteração e minimização dos elementos descaracterizadores destes aglomerados. Tendo em consideração que a maioria se trata de habitações recentes e com boas condições de salubridade e estabilidade, o município deverá incentivar os seus proprietários a intervir para devolver a harmonia à região. Estas intervenções terão de ser pensadas caso a caso, no entanto, podemos avançar com algumas ideias de ação. A seleção de cores de tinta neutra em detrimento de cores de grande impacto visual no conjunto e a introdução de elementos de madeira nas fachadas permitem quebrar a escala inadequada de alguns edifícios. Além de que esta solução remete para os antigos balançados de madeira existentes na região e registados no Inquérito à Arquitectura Portuguesa (Figura 100). Ainda, a reintrodução do colmo poderia revestir as chapas que surgem como coberturas dos currais e celeiros, reforçando a beleza e a harmonia das aldeias.

Para concluir as propostas de intervenção na Rota de Montemuro definimos a proposta de ligação. Esta é uma iniciativa que pretende estabelecer a união física entre os aglomerados, promovendo a atividade desportiva e o caráter comunitário entre as diferentes aldeias.

Esta intervenção surge à imagem do projeto “Passadiços do Paiva” de Arouca, que teve um impacto significativo na economia da região. Tal impacto promoveu o crescimento sustentado, a inclusão e a fixação da população, valendo a distinção internacional de projeto turístico mais inovador da Europa, pela *World Travel Awards*, em 2016 (Câmara Municipal de Arouca, 2015). No entanto, ao contrário deste exemplo, julgamos que na maioria do percurso não será necessário a introdução de uma estrutura física, podendo trabalhar-se o solo da Serra para o adaptando ao pretendido (Figura 101).

Contudo, é importante que o desenvolvimento deste projeto tenha em consideração a sua imagem e o potencial de divulgação. Desta forma, propondo uma solução agarrada ao solo e sem grande impacto na paisagem, é fundamental a inclusão de uma peça ícone,

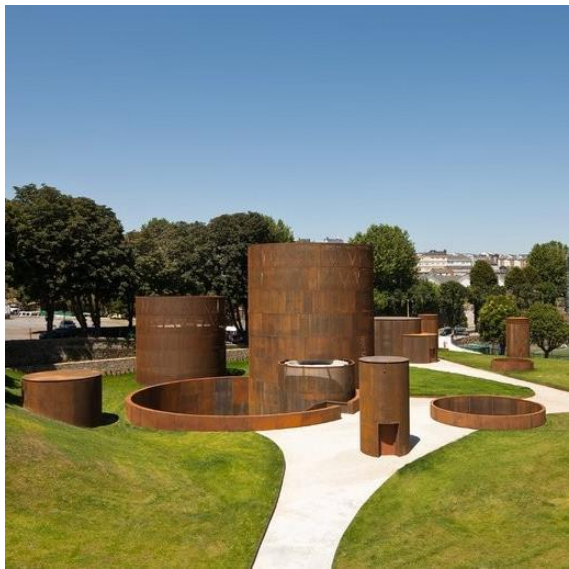


Figura 101_ Passadiços do Paiva, imagem retirada de <https://www.aveirolovers.pt/wp-content/uploads/2016/04/visitar-passadicos-paiva.jpg>, a 10/06/2017.
Figura 102 e 103_Castelho de Trancoso e Museu interativo de Lugo, imagem retirada de Imagem retirada de <https://www.pinterest.se/pin/547328160935499118> e de <https://www.area-arch.it/wp-content/uploads/sites/6/2015/08/7556-12.jpg>, a 10/06/2017.

que favoreça o *branding*¹⁸ da Rota. Neste seguimento, pensamos que as Portas de Montemuro¹⁹, sendo uma das principais entradas do concelho e o acesso mais relevante a esta Rota, deveriam ser escolhidas como símbolo e ponto de partida. A peça ícone poderá desenvolver-se através de uma reinterpretação contemporânea do monumento nacional da antiga muralha das Portas de Montemuro ao mesmo tempo que reencaminha os visitantes para o percurso.

Esta proposta segue o exemplo de duas intervenções realizadas, uma no Castelo de Trancoso e outra na Cidade de Lugo, em Espanha (Figuras 102 e 103). Assim, a ideia de uma peça arquitetónica nas Portas de Montemuro que se integre entre a simplicidade e a funcionalidade do projeto de Gonçalo Byrne, em Trancoso, e a icnografia e irreverência da obra de Nieto Sobejano, em Lugo. Em Trancoso, o arquiteto de forma pontual visa a requalificação do espaço muralhado que através de pequenas intervenções cria novas funcionalidades como acessos, instalações sanitárias e um posto de vendas e informação. O uso da madeira contribui para a integração da proposta no espaço (Byrne, 2005). Em Lugo, o arquiteto propõe um conjunto de formas cilíndricas revestidas a metal, que para além de responder ao programa expositivo, de cafetaria, biblioteca, administração, entre outros, procurou trabalhar a chegada do visitante à cidade, numa fusão entre a arquitetura, história e a memória local (Sobejano, 2007).

Assim, a proposta para este projeto teria de ser planeada a longo prazo, tendo como principais objetivos a divulgação e dinamização da região e, conseqüente, desenvolvimento económico e investimento privado na área. É ainda importante referir que tal obra permitiria reforçar o argumento que o património, na sua função de simbolização e de estratégia representacional, adquire uma rara centralidade no que toca à identificação e à promoção local (Peixoto, 2001).

Neste sentido, o município tem de desenvolver ações de promoção da “marca” da Rota. Por outro lado, ao potenciar e divulgar os valores da região utilizando o *marketing* gera desenvolvimentos económicos a partir do ambiente local, dos produtos regionais, da riqueza da sua gastronomia, da diversidade arquitetónica e da simplicidade e pureza da população (Marques, 2014). Na era tecnológica, esta divulgação depende também da

¹⁸ “Processo disciplinado para desenvolver a conscientização e ampliar a fidelidade do cliente, exigindo determinação superior e disposição para investir no futuro [...] aproveitar todas as oportunidades para expressar por que as pessoas deveriam escolher uma marca e não a outra” (Wheeler, 2012).

¹⁹Nome do lugar onde em tempos se situava a “[...] fortificação defensiva, o Castro das Portas de Montemuro” (Monterey, 1985) e que segundo Manuel Gonçalves da Costa era uma “[...] muralha circular, hoje quase desmantelada, com 200 metros de extensão, classificada como monumento nacional em Dezembro de 1974” (Costa, 1977).

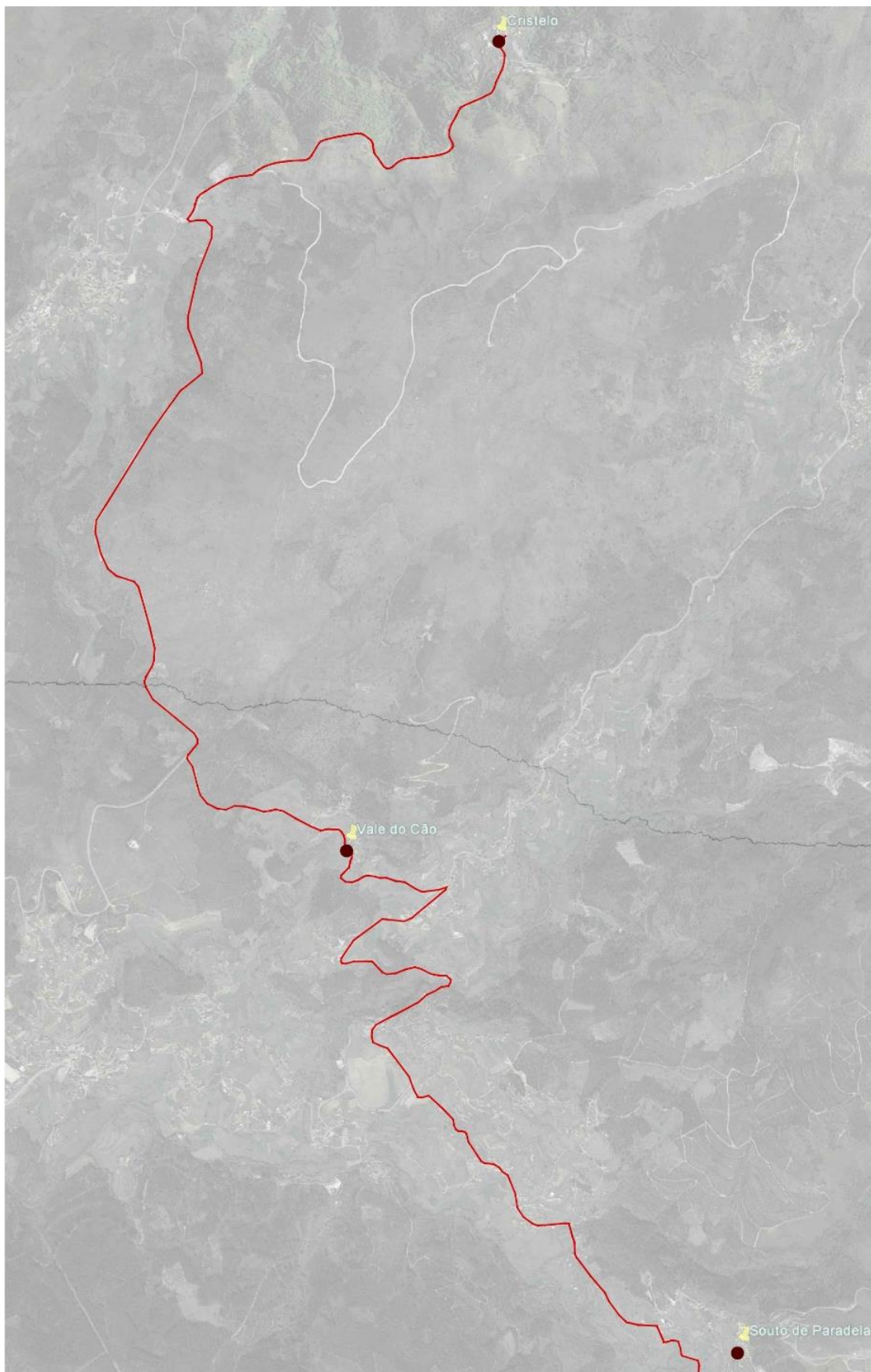


Figura 104_ Traçado da Rota de Montemuro. Imagem adaptada do Google Earth

aposta nas novas tecnologias, tais como *websites* e redes sociais, que se tornam uma fonte de informação importante na divulgação. É ainda fundamental encontrar estratégias originais e criativas para abranger todas as faixas etárias (Sousa, 2014).

Torna-se, assim, fulcral, a curto-médio prazo, a concretização das intervenções propostas nos aglomerados, através da valorização do seu património arquitetónico, cultural e gastronómico, possibilitando a criação de bases sólidas que permitam o crescimento sustentado e a melhoria da qualidade de vida local, contribuindo para a fixação e atração de população.

ROTA DO GRANITO AO XISTO

Numa altura em que se acentua o rápido crescimento urbano nos grandes centros mas também o interesse pelo rural, Cinfães reúne um conjunto de características capazes de dar resposta às novas reivindicações ligadas à natureza e ao ambiente, a novas formas de lazer, ao turismo, ao empreendimento e a estratégias de mudança residencial (Peixoto, 2001). Contudo, pretende-se também evitar “fazer da história um bem de consumo [...]” colocando as aldeias e os monumentos a funcionar como “parques de diversões” (Reis, 1999).

Desta forma, tem-se como propósito favorecer a criação de estruturas que permitam a melhoria da qualidade de vida da população residente, aliada à preservação do seu valor arquitetónico e cultural. Para cumprir tais objetivos definiu-se um conjunto de ações para cada aglomerado que pretendem criar experiências e vivências distintas aos seus residentes, negando, ao mesmo tempo, a ideia de criação de símbolos de ruralidade profunda (Peixoto, 2001). Como tem sido frequente em programas de revitalização e reabilitação financiados, que tornam as aldeias em museus que apenas são habitadas alguns dias por ano.

Embora saibamos que o turismo se revele um importante fator de valorização e desenvolvimento do território é necessário dosear a sua introdução para não descurar o valor social da população local. Mas, enquanto, que na Rota do Montemuro o turismo é encarado como uma consequência natural das intervenções, no caso da Rota do Granito ao Xisto o turismo deve ser utilizado como instrumento na defesa e preservação do património. Contudo, em ambos os casos este irá ser promovido pela cultura, pelos produtos locais, pela paisagem e pela arquitetura local. Esta diferença entre as Rotas surge porque “[...] apesar do espaço rural ser um espaço comercializável, não deve ser

vendido de forma desmedida e sem ter em consideração o que origina a sua genuinidade” (Sousa, 2014). Além disso, na maioria das vezes o impacto do turismo no mundo rural passa pela transformação de um “espaço de produção” num “espaço de consumo”, o que transforma as aldeias em zonas excessivas de comércio de produtos tradicionais envolvidas num ambiente não natural (Sousa, 2014).

Deste modo, com a ambição e finalidade de melhorar as condições de vida e a atração de pessoas a curto, médio e longo prazo, propomos a criação de um programa denominado “Cinfães Hoje”. Este programa segue o exemplo do Programa “Recomeçar” desenvolvido pelo Município de Idanha-a-Nova, que se caracteriza pelo seu carácter inovador e diferenciado.

“Recomeçar” é uma estratégia a dez anos que pretende atrair investimentos, nova população e divulgar a região de Idanha-a-Nova. Embora recente – apresentada em março de 2015, engloba já quatro programas essenciais para a promoção do município, não só para os seus habitantes, mas também para os futuros. Entre eles destacamos os programas *Idanha experimental*, *Idanha Vive* e *Idanha Green Valley*, que se encontram na base das premissas para o planeamento da Rota do Granito ao Xisto (Câmara Municipal de Idanha-a-nova, 2015).

O *Idanha Experimental* consiste em dar a conhecer a região de Idanha, através da experimentação do dia-a-dia local, incentivando a decisão de mudança para o município. Este programa integra iniciativas de reabilitação patrimonial nas aldeias, onde a população tem um papel ativo e decisivo na promoção do turismo e gastronomia (Câmara Municipal de Idanha-a-nova, 2016).

O *Idanha Vive* procura promover a atração direta de nova população, criando condições sólidas para atrair e receber novas pessoas para a comunidade (Câmara Municipal de Idanha-a-nova, 2016).

O *Idanha Green Valley* tem como objetivo tornar Idanha num centro de conhecimento e investimento relacionando com o mundo rural, criando bases sólidas e oferecendo condições para o empreendedorismo, criação de emprego e desenvolvimento da região através de fundos comunitários (Câmara Municipal de Idanha-a-nova, 2016).

Devido à diversidade do concelho e dos aglomerados que integram esta Rota, e com base nestes três programas, criamos três experiências estratégicas essenciais para a alteração das mentalidades em relação ao interior do país e à agricultura - *Cinfães Convida*, *Cinfães Integra* e *Cinfães Investe* e que propomos para os núcleos desta Rota.

Cristelo apresenta, hoje, um reduzido número de habitantes e um número elevado de construções em ruínas. Contudo, preserva o seu espírito de comunidade, assim como os valores culturais e arquitetónicos. Por estas razões, escolhemos este núcleo para receber a iniciativa *Cinfães Convida*, pelo seu carácter familiar e de comunidade que ainda apresenta, apesar do seu reduzido número de população. Consideramos que este se enquadra nas premissas necessárias para receber visitantes e turistas que querem experimentar viver a sensação de uma vida desligada da cidade e numa relação de proximidade à natureza. À semelhança do *Idanha experimenta*, este programa tem como objetivo dar a conhecer a vida e a beleza de viver neste município. Para tal, é necessário reabilitar o casario antigo e adaptar algumas construções e equipamentos que possam divulgar e dar a conhecer a gastronomia, produtos regionais e o património local. Este investimento teria de partir da conjugação de esforços do público e do privado, sendo uma oportunidade de integração de toda a população na iniciativa, auxiliando a integração dos novos habitantes.

Este projeto permite a conservação do património local que hoje corre o risco de desaparecer, devido à escassa e envelhecida população destes espaços. Assim, esta ocupação, mesmo que de forma sazonal, pode contribuir para a mudança de mentalidade das pessoas em relação à agricultura, ao mundo rural e à vida no interior do país. Ao mesmo tempo que oferece aos visitantes uma experiência num meio social e comunitário, possibilitando um contacto prático com a agricultura, numa harmonia com a natureza e usufruindo dos simples prazeres da vida.

O segundo conjunto da Rota do Granito ao Xisto, Vale do Cão pela sua característica mais familiar, onde a casa é o elemento de convívio, deve integrar o programa *Cinfães Integra*. Tal como a iniciativa anterior e o programa *Idanha Vive*, pretende atrair novos habitantes oferecendo uma oportunidade de trocar a cidade pela calma da natureza. Este destina-se a famílias que se querem mudar para o município, na procura de uma melhor qualidade de vida, com maior vivência social e comunitária em harmonia com a natureza e aliada a uma carreira profissional. No entanto, para o sucesso da iniciativa será necessário um investimento público e privado, para garantir estruturas e infraestruturas básicas para acolher os novos moradores. Além destas intervenções deveria ser pensado a criação de um espaço ou equipamento que promova a convívio entre a população de Vale do Cão. Como exemplo temos a construção de uma cafetaria através da reabilitação de um edifício em ruínas. Desta forma, *Cinfães Integra* tem como objetivo a adaptação

das construções existentes que devem ser reabilitadas criando habitações cómodas e adaptadas às necessidades atuais para viver em Cinfães.

A localização de Souto de Paradela equidistante ao concelho de Cinfães e ao concelho de Arouca, favorece o investimento e o empreendimento local, sobretudo na área do turismo e da agricultura. Deste modo, consideramos que este espaço demonstra potencial para albergar a iniciativa *Cinfães Investe*, na linha das restantes iniciativas e com base na *Idanha Green Valley*. Este programa pretende atrair nova população, para que invistam no território de Cinfães, ao mesmo tempo que proporciona um melhoramento das condições de vida para os que já cá estão. Para além de divulgar e dar a conhecer o valor existente nesta região através das estratégias referidas.

Consideramos que este espaço se enquadre no âmbito de empreendimentos relacionados com o turismo de natureza e com investimentos na agricultura, como o inovador *glamping*²⁰ e a fruticultura, ou outros investimentos. Este projeto tem como objetivos a criação de postos de trabalho que justifiquem a fixação da população nestes pequenos lugares e dar um novo alento a estes conjuntos, apostando nos valores locais e no turismo.

Em termos gerais, estas iniciativas pretendem dar a conhecer o município, através da sua ligação ao campo e ao mundo rural, potencializando a concretização dos projetos e fomentando a fixação de novas famílias nestes pequenos aglomerados de arquitetura popular e onde podem desfrutar da qualidade de vida em harmonia com a natureza. Deste modo, Cinfães demonstra-se capaz de conciliar o bem-estar à natureza e o empreendedorismo à inovação, apresentando-se assim, como uma região ideal para iniciar projetos ligados ao campo e à natureza. Além disso, favorece a vida tranquila e equilibrada a um baixo custo económico.

Em suma, estas iniciativas implicam algum investimento inicial, quer público quer privado. Porém, a implementação destas atividades irá gerar receitas, postos de trabalho, divulgar e dar a conhecer o valor patrimonial do Concelho. Estas estratégias seriam possíveis pela criação de bolsas de casas disponíveis para este programa (quer públicas quer privadas), sendo responsabilidade da Câmara Municipal gerir e administrar as bolsas, disponibilizando os edifícios necessários para quem aqui quiser residir ou estabelecer o seu negócio. As vantagens para as famílias que aceitassem o desafio de vir

²⁰ *Glamping* é uma modalidade moderna de alojamento que procura associar o contacto único com a natureza ao *Glamour*. Tal experiência permite vivenciar experiências únicas e diversificadas na natureza. O *Natura Glamping* é um exemplo deste tipo de empreendedorismo situado na Serra da Gardunha.

viver para Cinfães seriam o apoio na habitação, pelo menos nos primeiros anos, a garantia de uma vida tranquila e próxima da natureza e a possibilidade de iniciar o próprio negócio na região.

É importante reforçar que este programa estratégico, implementado nestes conjuntos, sirva como um projeto piloto, tendo em vista a extensão destas iniciativas a outros aglomerados de Cinfães.

Os dois planos delineados para cada uma das rotas apresentam objetivos específicos distintos, já que cada um procurou responder às necessidades locais através de uma adaptação e maximização das potências da respetiva região. Contudo em ambos os casos foram objetivos gerais a melhoria da qualidade de vida da comunidade e a divulgação das qualidades e virtudes da região.

Assim “[...] o espaço rural passou de espaço de onde se vem para espaço para onde se vai, de espaço de repulsão para espaço de atração, [...]” (Barros, 1993). Esperamos que com as intervenções propostas e muitas outras, esta ideia se aplique num curto espaço de tempo aos aglomerados rurais endógenos do Concelho de Cinfães, esperando que estas sugestões impulsionem as aldeias do município para “[...] se renovem, valorizando a sua beleza arquitetónica e melhoramento os serviços às populações” (CCRC, 1999).

NOTAS CONCLUSIVAS

A presente investigação pretendeu sensibilizar e demonstrar o património existente no concelho de Cinfães e, assim, criar base para a valorização e adaptação deste património às exigências contemporâneas.

As questões e as propostas apresentadas ao longo deste trabalho, essencialmente consonantes com este valor local, pretenderam estimular a reflexão sobre a forma de intervir e de planear este território rural. Embora se tenha partido do caso concreto do Município de Cinfães, reconhece-se que esta é uma realidade de grande parte do interior norte do país.

Como se verificou na primeira parte do trabalho, as noções de património rural e de arquitetura vernácula não são claras, tornando-se, por vezes, ambíguas e de difícil definição. Reconhecendo o papel das cartas e das convenções, assim como dos estudos produzidos, que sublinham a importância do património vernáculo, mas que pecam pela falta de consequências práticas e de resultados ao nível do ordenamento, planeamento e intervenções nestas zonas. Torna-se, desta forma, clara a necessidade de uma gestão do património em detrimento de uma simples lógica de conservação. Por outro lado, a decisão de salvaguarda torna-se dependente da consciencialização dos proprietários, uma vez que as entidades responsáveis pouco, ou nada, fazem para a preservação e valorização do património rural de Cinfães.

Assim, o trabalho de campo realizado nos aglomerados teve o intuito de identificar e levantar elementos representativos da arquitetura popular de Cinfães, evidenciando as potencialidades dos recursos endógenos, através de um contacto de grande proximidade com a população. Esta proximidade permitiu registar a influência dos

agregados familiares e do quotidiano destas pessoas nos aglomerados, facilmente expressos na originalidade das suas tradições e cultura. São também estas vivências individuais que contribuem para uma experiência diferenciadora ao visitante.

Embora o turismo surja como um importante instrumento para a salvaguarda do valor cultural de Cinfães está fortemente dependente de apoios públicos de subsídio e promoção. Estes são cruciais à criação de zonas turísticas viáveis e rentáveis, mas levam a que, na maioria das vezes, o planeamento tenha o turismo como principal (ou único) foco e, que por essa razão, esteja na base das ações executadas em vez das necessidades da população local.

As sugestões e os princípios das propostas de intervenções apresentados procuram, então, auxiliar o planeamento estratégico de todos os aglomerados do concelho, embora com maior foco nas duas Rotas, tentando contrariar a tendência de descaraterizar e desvalorizar os aglomerados rurais de arquitetura popular. No entanto, é importante reforçar que estas propostas são apenas algumas diretrizes possíveis para a dinamização e preservação deste património. Reconhecendo que num contexto real, a elaboração de uma estratégia semelhante necessitaria de apoio profissional e técnico noutros campos disciplinares, como a engenharia, sociologia e economia, além de estudos de caracterização mais profundos.

Por esta razão, não podemos verificar a viabilidade da proposta já que para tal a estratégia teria que passar da fase da reflexão sobre todo o processo que envolve o património vernáculo local para a fase de execução. Tal não era objetivo da investigação. Podemos apenas assumir que o processo de sensibilização desenvolvido durante o trabalho de campo foi positivo, uma vez que conseguimos levar a população, as associações locais e as entidades administrativas a terem consciência do valor cultural e patrimonial que o concelho possui. Assim, esperamos que num curto espaço de tempo estes indicadores positivos apresentem resultados concretos nos aglomerados vernaculares do município.

A criação das Rotas surge, deste modo, como elemento promotor da conservação e valorização destes conjuntos. Ao estabelecer relações entre as várias unidades demonstra-se a diversidade espacial, material, cultural e histórica que define cada um dos núcleos. Todos estes fatores estimulam o conhecimento e a descoberta da região, oferecendo ao visitante uma experiência ampla e completa ao recuperar as memórias dos lugares, as vivências de modo comunitário que ainda hoje rege os sítios e ativando

práticas que, hoje, correm riscos de extinção, e que, todavia, tiveram um papel preponderante na vida destas populações. Contudo pretendemos que estas intenções ultrapassem o modo cenográfico e exibicionista que algumas vezes as caracteriza, englobando-as numa estratégia planeada e estruturada, e que insira a arquitetura vernácula no paradigma contemporâneo.

Ao longo da investigação deparamo-nos com algumas limitações que de uma forma geral foram sendo apontadas ao longo dos capítulos. Destacamos o tempo disponível para conclusão da investigação, a escassez de informação e o desinteresse existente sobre os aglomerados rurais de arquitetura popular do concelho Cinfães. Assim como, as questões climáticas, que muitas vezes limitaram e impossibilitaram os avanços da investigação, nomeadamente nos trabalhos de campo. Estes condicionamentos, em alguns momentos, obrigaram a (re)pensar os objetivos da investigação.

Por fim, não poderíamos deixar de abordar a questão do futuro incerto deste valor patrimonial endógeno que compõe o Município de Cinfães e que hoje se encontra mais perto do abandono que da valorização. Tentou-se com este trabalho apresentar o potencial que estes pequenos aglomerados e aldeias têm para a valorização e dinamização desta região.

Se as características e as adversidades levaram Cinfães a preservar, até aos dias de hoje, este vasto património, é igualmente verdade que o avanço tecnológico e a melhoria das acessibilidades conduziram à descoberta e à ameaça destes elementos. E por isso, é necessário e urgente pensar como estimular o desenvolvimento dos conjuntos. Para tal, será necessário a construção de cenários de intervenção integrando a população e as entidades competentes, nomeadamente a Câmara Municipal, Juntas de Freguesias e Associações locais. Isto porque, no nosso entender, o sucesso na valorização do património endógeno de Cinfães só será possível se o Estado em articulação com as referidas entidades assumirem as suas responsabilidades, em cooperação com a comunidade. Ao articular os diferentes objetivos e interesses, alcançam uma definição comum de um conjunto de estratégias estruturadas, dinamizadoras e planeadas na salvaguarda das características endógenas e das identidades locais, no realce e promoção da região. Estes aglomerados, quer pela sua arquitetura endógena, relações harmoniosas com o meio e o espírito comunitário, fortalecem os laços populares, tornando-os em lugares genuínos e de interesse social e cultural e onde a paisagem e a autenticidade das

“suas gentes” dão pertinência à valorização deste património. São estes fatores diferenciadores e valorizadores do território, aliados a uma boa gestão destas características únicas, que contribuem para o sucesso no desenvolvimento sustentado local.

É, desta forma, que desejamos que este trabalho resultante de prospeções e identificações de mais de 1800 construções, 1700 elementos fotográficos e 650 quilómetros percorridos, alicie e auxilie a continuação e o aparecimento de novas investigações neste âmbito e culmine na valorização do património como elemento estruturador de uma nova geração de estratégias e políticas de desenvolvimento quer a nível local como nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência para o desenvolvimento turístico das aldeias de xisto. (2000). *A Rede das Aldeias de Xisto*. Obtido 29 de maio de 2017, de <http://aldeiasdoxisto.pt/content/rede>
- Almeida, A. C. de. (2006). Paisagens: um património e um recurso. Em *O interior raiano do Centro de Portugal. Outras fronteiras, novos intercâmbios* (pp. 31-42). Porto: Campo das Letras.
- Almeida, E. de. (2015). Arquitetura e Memória. *Pós*, v.22 (nº38), pp. 58-77.
- Associação do Turismo de Aldeias. (2013). *Território de Intervenção - Aldeias de Portugal*. Ponte de Lima: Turismo de Portugal, I.P.
- Associação dos Arquitectos Portugueses (coord.). (1988). *Arquitectura popular em Portugal* (3ª, Vol. 1 e 2). Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.
- Barros, A. de. (1993). A Sociologia e as Perspectivas de Desenvolvimento. Em *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Vol. I). Lisboa: APS e Editorial Fragmentos.
- Bertrand, G. (2004). Paisagem e geografia física global esboço metodológico. *RA'E GA*, (nº8), pp. 141-152.
- Byrne, G. (2005). *Consolidação e Valorização do Castelo de Trancoso*. Obtido 16 junho de 2017, de http://www.byrnearqu.com/?lop=projectos&list_mode=0&id=a3f390d88e4c41f2747bfa2f1b5f87db&print=1
- Caldas, J. V. (2000). *Arquitectura popular dos Açores*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

- Calheiros, M. do R. D. S. C. (2006). *Arquitecturas rurais e critérios de intervenção : uma experiência no Vale do Lima, 2003-2006*. Universidade de Porto, Faculdade de Arquitectura, Porto.
- Câmara Municipal de Arouca. (2015). *Passadiços do Paiva - Arouca | Natureza em Estado Puro*. Obtido 19 de Junho de 2017, de <http://www.passadicosdopaiva.pt/>
- Câmara Municipal de Cinfães. (1994). Plano Director Municipal (PDM) de Cinfães. Obtido 02 de fevereiro, de <http://www.cm-cinfaes.pt/index.php/apoio-aomunicipal/regulamentos?task=document.viewdoc&id=640>
- Câmara Municipal de Idanha-a-nova. (2015). *IDANHA-A-NOVA Estratégia 2015 | 2025*. Obtido 17 de junho de 2017, de <http://www.cm-idanhanova.pt/media/160126/Recome%C3%A7ar%20em%20Idanha.pdf>
- Câmara Municipal de Idanha-a-nova. (2016). *Recomeçar em Idanha*. Obtido 19 de junho de 2017, de <http://www.recomecar.pt/>
- Carvalho, P. (2011). Património e Desenvolvimento em ambiente rural: lugares, rotas e redes. *Cadernos de Geografia*, nº30/31, pp. 3-16.
- CCRC. (1999). *Vide Programa Aldeias Históricas de Portugal*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Choay, F. (2006). *A alegoria do património*. Lisboa: Edições 70.
- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente. (1987). *Nosso Futuro Comum* (2ª Edição). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas.
- Conselho da Europa. (1975). *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. Apresentada na Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu, Amsterdão.
- Conselho da Europa. (1985). *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa*. Apresentada aos Membros do Conselho da Europa, Granada.
- Constituição da República Portuguesa, Decreto de 10 de abril de 1976, e ulteriores revisões constitucionais, última pela Lei Constitucional n.º 1 /2005, de 12 de agosto. Diário da República n.º 155/2005 –I SÉRIE-A. Lisboa: Assembleia da República.
- Correia, J., & Carvalho, P. (2010). Turismo e desenvolvimento rural - O caso de Piodão (Aldeias Históricas de Portugal). *Cadernos de Geografia*, nº28/39, pp.117-130.
- Correia, L. C. C. (2013). *Sistema de Gestão Territorial: natureza jurídica e eficácia plurisubjectiva dos instrumentos de gestão territorial*. Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, Coimbra.

- Costa, M. G. da. (1977). *História do bispado e cidade de Lamego* (Vol.1). Braga: Oficinas Gráficas de Barbosa & Xavier, limitada.
- Decreto-Lei n.º 26/2000, de 3 de março. Diário da República n.º 53/2000, Série I-A. Lisboa: Ministério das Finanças.
- Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho. Diário da República n.º 142/2008, Série I. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- DGEstE. (2014). Iniciativa Terra Amada – Aldeia de Vale de Papas, concelho de Cinfães – Viseu. Obtido 6 de Julho de 2017, de <http://www.dgeste.mec.pt/index.php/iniciativa-terra-amada-aldeia-de-vale-de-papas-concelho-de-cinfaes-viseu-2014/>
- Duarte, R. J. S. (2014). *Formas integradas de reabilitar: o caso da iniciativa Terra Amada em Vale de Papas*. Universidade Católica Portuguesa, Departamento de Arquitectura, Ciências e Tecnologia, Viseu.
- Fazenda, N. (2015). Turismo 2020. Plano de Acção para o desenvolvimento do turismo. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P.
- Ferrão, J. (1995). Cidades Médias: Superar a Tirania da Dimensão. Em *As Cidades Médias e o Ordenamento do Território*, (pp. 11-17). Coimbra: MPAT.
- Ferreira, M. dos S. da C. P. (1996). A Arquitectura Popular e tradicional no Concelho de Cinfães. *Terras de Serpa Pinto*, (nº 5), pp 61-67.
- Girão, A. de A. (1940). *Montemuro: a mais desconhecida serra de Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Gonçalves, A. (2011). *Património urbanístico e planeamento da salvaguarda: os seus contributos para a desagregação urbana e a necessidade de (re)habilitar a patrimonilização da cidade na sua (re)feitura*. Universidade de Coimbra, Departamento de Arquitectura, Coimbra.
- Guillaume, M., Caspurro, J., & Jorge, V. O. (2003). *A política do património*. Porto: Campo das Letras.
- ICNF. Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), Decreto de 11 de outubro de 2001. Diário da República n.º152/2001. Lisboa: Conselho de Ministros
- ICOMOS. (1999). *Carta do Património Vernáculo Construído*. Apresentado na 12ª Assembleia Geral, México.

- Leal, J. (2011). Entre o Vernáculo e o Híbrido: a partir do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal. *Joelho*, (#02), pp. 68 a 83).
- Lei de Bases do Ambiente. Lei nº11 de 7 de Abril de 1987. Diário da República n.º 81/1987 –I SÉRIE. Lisboa: Assembleia da República.
- Lima, J. G. de A. de, Calheiros, M. do R. D. S. C., & Mendonça, I. M. F. de. (2007). *Apontamentos para a recuperação do edificado rural* (1ª edição). Ponte de Lima: Rainho & Neves Lda.
- Lopes, A. F. M., & Correia, M. B. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais* (1ª edição). Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, J. O. S. V. (2014). *Pelos meandros do xisto: o património rural na freguesia de Vide*. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra.
- Mestre, V. (2002). *Arquitectura popular da Madeira*. Lisboa: Editora Argumentum.
- Monterey, G. de. (1985). *Terras ao Léu Cinfães* (1ª edição). Porto: Tip. Sociedade de Papelaria, Lda.
- Oliveira, E. V. de, & Galhano, F. (1992). *Arquitectura tradicional portuguesa* (1ª edição). Lisboa: Dom Quixote.
- Pau-Preto, F. (2005). *O património cultural no planeamento e no desenvolvimento do território : os planos de ordenamento de parque arqueológico*. Universidade do Porto, Porto.
- Peixoto, P. (2000). *O património mundial como fundamento de uma comunidade Humana e com recurso das indústrias culturais*. Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Coimbra.
- Peixoto, P. (2001). *Os meios rurais e a descoberta do património*. Apresentada em Conversas à volta das estrelas, Tondela
- Pereira, F. M. R. (2012). *Montemuro: os trilhos gastronómicos na Serra de Montemuro*. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra.
- Pinho, A. C. da C. (2009). *Conceitos e políticas de reabilitação urbana : análise da experiência portuguesa dos gabinetes locais*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitectura, Lisboa
- Pinto, C. M. N. P. (2000). *Monografia de Cinfães: Arquitectura Popular* (Vol. VI). Cinfães: Nova Lello.
- Portas, N. (1981). Velhos Centros Vida Nova. *Cadernos Municipais*, (nº12), pp.1

- Ramos, C., Couceiro, M. C., & Brito, N. (2016). MEREC - Guarda: An Energy and Resource Efficiency Process undermined by the early stages of a democratic setting. Em *International Planning History Society Proceedings* (Vol. 17). Delft.
- Reis, M. (1999). Cidadania e Património. Notas de uma pesquisa sociológica. *Sociologia - Problemas e Práticas*, (nº29), pp. 77-94.
- Ribeiro, O. (1995). *Introdução ao Estudo da Geografia Regional* (2ªEdição). Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Rossa, W. (2015). Urbanismo ou o discurso da cidade. Em M. C. Ribeiro & W. Rossa (Orgs), *Património de Influência Portuguesa: modos de olhar*, (pp. 477-519). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Simplicio, M. (2000). *A importância actual do planeamento estratégico e das cidades médias*. Universidade de Évora, Departamento de Geociências, Évora
- Sobejano, N. (2007). *Museo de Historia Lugos, España 2007-2011*. Obtido 16 de junho de 2017, em http://www.nietosobejano.com/project.aspx?i=7&t=_HISTORY_MUSEUM#
- Sousa, L. C. de. (2014). *Património como estratégia de desenvolvimento local: o caso de Arnelas, Crestuma e Lever*. Universida do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Braga.
- Tomás, P. M. de C. (2005). *Património cultural e trajectórias de desenvolvimento em áreas de montanha : o exemplo da Serra da Lousã*. Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra.
- UNESCO. (1972). *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Apresentado na Conferência Geral das Nações Unidas, Paris.
- Vasconcelos, M. I., Ribeiro, J. M., & Matos, E. S. (2000). *Monografia de Cinfães: Geografia de Cinfães* (Vol. IV). Cinfães: Nova Lello.
- Vecchi, R. (2015). Identidade, Herança, Pertença. *Património de Influência Portuguesa: modos de olhar*, pp. 65-80.
- Ventura, J., Monteiro, A., Fonseca, A. B. da, & Oliveira, M. C. de. (2000). *Monografia de Cinfães: Etnografia Cinfanense* (Vol. VII). Cinfães: Nova Lello
- Wheeler, A. (2012). *Design de Identidade da Marca: Guia Essencial Para Toda a Equipe de Gestão de Marcas*. Porto Alegre: Bookman.